



resenha

de Política Exterior do Brasil

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 73, 2º semestre de 1993

ano 19, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) e editada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

Ministro Adolf Libert Westphalen

Chefe do Centro de Documentação (CDO)

Secretária Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

Montagem

O.C. Antonio Teixeira de Barros

Revisão

Izabel Patriota P. Carneiro

Maria Aparecida de C. M. Fenerich

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

Embaixador João Clemente Baena Soares

Diretora de Administração-Geral

Ministra Irene Pessoa de Lima Câmara

Setor de Publicações da FUNAG

Coordenação: Izabel Patriota P. Carneiro

Apoio Técnico: Ednete Moraes Lessa

Maria Aparecida de C. M. Fenerich

Endereço para correspondência

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, Térreo, Sala 190

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (061) 211-6847, 211-6857; fax: (061) 322-2931

Internet: <http://www.mre.gov.br/funag/funag.htm>

Resenha de Política Exterior do Brasil

**Ano 1 — nº 1 — junho de 1974 — Brasília, Ministério
das Relações Exteriores, 1974 -**

V. semestral

**1. Brasil — Relações Exteriores — Periódicos. I. Brasil,
Ministério das Relações Exteriores.**

327 (081) (05)

R 433

SUMÁRIO

O Brasil no Conselho do Mercosul

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na IV Reunião do Conselho do Mercosul, em Assunção, em 1º de julho de 1993

III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de abertura da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 15 de julho de 1993

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Segunda Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Uma Nova Agenda para o Desenvolvimento, com Ênfase para o Desenvolvimento Social», em Salvador, em 15 de julho de 1993

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Quarta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia como instrumentos do desenvolvimento; as soluções do conjunto e as questões internacionais», em Salvador, em 16 de julho de 1993

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Sexta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Brinde do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido aos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, em Salvador, em 16 de julho de 1993..

Brinde do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do jantar oferecido aos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos no Museu de Arte Sacra, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Relato do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, sobre o Seminário «A Criança na Agenda do Desenvolvimento e da Democracia», realizado em Fortaleza, de 7 a 9 de junho de 1993

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de encerramento da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Discurso do Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, na III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Inauguração do Parlamento Latino-Americano

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na inauguração do Parlamento Latino-Americano, em São Paulo, em 17 de julho de 1993

Brasil e Estados Unidos discutem propriedade intelectual

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura da reunião de consultas entre Brasil e Estados Unidos sobre propriedade intelectual, em Brasília, em 19 de julho de 1993 29

Seminário sobre Reserva da Biosfera do Cerrado

Discurso do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário sobre Reserva da Biosfera do Cerrado, no Senado Federal, em 19 de agosto de 1993 33

Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores e do Chefe de Gabinete

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, e do Chefe de Gabinete, Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto, realizada no Palácio Itamaraty, em 2 de setembro de 1993 35

Discurso de Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, em 2 de setembro de 1993 39

Ministro Celso Amorim visita Associação Latino-Americana de Integração

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sede da Associação Latino-Americana de Integração, em Montevidéu, em 10 de setembro de 1993 ... 45

Brasil e Uruguai aprovam Estatuto da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quarai

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da assinatura do acordo que aprova o Estatuto da Comissão Brasileiro-Uruçuai para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quarai, em Montevidéu, em 10 de setembro de 1993..... 49

Chanceler da Índia visita o Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no almoço oferecido em homenagem ao Ministro dos Negócios Exteriores da Índia, Salman Khurshid, no Palácio Itamaraty, em 15 de setembro de 1993 51

Reunião Ministerial dos Países Produtores de Café

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Reunião Ministerial dos Países Produtores de Café, em Brasília, em 23 de setembro de 1993 53

Discurso do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira, por ocasião da cerimônia de abertura da Reunião Ministerial dos Países Produtores de Café, em Brasília, em 23 de setembro de 1993 54

O Brasil na 48ª Sessão da Assembléia Geral da ONU

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da 48ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 27 de setembro de 1993 59

VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio

Saudação do Presidente da República, Itamar Franco na chegada a Santiago para participar da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago, em 14 de outubro de 1993 69

Intervenção do Presidente da República, Itamar Franco na Primeira Sessão de Trabalho da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago, em 15 de outubro de 1993..... 70

Discurso do Presidente Itamar Franco na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago, em 15 de outubro de 1993 72

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, durante a VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago, em 16 de outubro de 1993 75

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Sessão de Encerramento da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago, em 16 de outubro de 1993 76

O Conselho de Segurança da ONU e a situação no Haiti

Pronunciamento do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, em Sessão do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Haiti, em 18 de outubro de 1993 79

Reunião dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em almoço oferecido aos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, em 29 de outubro de 1993 81

Cuba e o bloqueio econômico americano

Intervenção do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto à ONU no contexto do ponto 30 da agenda: «Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos da América contra Cuba», em 4 de novembro de 1993 85

II Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguaí

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da II Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguaí, no Palácio Itamaraty, em 11 de novembro de 1993 87

Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal completa 40 anos

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião das comemorações do 40º aniversário do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, em Brasília, em 16 de novembro de 1993 91

Brinde oferecido pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião do almoço em comemoração aos 40 anos do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal 93

Visita oficial do Presidente da Guiana ao Brasil

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente da República Cooperativista da Guiana, em Brasília, em 17 de novembro de 1993 95

Visita oficial do Presidente da China ao Brasil

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido em homenagem ao Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, no Palácio Itamaraty, em 23 de novembro de 1993..... 97

Chefe do Departamento Político da OLP visita o Brasil

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, em almoço oferecido ao Chefe do Departamento da Organização para a Libertação da Palestina, Farouk Kaddoumi, no Palácio Itamaraty, em 9 de dezembro de 1993 99

Ministro Celso Amorim participa do «Washington Exchange»

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na conferência «Washington Exchange», em Washington, em 17 de dezembro de 1993 101

Cerimônia de cumprimentos de fim de ano

Discurso pronunciado pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, na cerimônia de cumprimentos de fim de ano ao Ministro Celso Amorim, no Palácio Itamaraty, em 22 de dezembro de 1993 107

Palavras proferidas em resposta, de improviso, pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores..... 112

Tratados, acordos e convênios

Documento Final da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Salvador, de 15 a 17 de julho de 1993 117

Memorando de Entendimento sobre consultas firmado em 23 de agosto de 1993, em Brasília, entre o Itamaraty e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca 135

Acordo entre Brasil e Uruguai que aprova o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quarai (10-9-93) 136

Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quarai..... 137

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário (15-9-93)..... 140

Ata da V Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças Brasil-Uruguai 142

Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Cheddi Jagan, em 18 de novembro de 1993 151

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro 155

Protocolo entre a Administração Nacional de Espaço da China, da República Popular da China (CNSA), e o Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil, sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior (23-11-93)	156
--	-----

Mensagens, comunicados e notas

Grupo de Trabalho sobre Operações de Paz – Nota à imprensa	159
Comunicado à Imprensa sobre a III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Salvador, de 15 a 17 de julho de 1993	160
Angola: Aprovação de Resolução do Conselho de Segurança	164
Reunião de consultas Brasil-EUA sobre propriedade intelectual – Comunicado conjunto de imprensa	165
Presidente Itamar Franco apóia negociações para a conclusão da Rodada Uruguai do GATT	165
Operações de Paz – Participação do Brasil	166
Tribunal Internacional de Arbitragem entre a República Argentina e a República do Chile para definir o percurso do Traçado do limite entre o Marco 62 e o Monte Fitz Roy – Comunicado de imprensa	167
O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas	168
Cartas enviadas pelo Senhor Presidente da República, Itamar Franco, aos líderes sul-africanos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz de 1993, Frederick de Klerk e Nelson Mandela	170

Artigos de jornal

O Brasil e a nova ordem mundial (<i>Jornal do Brasil</i> , 31 de outubro de 1993) Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores	173
Extradição e impunidade (<i>Jornal do Brasil</i> , 7 de novembro de 1993) Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores	176
Quarenta anos de amizade (<i>O Globo</i> , 21 de novembro de 1993) Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores	179
Caminho da integração (<i>Folha de S. Paulo</i> , 17 de dezembro de 1993) Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores	182
Brasil-Estados Unidos: percepções e realidades (<i>Jornal do Brasil</i> , 23 de dezembro de 1993) Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores	184

O Brasil no Conselho do Mercosul

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na IV Reunião do Conselho do Mercosul, em Assunção, em 1º de julho de 1993

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

O Paraguai que nos acolhe se encontra em momento forte de sua história política. A eleição do Senhor Juan Carlos Wasmosy confirma a vontade de seu povo de viver dentro das difíceis, mas insubstituíveis, regras democráticas. Ao governo do Presidente Andrés Rodriguez deve ser creditado o respeito de seus contemporâneos. Coube-lhe administrar, com inegável espírito de estadista, a transição, com a restauração das plenas liberdades cívicas em seu país.

2. Os nossos povos têm lutado para construir nações soberanas e prósperas, mas soberania e prosperidade só serão efetivas e duradouras se estiverem fundadas no respeito absoluto aos direitos do homem e do cidadão. Sem os alicerces jurídicos da liberdade, os regimes deixam de ser políticos, para se transformar em organizações policiais, quaisquer que sejam as intenções daqueles que as chefiem.

3. Os conflitos sociais não podem ser reprimidos pela violência do Estado. Ao Estado cumpre buscar a conciliação das idéias e interesses mediante o paciente diálogo democrático. A pluralidade de idéias e de partidos enriquece o espírito e

o celeiro das nações, enquanto as ditaduras só conseguem o seu efêmero e enganoso êxito, quando o conseguem, à custa do medo, da delação e do luto.

4. Formamos, as quatro nações que aqui se reúnem, um grupo de povos empenhados em edificar sistemas democráticos sólidos, nos quais a justiça social se exerça de tal maneira que as liberdades políticas deixem de ser mera declaração dos textos constitucionais, para se expressar na plena cidadania de todos os homens e mulheres.

5. Não estamos construindo apenas um mercado comum, mas estabelecendo, nesta parte da América e do mundo, área de novo convívio solidário. A igualdade de direitos que estabelecemos em nossos Tratados de Comércio há de se refletir no mesmo respeito à soberania de cada um de nossos países. A política externa do Brasil republicano sempre foi a do absoluto respeito à autodeterminação dos povos, às fronteiras historicamente reconhecidas e aos tratados livremente assumidos.

Senhores Presidentes,

6. O Brasil enfrenta com coragem e determinação a tarefa de retomada do crescimento econômico em bases não inflacionárias, inspirado pelo aperfeiçoamento de sua democracia, e sem deixar de atentar

para os problemas sociais que se agravaram durante a última década.

7. A economia brasileira começa a recuperar-se de longo período recessivo e a dar mostras de renovado vigor: crescem as exportações e a produtividade da indústria, da mesma forma que a fronteira agrícola se expande, com reflexo significativo no aumento do Produto Interno Bruto.

8. As reformas econômicas estão sendo realizadas de acordo constitucional do Poder Legislativo e mediante negociações com líderes políticos, e com as organizações representativas dos empresários e dos trabalhadores. Neste processo, democrático e aberto, rumo à competitividade e eficiência, aprovamos novo regime jurídico de administração dos portos, enquanto os importantes projetos de leis sobre propriedade intelectual e tributação provisória sobre movimentação financeira foram aprovados pela Câmara dos Deputados e encaminhados ao exame do Senado Federal. O processo de privatização de empresas não estratégicas prossegue, dentro de novas regras, que resguardam o interesse nacional.

Senhores Presidentes,

9. Fomos capazes de iniciar e levar adiante o processo de integração no Cone Sul em período adverso, durante o qual nossas economias enfrentaram conhecidas dificuldades. Em que pesem os contratempos e percalços, conseguimos avanços expressivos.

10. Chegamos a um ponto de entendimento que nos permitirá encontrar o melhor caminho na busca de uma progressiva

convergência de nossas economias, e na definição de regras comuns em setores como o da garantia de investimentos, da defesa da concorrência, dos direitos do consumidor, dos serviços e da propriedade intelectual.

11. O Governo brasileiro reafirma o propósito de implementar o Tratado de Assunção, seus objetivos e suas metas. Passado um ano da aprovação do Cronograma de Las Leñas, alcançamos resultados bastante significativos. Os reajustes que se revelaram necessários, em muitos aspectos do Cronograma, obedeceram às exigências da realidade. Isso contribuiu para o aperfeiçoamento do processo e para facilitar sua efetiva implementação.

12. Até o final de 1994, teremos constituído a zona de livre comércio e estabelecido uma união aduaneira, com definição da Tarifa Externa Comum, de fundamental interesse para todos nós. É necessário ter em mente que a Tarifa Externa Comum deve ser compatível com o nível de desenvolvimento industrial e com outros interesses econômicos da região. Embora a estipulação dos níveis tarifários constitua exercício complexo, estou convencido de que encontraremos, com o empenho político de nossos Governos, as soluções mais adequadas.

13. A negociação da Tarifa Externa Comum pressupõe atitude construtiva e coordenada de nossos países, sem iniciativas isoladas ou que atendam apenas a interesses nacionais específicos, os quais, muitas vezes, são ditados por visões de curto prazo.

14. É preciso destacar a importância histórica de nosso empreendimento. As preferências tarifárias entre os quatro países-membros reorientam nossas correntes comerciais e já conferem ao intercâmbio sub-regional dimensões inéditas. Registro que, em 1990, nosso intercâmbio com a Argentina, Paraguai e Uruguai era de US\$ 3,6 bilhões. No ano passado, esse intercâmbio atingiu a cifra de US\$ 6,3 bilhões.

15. A união aduaneira que constituiremos será a primeira do hemisfério americano e a segunda no mundo a ser negociada, após a da Comunidade Européia. O mercado comum entre nossos quatro países, que alcançará sua expressão plena na livre circulação de serviços e de pessoas, será o passo seguinte no processo de integração regional.

16. Estamos avançando na direção certa. É fundamental, portanto, que continuemos planejando cuidadosamente o percurso, até o final do período de transição, de modo a preservar os resultados obtidos e preparar o terreno para uma integração sólida.

17. Em 1994, daremos um grande salto no processo de integração, com a realização da Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, na qual estabeleceremos os mecanismos e órgãos que hão de conduzir à plena integração. Procuraremos assegurar o ajustamento das instituições ao processo de integração, com os olhos voltados para o funcionamento do Mercosul a partir de 1º de janeiro de 1995.

18. O Brasil considera essencial que tais negociações sejam orientadas pela expressão demográfica e econômica dos sócios do Mercosul. Se assim não for, dificilmente serão criados os mecanismos institucionais equilibrados e democráticos indispensáveis aos nossos objetivos.

19. A integração no âmbito do Mercosul e em toda a América do Sul será, cada vez mais, elemento que favorecerá a presença da região no mundo. A coesão regional abrirá novas oportunidades de entendimento com outras regiões do globo, e fortalecerá nossa capacidade de atuação no sistema multilateral de comércio.

Senhores Presidentes,

20. Não há caminho de volta. Nosso dever, como Chefes de Estado das Nações do Mercosul, consiste em velar pela conclusão satisfatória de cada uma das fases negociadoras que se sucederão, superando os obstáculos com um sentido de grandeza histórica, que nos conduza a um futuro de prosperidade e justiça social.

21. Antes de concluir, registro o agradecimento pelo notável empenho e eficiência do Paraguai, no período em que ocupou a Presidência *pro tempore* do Mercosul. Expresso às autoridades uruguaias, que assumem esta responsabilidade, a certeza de que se desincumbirão com a habitual competência, da importante tarefa.

Senhores Presidentes,

Senhores Ministros,

22. Este e outros encontros têm servido para que nos conheçamos melhor, como

homens incumbidos pelas circunstâncias e pela vontade de nossos povos de associar nossos Estados Nacionais em torno de um destino comum. Este convívio reforça a convicção de que a integração continental é o destino inafastável de nossos países. Os povos, como as pessoas, se estimam

mais, quando se conhecem melhor e realizam, juntos, seus projetos comuns. O Mercado Comum do Sul é o início do processo que nos levará a fazer da Nossa América a Grande Pátria de Homens Livres.

Muito obrigado. ■



III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de abertura da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 15 de julho de 1993

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Governador do Estado,
Senhora Prefeita,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros,
Senhoras e Senhores,

Nenhuma cidade brasileira poderia acolher, com maior legitimidade, este encontro, do que a de Salvador. Para ela se deslocaram, a fim de receber Vossas Excelências, os sentimentos de hospitalidade de toda a Nação.

Neste território, em que o calor dos trópicos chega ao coração e à alma dos homens, as naus portuguesas terminaram a longa viagem que Ulysses interrompera, diante do Mar Oceano, em Lisboa, a «Oli-sipo» das mais antigas conjecturas, naquele tempo em que o mito e a história estabeleceram os rumos de nossa civilização. Aqui se completou, vindo do Leste, o projeto do Ocidente.

A Bahia em sua fascinante religiosidade, na força criadora de seus artistas, na beleza de seu povo, em cujas veias correm todos os sangues e em cuja alma passeiam todos os sonhos, é um dos grandes símbo-

los da comunidade de povos ibero-americanos. Aqui podemos ver como foi enriquecedora, para a velha força ancestral da Península, a contribuição dos que vieram da África e daqueles que nos esperavam na América.

Sejam bem-vindos ao nosso lar.

Temos tido, de um lado e do outro do Atlântico, traços culturais comuns e crescente afinidade política. O tempo mundial pede-nos, no entanto, passos mais ousados, a fim de que possamos explorar espaço político próprio, aberto à cooperação e à solidariedade. Temos o dever de aproveitar as convergências possíveis na promoção do bem-estar dos nossos povos.

As nossas reflexões irão servir ao fortalecimento de nossa amizade, de forma a contribuir para a construção de nova ordem mundial. A sociedade internacional que desejamos e, mercê de Deus, havermos de construir, será a que preserve a identidade cultural de cada uma das nações e promova efetiva solidariedade entre todos os homens.

Confirmamos aqui o nosso compromisso com os princípios da democracia

representativa e o respeito sagrado aos direitos humanos. O primeiro de todos os direitos, nas sociedades organizadas, é o da liberdade sob a lei.

Decidimos dedicar esta reunião de Chefes de Estado e de Governo à troca de idéias sobre o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento social. Inspiram-nos o Relatório do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas e a Resolução 47/181 da Assembléia Geral.

Impele-nos a isso a grave situação social que, em muitas de nossas regiões, viola a dignidade do homem e dificulta o progresso econômico.

Em Guadalajara, onde pela primeira vez nos reunimos, e em Madri, demos passos concretos para ampliar os horizontes de nossas atividades comuns. Em Salvador ofereceremos importante contribuição à comunidade internacional no esforço para o desenvolvimento, sob a orientação das Nações Unidas, a partir do Relatório que o Secretário-Geral apresentará à quadragésima oitava Assembléia Geral, este ano.

Esta é uma tarefa a que nos convocam a urgência e o perigo. É preciso completar o

que temos feito para a manutenção da paz e da segurança no mundo, com a solução dos problemas econômicos internacionais.

Sem isso, paz e segurança estarão sempre sob pesada ameaça. O aumento da pobreza, a degradação ambiental e os entraves ao desenvolvimento, que agravam as pressões migratórias, exigem ação solidária imediata, no interesse de todos, ricos e pobres, países industrializados e em desenvolvimento.

Quero encerrar estas palavras de boas-vindas lembrando um grande estadista brasileiro, nascido nesta cidade da Bahia de Todos os Santos, o barão de Cotegipe. Cotegipe, que sempre defendeu a idéia da aproximação com os nossos vizinhos sul-americanos, deixou-nos máxima que pode servir a este encontro: «O prazer da alma está na ação».

E é com este «prazer da alma» que comunico a Vossas Excelências haver encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que torna obrigatório o ensino do idioma espanhol nas escolas de primeiro e segundo grau em todo o Brasil.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Segunda Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Uma Nova Agenda para o Desenvolvimento, com Ênfase para o Desenvolvimento Social», em Salvador, em 15 de julho de 1993

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

O tema que ocupa a nossa atenção justifica esta reunião de cúpula. A urgência nos impõe o dever de examinar o problema do desenvolvimento dentro de suas

perspectivas de justiça social e construção humana.

Àqueles que viram, na aparente superação dos conflitos ideológicos, com o fim da Guerra Fria, o término da História, cabe-nos contrapor a realidade de um mundo marcado pelas discriminações étnicas, pela pobreza, pela fome.

A pobreza, refletida nos baixos indicadores sociais, é o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e à plena integração das economias da maioria dos países, na escala competitiva e dinâmica da produção industrial. Os outros obstáculos, de igual gravidade, são o protecionismo comercial e o monopólio tecnológico.

Temos que encontrar as raízes dos problemas que provocam instabilidade política e econômica, fome, desesperança, migrações descontroladas, violência e desrespeito aos direitos humanos. É necessário buscar o ponto de equilíbrio entre os interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. A partir desse ponto poderemos assegurar o crescimento sustentável em todo o mundo.

A realidade de nosso tempo exige que todos os esforços, para a paz e para o desenvolvimento, se articulem em dois planos: o interno, sob a vontade soberana de cada Estado, e outro, externo, de responsabilidade da comunidade internacional e de grupos de debates e cooperação, como o nosso foro ibero-americano.

Essa atuação, interna e externa, será coerente: as iniciativas não se podem contrapor, mas se devem completar de forma harmoniosa.

A comunidade internacional terá que estimular a participação, em lugar de praticar a exclusão, como tem ocorrido na história das relações internacionais. Nessa prática de excluir os outros se encontra a origem da injustiça e da violência, no interior das nações e entre elas: a exclusão brutal do racismo e do nacionalismo totalitário; a exclusão das gerações futuras, na irracional depredação do meio ambiente; a exclusão representada pela desigualdade entre as nações e agravada pelo protecionismo; a exclusão exercida pela apropriação injusta do fruto do trabalho comum e dos benefícios do Estado por grupos privilegiados. Mais grave, ainda, de que todas as exclusões porque constitui a soma de todas elas, é a exclusão de imensos contingentes da Humanidade, submetidos ao subdesenvolvimento e ameaçados de ter perpetrada a sua miséria.

Os países em desenvolvimento devem participar de todas as atividades de planejamento estratégico da comunidade internacional que visem a resolver o problema. Em primeiro lugar, porque se trata de um imperativo ético. O conceito de justiça social integra o patrimônio moral de nossa civilização e deve inspirar o relacionamento entre os homens e os estados. Em termos internacionais, justiça social significa desenvolvimento com equidade.

Trata-se de uma exigência política. O subdesenvolvimento e a concentração da renda promovem a instabilidade no interior dos países e na comunidade internacional. O desenvolvimento pleno constitui condição sem a qual não haverá

garantia de relações sempre pacíficas entre as nações.

Tais princípios devem, a meu juízo, presidir ao exame dos temas de nossa «agenda para o desenvolvimento», especialmente no que se refere ao vínculo entre as questões de comércio, de investimento e de acesso à tecnologia.

A crescente liberalização do comércio, adotada pela maioria de nossos países, vem sendo respondida com a multiplicação de barreiras protecionistas em mercados importantes dos países desenvolvidos, disfarçadas, muitas vezes, como barreiras não tarifárias, sempre mais bem elaboradas e mais complexas. Esse desequilíbrio ameaça comprometer o esforço negociador da Rodada Uruguai, que deve se concluir de forma equilibrada e sem novas cláusulas condicionantes.

Vale dizer que para o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis

é necessário o acesso a tecnologias novas, incluídas as características como «sensíveis». Para isso se faz necessário definir claramente direitos e obrigações, de forma multilateral, e dentro dos princípios de transparência e equidade.

A nova agenda para o desenvolvimento deve envolver, com espírito construtivo, toda a comunidade internacional. Nossos países reúnem condições objetivas para participar desse esforço.

Cada geração confia a uma parcela de seus contemporâneos a responsabilidade política de manter e ampliar as conquistas do espírito humano. Nós que estamos aqui, na representação de nossos povos, podemos e devemos encontrar caminhos que sirvam ao nosso grupo unido pela História e pela Geografia e, pelo nosso exemplo e influência, a todas as nações da Terra.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Quarta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia como instrumentos do desenvolvimento; as soluções do conjunto e as questões internacionais», em Salvador, em 16 de julho de 1993

Senhor Presidente Lacalle,

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

O tema central de nosso encontro – a agenda para o desenvolvimento, com des-

taque para o progresso social – exige-nos atenção maior com os atos que possam ter efeito direto nas condições de vida de nossos povos.

Superado o maniqueísmo ideológico, torna-se mais evidente a interdependência

crescente entre todas as nações do mundo, com o entrelaçamento dos interesses de uns com o interesse de todos, o que traz novas oportunidades, novos desafios e novos riscos.

Renova-se a disposição de trabalhar pela construção da paz, em cuja base se encontra o desenvolvimento social. Já o disseram, e vale a pena repetir, que o desenvolvimento em sua plenitude é o novo nome da paz.

Os documentos aprovados em Guadalajara e em Madri refletem a nossa disposição em fortalecer a cooperação entre nossos países, valendo-nos dos pontos de identidade que nos aproximam.

Queremos construir, com o diálogo e com a articulação de nossas políticas nacionais, nova forma de cooperação internacional que contribua efetivamente para o progresso social. Essa nova conduta terá que ser orientada pelas normas éticas da reciprocidade e solidariedade, dentro dos princípios da liberdade e da justiça.

Com esse entendimento identificaremos as áreas em que a cooperação ibero-americana possa concretizar-se e desenvolver-se de forma criativa e pragmática, com o concurso indispensável dos organismos internacionais.

Os trabalhos setoriais anteriores a este encontro de nível mais alto fornecem-nos, nos relatórios submetidos ao nosso exame, subsídios importantes para o combate à

pobreza, à doença e à fome, sem esquecer as sugestões referentes aos problemas das crianças e dos adolescentes. Da mesma forma, eles nos orientam quanto à promoção do intercâmbio científico e tecnológico, e da universalização do ensino. Para a realização de programas em todas essas áreas são indicados os mecanismos de financiamento.

Senhores Chefes de Estado,

O trabalho que está sob o nosso exame específico, neste momento, é resultado da ativa participação de diferentes órgãos oficiais e entidades de países ibero-americanos e propõe os possíveis caminhos de intercâmbio. As sugestões que nos chegam, de notável lucidez, nortearão as decisões que venhamos a tomar.

Para que as iniciativas aprovadas em Salvador se tornem concretas, contaremos com o dever e a competência dos agentes governamentais em cada um de nossos países. Penso que poderemos também contar com as organizações não-governamentais, preocupadas com o bem-estar de nossos povos.

O nosso êxito irá depender também da atuação solidária dos organismos internacionais com competência nas diversas áreas de atuação. Estou seguro de que não nos faltarão o apoio e a participação de todos.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na Sexta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Senhor Presidente Gavíria,

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

Temos, diante de nós, desafios complexos e enriquecedores. Estamos buscando a melhor conduta estratégica a fim de superar as dificuldades internas e os constrangimentos externos que tolhem a nossa atuação. A Conferência Ibero-Americana foi concebida com o objetivo de dar nova força às afinidades entre os países que a compõem, tendo em vista melhor e mais produtiva presença internacional.

As alterações na ordem internacional trouxeram novos obstáculos, que mereceram a devida atenção desta Conferência. A singularidade de nosso foro está exatamente na convergência em torno dos objetivos que o inspiram e na riqueza de sua composição. Pelo patrimônio cultural de que dispõe e pelos seus propósitos políticos, a articulação ibero-americana está qualificada a elaborar novo modelo de atuação conjunta no mundo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento econômico e social.

De comum acordo decidimos concentrar-nos neste tema de urgência e importância incontestáveis. Assim o fizemos porque a nossa preocupação maior é com a defesa da dignidade do homem. O conceito de dignidade, a nosso ver, é integral:

abrange os direitos fundamentais, entre eles o de trabalhar, produzir, e usufruir dos bens honradamente adquiridos, em plena liberdade. Isso implica a defesa da democracia e do pluralismo político como bases para o desenvolvimento com justiça social.

A reunião de Salvador vem sendo produtiva neste sentido. Foram feitas sugestões e propostas objetivas para que possamos realizar o nosso grande projeto.

Parece-me necessário recordar, mais uma vez, que o bem-estar é sempre acompanhado da paz, assim como os conflitos se nutrem da insatisfação e da miséria. Estamos, na América Latina, pagando altos custos sociais no projeto de modernização das estruturas econômicas. Temos aberto as nossas economias nacionais, expondo nossas indústrias, nossa agricultura e os nossos serviços à livre competição internacional, procurando assegurar nossa presença plena nos fluxos mundiais de comércio e de investimentos.

Por todas essas razões é estimulante verificar que a Reunião de Salvador conduziu os seus trabalhos dentro da visão de um mundo aberto, pluralista, e inspirado, em última análise, pelo respeito à pessoa humana.

Devemos seguir essa via enriquecedora, sem negar divergências ocasionais, e valorizar os traços que nos são comuns.

Essa, talvez, seja a nossa maior vantagem. Nossas sociedades têm acervo histórico e cultural comum, embora cada uma delas se distinga na construção de sua vida independente. Nesse acervo se revela a identi-

dade que nos fortalece, sem que se comprometam a soberania e o modo particular de ser de cada um de nossos povos.

Muito obrigado.

Brinde do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido aos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

É com grande prazer pessoal que compartilho da companhia de Vossas Excelências neste cenário do Pelourinho, marco da arquitetura colonial portuguesa no Brasil, incluído no Patrimônio Cultural Mundial.

O local em que nos encontramos é uma das mais importantes referências desta ci-

dade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil, em 1549, e capital da colônia até 1763.

Com a forte evocação da grande aventura dos nossos antepassados, que cruzaram o mar desconhecido para trazer a esta parte do mundo o seu saber e a sua fé, convido os presentes a um brinde à nossa História, à saga de nossos maiores e à amizade entre os povos ibero-americanos.

Brinde do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do jantar oferecido aos Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos no Museu de Arte Sacra, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhores Chanceleres,

Senhoras e Senhores,

Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Soares,

Suas palavras refletem, de maneira generosa, os sentimentos de fraternidade e

entendimento que unem os países ibero-americanos e que os trouxe a Salvador.

A contribuição portuguesa e brasileira ao acervo histórico e cultural deste grande espaço geográfico e humano se reflete neste Museu de Arte Sacra, que recolhe a expressão de nosso passado comum.

A ele se deve acrescentar a forte e generosa presença cultural africana, à qual

tanto devemos, na construção de nossa visão de mundo, portugueses e brasileiros. A Vossa Excelência e ao Governo de Portugal devo agradecer, nesta oportunidade, o apoio à iniciativa de construção da nossa Comunidade de Países de Língua Portuguesa, levada a Lisboa e à África pelo então Embaixador e agora Chanceler do Brasil, o nosso amigo comum José Aparecido de Oliveira. Ele deverá concluir, em breve, e com a autoridade de seu novo cargo, os entendimentos vitoriosamente já iniciados com os governos interessados.

Vossas Excelências tiveram a oportunidade de reconhecer, nesta cidade de Salvador, os frutos da civilização que nos une, na arquitetura, na música, nas artes plásticas e na alma de nosso povo. Vossas Ex-

celências puderam também encontrar o testemunho do sentimento de fraternidade do povo brasileiro para com os povos ibero-americanos em todos os dias de sua permanência entre nós.

Peço-lhes levar da terra brasileira a imagem de uma gente comprometida com os valores democráticos, que pressupõem o respeito a todos os homens, como seres iguais em sua razão e em sua dignidade. São tais valores que exigem o desenvolvimento social solidário que todos desejamos.

Convido a que se juntem a mim em um brinde pela amizade e bem-estar dos povos ibero-americanos e pela felicidade pessoal de Vossas Excelências.

Relato do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, sobre o Seminário «A Criança na Agenda do Desenvolvimento e da Democracia», realizado em Fortaleza, de 7 a 9 de junho de 1993

Senhor Presidente,

Sua Majestade, o Rei da Espanha,

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Tenho a honra de apresentar os resultados do Seminário intitulado «A Criança na Agenda do Desenvolvimento e da Democracia», realizado nos dias 7, 8 e 9 de junho último, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, no contexto dos encontros preparatórios desta III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em

cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Governo do Estado do Ceará.

O Seminário se propôs a examinar a situação da criança nos países ibero-americanos, e a avaliar os progressos verificados na área de promoção e proteção de direitos, no marco da implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

O encontro constitui o seguimento ao tratamento dado ao tema, por ocasião da I e da II Conferências Ibero-Americanas, retomando e avançando nos compromissos previamente assumidos.

Todos os países signatários da Cúpula Ibero-Americana são – como não se desconhece – Estados-Partes das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Partindo de tal obrigação jurídica, confirmada, no mais alto nível político, pelo Encontro de Nova York, e reafirmada pelas I e II Conferências Ibero-Americanas, chegamos ao momento adequado para converter a palavra em ação mobilizadora e transformadora em prol da criança ibero-americana, impulsionada pela vontade política dos Governos e capaz de envolver ampla participação social.

Pareceu, portanto, indispensável ao Governo brasileiro que a temática da criança, por sua relevância, urgência e complexidade, viesse a figurar entre aqueles assuntos que merecem exame atento e cuidadoso por parte dos Chefes de Estado e de Governo, presentes em Salvador.

O encontro de Fortaleza, com a presença de representantes de 18 países signatários, que sob a presidência do Brasil, as vice-presidências do México e da Colômbia e a relatoria da Espanha, examinou, em profundidade, a problemática da criança, na comunidade ibero-americana, em suas múltiplas e complexas inter-relações com os temas do desenvolvimento e da democracia.

Os debates, marcados por tom cordial e construtivo, se desenvolveram ao longo da linha mestra do princípio do fortalecimento da democracia, vinculado à tese da infância colocada como ponto de partida e de chegada do desenvolvimento econômico. O Governo brasileiro buscou trazer sua contribuição aos trabalhos pela apresenta-

ção de iniciativas inovadoras, nessa área, como o Conselho Nacional de Proteção da Criança e do Adolescente (Conanda) e o movimento de mobilização do Pacto pela Infância, no marco da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais experiências constituem exemplos de responsabilidade compartilhada entre o setor público e a sociedade civil organizada, em prol do cumprimento das metas em favor da infância brasileira.

O Seminário cumpriu plenamente o seu mandato, ensejando contatos e intercâmbios de experiências entre os representantes e entre estes e os demais participantes, contatos que se esperam duradouros e frutíferos entre os diversos representantes governamentais, todos diretamente responsáveis pelo manejo de políticas em favor da infância em seus países.

Finalmente, cabe uma palavra especial para o chamado «Documento de Fortaleza», que consolida de forma concisa o diagnóstico e as propostas de ação emanadas dos três grupos de trabalho formados durante a reunião. Consubstanciando as conclusões e recomendações do encontro, o referido documento, que submeto à consideração de Vossas Excelências, parte da percepção de que o cumprimento das metas em favor da infância poderá relevar-se como fator integrante das estratégias gerais de desenvolvimento, em nível internacional. Num esforço conjunto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, busca envolver os organismos internacionais de financiamento, assentando-se em reciprocidade e solidariedade. Configura, assim, uma nova cultura de efetiva coope-

ração, em áreas vitais para a promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Mais que meras palavras ou promessas, os resultados do Seminário de Fortaleza apontam para um caminho concreto: a adoção de medidas efetivas, na área das

políticas sociais, para garantir a real promoção e proteção dos direitos de nossas crianças e adolescentes. Tal é o claro consenso que emerge dos Governos dos países participantes.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de encerramento da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhores Chanceleres,

Ilustres Delegados,

Senhoras e Senhores,

Congratulo-me com Vossas Excelências pela atmosfera de cordialidade, amizade e disposição para o entendimento em que nos reunimos. Graças a isso, houve proveitosa colaboração e consenso em torno das idéias e iniciativas que consagram esta Conferência como foro de diálogo e cooperação. O nosso encontro será avaliado pela maior aproximação de nossos povos e Governos e pelas iniciativas comuns que já começaram a trazer resultados.

Nortearam nossos trabalhos os princípios e objetivos enunciados na reunião constitutiva da Cúpula Ibero-Americana, há dois anos, em Guadalajara e reiterados em 1992 em Madri. Esta Conferência nasceu com a aspiração de dar impulso conjunto ao desenvolvimento econômico e social. Com esse escopo, temos apoiado programas de cooperação que gerem frutos e contribuam para um futuro de paz,

bem-estar e igualdade social para os nossos povos.

O projeto ganhou contornos próprios em Salvador. A nova conjuntura política, com o fim da bipolaridade ideológica, liberou o diálogo internacional.

A Assembléia Geral das Nações Unidas, com a Resolução 47/181, convidou a comunidade internacional a discutir nova agenda para o desenvolvimento. Trata-se de revitalizar o papel da ONU e dos organismos internacionais, entre eles os estabelecidos em Bretton Woods.

Assumimos, em nossa reunião, a responsabilidade de indicar à comunidade de nações que estamos dispostos a ser interlocutores plenos, ativos, inovadores e cooperantes.

Foi nossa intenção ressaltar o progresso social no contexto do desenvolvimento em seu sentido lato. Relembro, a propósito, que, já em 1945, os Estados que se reuniram em São Francisco estabeleceram, como centro do compromisso das Nações Unidas, a promoção do progresso econômico e social.

Em muitos países de nossa área os índices estatísticos revelam situações preocupantes quanto à mortalidade infantil, ao analfabetismo, ao acesso aos serviços básicos de saúde e educação elementar, à desnutrição, à incidência de endemias próprias da pobreza, ao atraso social, enfim. É uma situação angustiosa, e que reclama soluções de emergência. O novo conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento deve se fundar nessa prioridade.

A promoção do desenvolvimento, tal como foi historicamente concebida, baseou-se na produção de riquezas materiais, sem assegurar a sua justa distribuição. Alguns países se deram conta do perigo que isso representava, e estabeleceram legislação disciplinadora. Os que descuidaram do desenvolvimento social sofrem até hoje as conseqüências dessa imprevisão. Te-

Discurso do Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, na III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Salvador, em 16 de julho de 1993

Sinto-me muito honrado em poder dirigir-me aos senhores Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos. De modo especial, por fazê-lo em meu país, nesta cidade de Salvador, bela e vigorosa síntese de história e cultura.

Pela terceira vez, reúne-se a Comunidade Ibero-Americana, novo fator de iniciativa no diálogo internacional, que nele se afirma com claro potencial de ação política. Constitui uma força com capacidade

mos ainda tempo de reparar esse tremendo equívoco histórico, mas não muito.

Creio ser esta, senhores, a grande tarefa da comunidade internacional. E me sinto feliz por haver participado de um encontro que reafirmou o primeiro de todos os deveres do Estado democrático: o de promover e assegurar a dignidade dos seres humanos.

Senhores Chefes de Estado e de Governo, o Brasil, em seu povo e em seu Governo, agradece a visita de Vossas Excelências, e o esforço comum em busca de tempos de justiça e dignidade para os nossos povos.

Levem Vossas Excelências a memória de dias vividos com uma gente que só deseja a paz e a prosperidade de todos os homens da Terra.

Muito obrigado.

de levar ao equilíbrio o mundo desordenado de nossos dias.

Nada mais necessário e urgente. Vemos antigos conflitos entre comunidades e nações, antes de algum modo reprimidos, se exacerbarem hoje em trágica violência. Continua a ampliar-se a distância entre países pobres e países ricos. As fissuras na aparente unidade do norte industrializado, quanto à matéria comercial em particular, agravam circunstâncias de repercussões adversas para o sul.

Cabe indagar se a melhor resposta a esse conjunto de situações está na prevalência de um processo decisório internacional, excludente. A democratização desse processo tornou-se inadiável e deve consolidar-se em textos de valor jurídico vinculatório.

Uma comunidade como esta, de países que estiveram na origem ou colaboraram no aperfeiçoamento progressivo do direito internacional, tem natural responsabilidade em que preceitos e compromissos jurídicos prevaleçam sobre o pragmatismo de curto prazo como forma de organizar a sociedade internacional. Proponho, se me permitem, que esta contribuição ibero-americana seja tarefa prioritária, a orientar a colaboração internacional para o desenvolvimento.

A Organização dos Estados Americanos tem participado ativamente nos esforços de renovação democrática, na promoção do desenvolvimento e na garantia da paz. Respondeu à voz dos povos, cuja autodeterminação é fonte de legitimidade. Soube adaptar-se às exigências contemporâneas – às vezes até a elas se antecipou. Não hesitou em reformar sua carta constitutiva para fortalecer seu papel político, para aperfeiçoar os instrumentos de defesa do sistema democrático, para tornar operativo o vínculo entre democracia e desenvolvimento.

No mês de fevereiro de 1994, os Estados membros da OEA se reunirão, no México, para considerar as questões da permanência de situações de pobreza e das exigências do desenvolvimento, que inte-

ressam a todos e não são exclusivas dos países latino-americanos e caribenhos.

Não temer a renovação é uma tradição da OEA. Tem sido ela capaz, dessa forma, de dar respostas flexíveis e dinâmicas a uma realidade cambiante. Preservar seu espaço de ação, definido de direito em sua Carta, dentro de uma nova configuração do sistema internacional, é o seu atual desafio, como também é o desafio de todos os demais organismos regionais.

Uma das reformas mais recentes coincide com o tema desta reunião, «Uma Agenda para o Desenvolvimento». A OEA deu contribuição decisiva ao projeto coletivo de paz e democracia quando incorporou no texto de sua carta em sua prática o conceito de desenvolvimento integral, fundamento de um processo que conduza a uma ordem econômica e social justa em que a pessoa humana possa se realizar plenamente.

O desenvolvimento integral indica que, além da ação econômica, é necessário ampliar o acesso à educação, preservar os valores culturais, promover a pesquisa científica e a difusão da tecnologia, conservar o meio ambiente e, sobretudo, criar condições para a melhor distribuição da riqueza e da renda. A renovação das modalidades de desenvolvimento requer novo espírito que busque a reforma democrática das estruturas sociais com o mesmo fervor com que se procura o aperfeiçoamento das econômicas.

Em sociedades relativamente igualitárias a economia de mercado facilita a utilização eficiente dos recursos e promove a

expansão econômica e a difusão de seus benefícios. Naquelas em que a participação é limitada, o mercado atua em favor dos que a ele têm pleno acesso e em detrimento dos marginalizados.

Não é difícil imaginar o frutífero impacto social, político e econômico da incorporação ao processo de desenvolvimento dos grupos dele excluídos pela pobreza e marginalização. No caso da América Latina e do Caribe equivaleria a resgatar para a vida social institucional quase metade da população.

Cada país enfrenta a tarefa primordial de seu próprio desenvolvimento e é soberano para decidir como alcançá-lo. A Comunidade Internacional, entretanto, pode

contribuir para o êxito dos esforços nacionais se os compreende e os apóia.

A injustiça e a pobreza aguda debilitam o exercício democrático. A liberdade política, o progresso econômico e a justiça social são indissolúveis se desejamos sociedades ordenadas e pacíficas. A participação da cidadania será ampla, ou não será democrática. Como não é democrática a má distribuição de oportunidades e de riqueza. A contrapartida de sacrifícios gerais para progredir encontra-se necessariamente na participação geral nos benefícios do progresso alcançado.

A responsabilidade principal da abertura política desta última década do século XX é responder com fatos às expectativas criadas. ■



Inauguração do Parlamento Latino-Americano

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, na inauguração do Parlamento Latino-Americano, em São Paulo, em 17 de julho de 1993

Senhor Presidente do Parlamento Latino-Americano,

Senhores Chefes de Estado,

Senhores Membros do Parlamento Latino-Americano,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Senhoras e Senhores,

Moços e Moças.

Inauguramos hoje a sede do Parlamento Latino-Americano, sob a inspiração dos mais elevados ideais que orientam a vida política e social em nossos países.

A realização do destino que nos foi legado pelos fundadores dos Estados Continentais pressupõe o respeito absoluto aos dois valores em que se alicerça a civilização: a liberdade e a ordem. Em plena liberdade, em suas Casas Parlamentares, mediante os representantes escolhidos em processos legítimos, os povos estabelecem a ordem jurídica que pede a sua vontade comum. Cabe às demais instituições do Estado garantir a liberdade e manter esta ordem, não permitindo a dissolução da autoridade nos ácidos da anarquia, nem

recorrendo a medidas que violem as constituições e as leis.

A essa trabalhosa forma de viver e governar chamamos democracia. Nem sempre nos damos conta de suas virtudes, mas quando delas nos privam, ansiamos por sua restauração. Relembramos que é preferível o cansativo diálogo ao uso da força; que é melhor a paciência que o açodamento que leva a decisões impensadas; e que o emprego de meios legítimos e constitucionais, para a garantia das instituições e do cumprimento da ordem jurídica, mesmo à custa de efêmera popularidade política, é muitas vezes inevitável, a fim de impedir que nos ameace a desordem essencial das ditaduras.

Quando pensamos em democracia, pensamos em Parlamento. É nos Paramentos que as idéias crescem, no ardor dos debates, na força das paixões políticas. É também no Parlamento que, nas horas mais graves, selam-se os acordos em nome da paz.

Em nosso País e em nossos sacrificados tempos de luta pela reconquista da democracia e a reafirmação do Parlamento, destacou-se a figura de Ulysses Guima-

rões, a cuja memória acabamos de prestar uma homenagem justa. Ulysses, em mais de quatro décadas de vida pública, foi o exemplo da paixão e da paciência, do confronto, da coragem e da transigência.

O Brasil sente-se honrado em acolher, na cidade de São Paulo, esta casa da democracia latino-americana, que será foro privilegiado do diálogo e do entendimento. Estou certo de que nele encontraremos o espaço para construir a unidade com que sonharam os nossos maiores e que nos foi negada pelas circunstâncias daquele tempo. Unidade que sempre será regida pelo sagrado respeito aos princípios da autodeterminação dos povos.

Não nos devem mover, neste ideal de integração, apenas as razões econômicas, por mais ponderáveis elas possam ser. Estou convencido de que mais do que a troca de bens e serviços, temos que trocar as nossas ricas experiências humanas. A nossa integração terá de ser cultural, ou não será integração. De um lado e de outro das montanhas e dos rios que marcam os nossos limites de soberania, há homens e mulheres que embelezam e dão nova dignidade à vida, na criação literária, nas artes plásticas, na música e na expressão, poderosa e não raras vezes fantásticas, da arte popular.

Foi com essa consciência do que deve ser feito que, conforme anunciei em Salvador, encaminhei ao Congresso Nacional projeto de lei que determina o ensino do idioma espanhol em todas as escolas de primeiro e segundo graus, em todo o território brasileiro.

Temos também, para servir ao futuro comum, as lições da fraternidade social dos nossos ancestrais nativos do continente. Em suas sociedades, aparentemente primitivas, porque desprovidas do conhecimento técnico, encontramos a inspiração para a necessária justiça social. Sem que resolvamos os terríveis problemas sociais trazidos pelo crescimento econômico desordenado, a democracia estará incompleta. Por isso devemos nos acautelar contra as ilusões de uma modernidade que, em nome da abertura inevitável dos mercados, mantenha a exploração da mão-de-obra barata como pressuposto do progresso econômico.

Senhoras e Senhores,

A construção política da América Latina talvez venha sendo a mais incitante das aventuras do homem. Foi necessário que se transpusessem todas as fronteiras do mistério, cortando os meridianos ocidentais e a linha equinocial, no confronto com um mundo próprio e poderoso, para estabelecer aqui a nova plataforma da História.

Este Parlamento irá servir para que nos conheçamos melhor. Ele faz parte de um conjunto arquitetônico próprio e se cerca de instalações de natureza cultural, de iniciativa do povo e do Governo de São Paulo, destinadas a receber o espírito criador de nossa América. Não tenha dúvida de que, aqui, começa, na solidez destas paredes, a construção objetiva de nossa integração.

Muito obrigado. ■

Brasil e Estados Unidos discutem propriedade intelectual

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura da reunião de consultas entre Brasil e Estados Unidos sobre propriedade intelectual, em Brasília, em 19 de julho de 1993

Senhor Embaixador Richard Melton,

Senhora Embaixadora Carmen Suro-Bredie,

Representante Assistente de Comércio dos Estados Unidos para a América Latina e o Caribe e a África,

Senhores integrantes da Delegação dos Estados Unidos,

Tenho muita satisfação em recebê-los no Itamaraty. O diálogo freqüente entre Brasil e Estados Unidos muito pode contribuir para dirimir dúvidas e dissipar desconfianças sempre presentes nos intercâmbios econômicos e comerciais amplos, diversificados e complexos como o nosso.

Não posso, contudo, deixar de afirmar que o Governo brasileiro lamenta que essas consultas sobre propriedade intelectual tenham sido provocadas pela investigação que se realiza ao amparo da legislação comercial dos EUA, que cria uma expectativa e uma tensão desnecessárias e incompatíveis com o excelente nível geral de nosso relacionamento bilateral. Eu próprio, na minha capacidade

anterior de Chefe da Delegação brasileira junto ao GATT, já tive a oportunidade de expressar o dano que essas medidas ou ameaça de medidas unilaterais causam ao sistema multilateral de comércio e não vou repeti-lo aqui.

Tenho forte esperança de que como resultado desta e de reuniões subseqüentes possamos superar essa questão. Para atingir esse objetivo, é necessário que trabalhem num clima de abertura e confiança. O lado brasileiro está empenhado nisso.

Apesar de parecer reiterativo, julgo importante efetuar breve recapitulação dos eventos que nos conduziram a esta reunião, de modo a compreender-se certa perplexidade existente do lado brasileiro.

O Brasil foi objeto de investigação de natureza similar em 1988, que resultou na aplicação de sanções, na forma de uma sobretaxa de 100%, pelos EUA a alguns produtos importados do Brasil, em especial os do setor papel e derivados. O Brasil solicitou então a constituição de um painel no GATT para examinar a matéria.

A alegada razão da aplicação dessas sanções foi a ausência de proteção paten-tária no Brasil a processos e produtos far-macêuticos, que resultaria em prejuízos às indústrias norte-americanas do setor.

Com a eleição do novo Governo e antes mesmo de sua posse, já havia a ma-nifesta intenção de proceder a uma revisão significativa de nossa política industrial e de comércio exterior, com a reformulação de alguns dos instrumentos dessa política, entre os quais a legislação de propriedade industrial. Após entendimentos com os EUA, acordou-se que as sanções seriam retiradas e que o Governo brasileiro sub-meteria projeto de lei de proteção aos di-reitos de propriedade industrial ao Con-gresso, em que concederia proteção paten-tária a processos e produtos farmacêuti-cos. Como conseqüência o Brasil retiraria seu pedido de exame da matéria no GATT, onde, aliás, já havíamos obtido o primeiro passo, com a aprovação da constituição de um painel.

Como foi expresso na carta que nosso Embaixador em Washington enviou ao USTR em fins de abril passado: «Never was it part of the understanding, or for that matter was it mentioned, that the future legislation would have to follow a specific model based on the unilateral understand-ing of the U.S. Government of what consti-tutes appropriate IPR legislation, a con-dition that would have been unacceptable from the beginning. Nevertheless, the first Government proposal already contained clauses much more far reaching than the original understanding would have entai-led, such as the extension of term of pro-

tection, the extension of patentability to food products and metal alloys and impor-tant provisions relating to trademarks, be-sides a significant simplification of the INPI in the examination of contracts for the transfer of technology».

Embora o decurso de tempo para apre-ciação do projeto de lei no Congresso pos-sa parecer longo, tal fato decorre natural-mente do processo democrático. Apesar do forte empenho do Executivo em obter a aprovação do projeto, o ritmo de sua tramitação é ditado, em última instância, pelo próprio Congresso, que, como a de-legação dos EUA bem apreciará, é sobera-no para fixar suas prioridades e procedi-mentos. De qualquer forma, o projeto está em fase avançada e é nossa convicção que, se não se introduzirem novos complicado-res, poderá ser aprovado muito breve.

A abertura dessa investigação contra o Brasil não se coaduna com a evolução positiva dessas questões no Brasil. Essa evolução se dá não apenas no plano legal, mas de forma significativa no plano conceitual, onde, em linha com reordenamen-to de nossa política industrial e de comér-cio exterior, houve profunda inflexão na área de propriedade industrial, como ates-tam as patentes concedidas para a área de biotecnologia.

As diferenças que subsistem entre nossas percepções nessa área são natu-rais e decorrem de nossas tradições jurí-dicas e estágio de desenvolvimento tec-nológico e industrial distintos. De resto, em diversos aspectos, a legislação ame-ricana é singular.

Não obstante, as diferenças remanescentes são menores e marginais, sobretudo em vista da grande evolução da legislação brasileira em tramitação, a qual se alinha com os textos que foram objeto de ampla e laboriosa negociação no âmbito multilateral, em particular o de TRIPS da Rodada Uruguai. É evidente que, seguidor fiel dos acordos internacionais a que adere, o Brasil cumprirá integralmente o que vier a ser finalmente acordado, no contexto de um resultado final equilibrado da Rodada,

cuja chave, como todos sabem, não está nas nossas mãos.

Espero, assim, que estas consultas sirvam para que ambos os lados superem as dúvidas ainda existentes e abram o caminho para o encerramento desta controvérsia, que já dura vários anos e não condiz com o nível geral de relacionamento bilateral entre nossos países.

Muito obrigado. ■



Seminário sobre Reserva da Biosfera do Cerrado

Discurso do Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário sobre Reserva da Biosfera do Cerrado, no Senado Federal, em Brasília, em 19 de agosto de 1993

Foi uma feliz coincidência o convite do Secretário Paulo Timm para que, na qualidade de Ministro interino das Relações Exteriores, eu abrisse o Seminário sobre Reserva da Biosfera do Cerrado, em vista de que, ainda como Representante em Genebra, participei da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para tratar especificamente do tema da Ciência e da Tecnologia em suas relações com o meio ambiente.

As conclusões da Rio-92 levaram à plena conscientização da grande importância que tem o acesso a recursos financeiros adicionais e à obtenção de novas tecnologias, em condições adequadas. Os dois aspectos, o financeiro e o tecnológico, se interrelacionam profundamente, pois, hoje, o desenvolvimento sustentável depende do acesso às novas tecnologias, a que por sua vez pressupõe a disponibilidade de recursos. Sabemos também que as dificuldades de acesso à tecnologia não se resumem ao aspecto financeiro. Barreiras de toda ordem dificultam hoje o acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias avançadas, mesmo quando remuneradas.

2. Não é novidade o comprometimento do Brasil com questões ambientais. Temos, nessa área, um significativo ativo diplomático, que nos confere legitimidade para promover a cooperação e para trabalhar em prol da construção de uma ordem mundial mais justa nos planos político, econômico e ético.

3. Para o Brasil, o conceito de desenvolvimento sustentável tem grande importância, inclusive como idéia-força da ordem mundial que se delineia. É essencial para a compreensão do mundo em que vivemos, pois engloba não só a noção de eficiência na produção de riquezas, mas também a de sustentabilidade ambiental.

4. A associação íntima entre questões do meio ambiente e do desenvolvimento foi ganho conceitual, cristalizado na Conferência do Rio, que cabe agora manter. As questões ambientais não podem voltar a ser encaradas sob ótica puramente preservacionista, sem considerar que o subdesenvolvimento é, por si só, fator determinante na degradação do meio ambiente.

5. O conceito de Reserva da Biosfera está em perfeita harmonia com essa idéia geral

que norteia a atuação brasileira em questões relativas ao meio ambiente. As Reservas têm seu valor internacionalmente reconhecido como promotoras do desenvolvimento sustentável.

6. O Programa «O Homem e a Biosfera», por suas características, tem merecido o apoio do Itamaraty. Trata-se de Programa amplamente representativo, cuja execução compete a uma Comissão composta por vários setores da administração pública e também por personalidades de reconhecido valor. Ademais, ao não restringir o universo de seus participantes, que inclui membros de entidades não-governamentais, o Programa atende amplamente às exigências de nosso tempo e propicia ampla abertura para a sociedade civil.

7. Temos, hoje, no Brasil, já constituídas, duas Reservas da Biosfera, ambas na Mata Atlântica. Outras quatro, entre elas a Reserva da Biosfera do Cerrado, foram apresentadas à Unesco e, proximamente, serão consideradas no âmbito daquele organismo, quando contarão com o apoio decidido do Governo brasileiro para a sua correta avaliação.

8. Estou seguro de que a aprovação da Reserva da Biosfera do Cerrado cumprirá importante etapa para a preservação ambiental do País. E mais, representará passo essencial para o planejamento da ocupação do espaço de nossa região central.

Muito obrigado. ■



Posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores e do Chefe de Gabinete

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, e do Chefe de Gabinete, Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto, realizada em 2 de setembro de 1993, no Palácio Itamaraty

Senhores Ministros de Estado,
Senhor Embaixador Roberto Abdenur,
Senhor Embaixador Affonso Ouro Preto,
Senhor Subsecretário,
Familiares e amigos dos dois empossados,
Senhores Embaixadores,
Senhoras e Senhores,

Quis o destino, em uma trama que não deixa de evocar um conto de Borges, que uma curiosa inversão de papéis, um jogo de espelhos me fizessem presidir a cerimônia de posse do meu substituto e assumir aqui, neste momento, o papel que em meu discurso de 30 de junho último eu, carinhosamente, reconhecia com esperança e expectativa caber ao Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Assumo agora, inspirado pela amizade de José Aparecido e pelo seu exemplo de

homem público e de vocação de servir ao Brasil, essa função para a qual fui designado pelo Presidente Itamar Franco, cuja confiança me honra, como creio poder dizer, nos honra coletivamente. Essa confiança me encoraja e redobra, no diplomata de carreira que me orgulho de ser, o sentido de responsabilidade e de serviço que une os funcionários do serviço exterior brasileiro.

É para mim um prazer muito especial poder nesta cerimônia empossar o Embaixador Abdenur como Secretário-Geral e o Embaixador Ouro Preto como meu Chefe de Gabinete.

As qualidades do Embaixador Roberto Abdenur são por todos conhecidas, qualidades de inteligência, de dignidade, de integridade, de sua lendária capacidade de trabalho, do seu sentido de justiça e da sua busca de harmonia, qualidades essas todas que asseguram à Casa que terá à sua frente um Secretário-Geral firme, porém com-

preensivo, sempre capaz de ouvir e de dar o melhor conselho ao Ministro de Estado.

O Embaixador Ouro Preto é um homem de fina análise política, um homem que reúne as melhores tradições brasileiras e uma cultura universal. É um conselho indispensável, que fiz questão de ter a meu lado, e muito agradeço a ambos terem atendido a essa convocação.

Creio que tanto a Casa quanto a minha assessoria direta estarão absolutamente bem servidas com o Embaixador Abdennur como Secretário-Geral e com o Embaixador Ouro Preto como meu Chefe de Gabinete.

Se os Senhores me permitirem, e tendo em vista que no meu discurso de Secretário-Geral há pouco mais de dois meses eu já havia falado o que penso sobre a condução dos trabalhos no Ministério, vou dedicar algumas reflexões à Política externa.

Não pretendo discorrer sobre os princípios da Política externa, até porque eles são sólidos, permanentes e o Presidente Itamar Franco, no discurso que fez no Instituto Rio Branco, os enunciou de forma clara.

Tampouco creio que seja o caso de fazer uma análise da situação internacional em todos os seus detalhes, porque todos os senhores aqui são argutos observadores do cenário internacional. Mas não posso deixar de fazer algumas referências: em primeiro lugar, a Política externa do Governo Itamar Franco não precisa de rótulos; ela é voltada para o desenvolvimento do País, para a afirmação dos valores democráticos e é uma Política externa de

cunho universalista. É uma Política externa sem alinhamentos outros que não aqueles que estejam ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro.

Vivemos uma ordem que está em gestação. É uma nova ordem internacional na qual devemos procurar encontrar o papel do Brasil. Face às dicotomias frequentemente ouvidas entre globalismo e regionalismo, temos que fazer uma verificação óbvia: o Brasil, por suas dimensões, por sua complexidade, pelo seu tecido social, pela composição étnica e cultural da sua população, pelos seus interesses diversificados, não cabe em nenhum bloco, político ou econômico, ou em nenhuma área de influência.

O Brasil, nessa Política externa voltada para o seu desenvolvimento e para a afirmação da democracia, não tem vertentes exclusivas e excludentes. A inserção do Brasil no quadro internacional é, pode-se dizer, uma inserção estelar, que se dirige em vários sentidos. Isso evidentemente não exclui prioridade ou ênfases, e vou me referir a algumas.

É evidente que a primeira prioridade, a primeira ênfase que vem à mente é a América do Sul. Na América do Sul, muito especificamente, estamos empenhados em levar adiante o ambicioso plano, com as correções que eventualmente se façam necessárias com o tempo, da integração do Mercosul. É significativo, é uma coincidência, mas é uma coincidência simbólica, que a primeira viagem que farei na qualidade de Ministro de Estado, amanhã, seja à Argentina, país com o qual temos e que-

remos ter uma relação absolutamente privilegiada.

Essa prioridade se completa por uma iniciativa tomada já no governo Itamar Franco, que é a Iniciativa Amazônica, que estamos propondo, além das iniciativas anteriores já existentes em relação a outras formas de cooperação. Ela consiste na negociação de amplos acordos econômicos com os países Amazônicos. Creio que não é absurdo sonhar com um *espaço econômico sul-americano* que nos dê forças para termos uma articulação plena e multifacetada no cenário internacional.

É também necessário reconhecer que nas ênfases e prioridades da nossa Política externa temos que buscar países com os quais temos afinidades naturais, seja pela Geografia, seja pela História, ou ajuda pela Cultura, que normalmente é uma combinação das duas coisas. Neste contexto, os países de língua portuguesa certamente merecerão uma ênfase especial. Essa ênfase nos permitirá, inclusive, combinar experiências e culturas que reúnam três continentes.

A Política externa do Governo Itamar Franco não poderá descurar das nossas relações com os países desenvolvidos. Intensificar e diversificar as nossas relações com esses países – Estados Unidos, Comunidade Européia, Japão, entre outros – é evidentemente um ponto de grande importância.

Esses países são fontes inestimáveis de investimentos, representam mercados para os nossos produtos e podem represen-

tar também fontes de conhecimentos tecnológicos.

Nessas relações teremos que combater o protecionismo, lutar para que sejam eliminadas ou diminuídas as restrições ao acesso à tecnologia, e temos que, pelo diálogo, resolver os problemas que eventualmente surgem (e que são normais em relacionamentos intensos). Mas sempre com firmeza, sem renunciar à nossa soberania, que se expressa não só no conteúdo das decisões, mas também no ritmo de sua implementação.

Estamos vivendo, de certa maneira, para usar a frase famosa de Aldous Huxley «Um Admirável Mundo Novo». É um admirável mundo novo que pode ser compreendido como um mundo de riscos e como um mundo de oportunidades. Do lado dos riscos, vemos evidentemente a tentação de hegemonia, natural numa situação em que a bipolaridade se esvaiu. Ainda do lado dos riscos, vemos proliferar conflitos localizados que, antes de uma forma ou de outra ficavam «sufocados» pela realidade da Guerra Fria.

Comprendemos portanto, que a segurança internacional se tornou um tema mais complexo. Estamos atentos e prontos a contribuir para eliminar ou para diminuir as tensões que resultam dessa nova situação. Temos um compromisso firme com o desarmamento, com a eliminação das armas de destruição de massa e com a não-proliferação. Esse compromisso, naturalmente, se compõe e se completa com uma atenção redobrada para que as garantias que tenhamos que dar, juntamente com outros países, não signifiquem, de forma

alguma, cerceamento das nossas possibilidades de desenvolvimento.

Mas esse «admirável mundo novo» é também um mundo de oportunidades, é um mundo que apresenta a possibilidade de relacionamentos novos e renovados. E não é preciso estender-nos sobre o que representa, no cenário atual, a pujança dos países da Ásia e do Pacífico, com os quais temos que intensificar nossas relações, da mesma forma que temos que intensificá-las com países que, por suas dimensões e peculiaridades, como o Brasil, não cabem especificamente em nenhuma área de influência. Nosso relacionamento com a Índia, com a Rússia, com a China, terá que merecer especial atenção. E Vossa Excelência, Embaixador Abdenur, será certamente um inspirador em muitos desses casos.

Como parte dessas oportunidades que esse mundo novo nos apresenta, há também que considerar a participação na formulação de uma Nova Ordem Internacional. É uma ilusão pensar – ela já não subsiste sequer – que se formou imediatamente uma nova ordem após a Guerra Fria. Essa nova ordem está em construção, e um país como o Brasil certamente tem muito a dar a esta construção, através de suas concepções democráticas não só no plano interno mas também no plano internacional. O reforço do multilateralismo, seja ele político, nas Nações Unidas, no desarmamento, em áreas como GATT, é portanto uma prioridade indispensável da nossa Política externa.

Finalmente, quero fazer uma breve referência a uma questão que se tornou po-

pular ultimamente, que é a questão da imagem. Eu não vou me estender sobre a relação entre a imagem e a realidade, e a ilusão que pode haver de tentar fazer-se da imagem algo como um espelho (daqueles espelhos de parque de diversões, às avessas) que transmitisse uma imagem bela de uma realidade nem sempre isenta de problemas. Nós conhecemos os problemas, muitos deles são herdados de uma época em que se dissociou o econômico do social, coisa que não mais ocorre. Mas mudanças nessa área levam tempo para madurar. A nossa preocupação é que haja uma percepção real, do Brasil real, em todos os seus aspectos, com seus problemas e seus esforços para solucioná-los, esforços inclusive para resolver os problemas democraticamente, sem a tentação do autoritarismo, sem a tentação da tecnocracia.

Nessa percepção mais precisa do Brasil, o Itamaraty pode e deve ajudar muito, agilizando seus meios e buscando transformar esse novo acervo de experiência diplomática em algo novo, em algo que não é talvez parte das tradições mais antigas da diplomacia, não só da brasileira mas de outras, que é a prática da diplomacia pública.

Meus amigos,

Nesses pouco mais de dois meses em que estou, de uma forma ou de outra, à frente do Itamaraty, nós vivemos e sobrevivemos a algumas crises. Sou tentado a fazer citações literárias a respeito disso e duas me vieram à mente. Uma do nosso querido Guimarães Rosa, nosso colega e um dos maiores escritores brasileiros de

todos os tempos, em que ele dizia: «viver é muito perigoso». Mas imediatamente me vem à mente, não menos inserida na cultura luso-brasileira, a citação de Fernando Pessoa: «Viver não é preciso, navegar é

preciso». Já temos os timoneiros, mas não se faz uma boa navegação sem toda a equipagem. Convido a todos a participarem dessa aventura.

Muito obrigado.

***Discurso de posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Embaixador Roberto Abdenur, em 2 de setembro de 1993***

Senhor Ministro de Estado,
Senhores Subsecretários-Gerais,
Caros colegas,
Senhoras e Senhores,

Minhas primeiras palavras são de profundo agradecimento a Vossa Excelência, Senhor Ministro, pelas expressões generosas com que se referiu a mim, e pelo gesto, para mim tão honroso, de propor ao excelentíssimo Senhor Presidente da República o meu nome para ocupar o cargo de Secretário-Geral, e assim desempenhar as funções de primeiro auxiliar do Ministro de Estado na condução desta Casa.

Agradeço ao Presidente Itamar Franco e a Vossa Excelência a confiança em minha pessoa. Assumo o cargo de Secretário-Geral com o compromisso de corresponder, com o melhor dos meus esforços, a essa confiança, que me envaidece tanto quanto me onera com o peso de uma imensa responsabilidade.

Tenho em Vossa Excelência, Senhor Ministro, a imagem dupla do Chefe de prestígio, talento e experiência, alçado ao mais elevado cargo da diplomacia brasileira, e a do companheiro a que me une uma

amizade de trinta anos, reforçada por velhos laços entre nossas famílias. Se me permitem uma nota pessoal e mesmo sentimental, não posso deixar de recordar o fato de que minha Mãe, médica, hoje aposentada, por longos anos trabalhou com o pai de Ana Maria, o saudoso Doutor Nazareth, e de que desde a juventude, Celso Amorim e eu compartilhamos ideais, sonhos e planos que, de certa forma, explicam o porquê de hoje estarmos aqui, mais uma vez, unidos pelo que representa esta cerimônia.

Será, portanto, Senhor Ministro, caro Celso, um muito especial prazer trabalhar ombro a ombro com um amigo querido e profissional que esta Casa passou a admirar ainda mais ao acompanhar a sua exitosa gestão como Secretário-Geral e como Ministro interino. Vossa Excelência encarna de forma insuperável aquele preceito a que tantas vezes se refere: o de que a autoridade do argumento deve sempre prevalecer sobre o argumento da autoridade.

Sua condição de diplomata de carreira, que repete agora as gestões anteriores de Ministros ilustres nascidos para a vida pública como Terceiros Secretários, redobra

a nossa responsabilidade na tarefa de assessorá-lo. Esta Casa recebeu com grande satisfação sua designação como Chanceler. Vê-lo, como diplomata de carreira, ocupar a cadeira de Rio Branco é motivo de orgulho para todos nós.

Meus colegas,

O primeiro sentimento que emerge da designação como Secretário-Geral é a emoção de se ver elevado a cargo que foi engrandecido ao longo dos anos por antecessores ilustres, que fizeram a História desta Casa e ajudaram a inscrevê-la entre as mais prestigiadas instituições brasileiras. Antecederam-me homens ilustres que forjaram a doutrina da moderna diplomacia brasileira, a começar por Araújo Castro, sob cuja inspirada chefia tive o privilégio de trabalhar na Embaixada em Washington vinte anos atrás. A memória de outros Chefes com quem trabalhei em variados momentos junta-se à de meus antecessores neste cargo para recordar-me, em lição de humildade, o quanto devo a eles pelas valiosas lições que me legaram: Ovídio de Andrade Mello, George Álvares Maciel, Sérgio Armando Frazão, Luiz Augusto Souto Maior, Antônio Azeredo da Silveira, um dos grandes Chanceleres que o Brasil teve, são nomes que me vêm de pronto à lembrança quando de mestres se trata, e mestres com quem muito aprendi.

Mas também dos colegas, coetâneos ou mesmo mais jovens, muitos dos quais posso distinguir nesta sala repleta de rostos amigos, recolhi lições e aprendi. E esse aprendizado, que me veio de mestres e condiscípulos, e é a essência do valor e da tradição do Itamaraty, expres-

sa hoje no compromisso, que aqui renovo, de procurar traduzir no meu trabalho algo das virtudes e valores, pessoais e profissionais, que pude apreciar nos colegas e funcionários sempre empenhados em servir a esta Casa.

Reservo um espaço de reverência e de afeto muito especiais ao Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, com quem tive o privilégio de trabalhar por nove anos seguidos, três deles na Secretaria-Geral, os seis restantes no Gabinete. O Chanceler Saraiva Guerreiro dispensa elogios, mas não posso deixar de recordar, como homenagem do discípulo dedicado, as suas qualidades de notável inteligência e incomensurável conhecimento da diplomacia; a autoridade sem autoritarismo; a objetividade na avaliação das situações; a serenidade na condução das questões de interesse nacional; a economia da linguagem e o comedimento na ação – todas essas qualidades incansavelmente postas a serviço da consciência patriótica e do compromisso institucional com esta Casa.

Aprendi a admirar no Embaixador Guerreiro a tranqüila firmeza com que sabia discernir os interesses brasileiros, para apresentá-los com clareza e defendê-los com soberba competência, provada em um dos momentos mais criativos da nossa história diplomática. Não obstante circunstâncias muitas vezes adversas, como o segundo choque do petróleo e a crise da dívida externa, soube sempre o Embaixador Saraiva Guerreiro sustentar decididamente o interesse nacional. Seu legado, que se expressa em êxitos como o acordo tripartite de Itaipu-Corpus, é um patrimô-

nio desta Casa, da diplomacia brasileira e do Brasil, que lançou as bases para importantes realizações posteriores de nossa política externa ao longo da última década. Esse legado há de ser inspiração a que nunca deixarei de recorrer. Quero, portanto, render neste momento, em meu nome e no de Maria Izabel, uma emocionada homenagem ao Embaixador Saraiva Guerreiro e a Dona Glória.

Senhor Ministro de Estado,

Caros colegas,

No mundo contemporâneo são cada vez mais vastos os espaços da diplomacia, exercida em suas múltiplas dimensões, da gestão rotineira à redefinição ou reafirmação dos grandes rumos e conceitos que balizam a política externa de uma nação complexa, multifacetada e profundamente inserida no cenário internacional como é o Brasil.

A interdependência que marca as relações internacionais, especialmente no campo econômico; os novos desafios e riscos oriundos de uma profunda revolução nas relações internacionais; a maior velocidade e interação dos acontecimentos políticos e econômicos e dos progressos científicos e tecnológicos, tudo isso dá à diplomacia uma responsabilidade crescente na promoção dos interesses do país e no sempre renovado esforço pelo fortalecimento de sua capacidade de atuação soberana.

Inserir melhor o país no mundo sem abrir mão do desenvolvimento sustentável, traduzir em projeção externa os progressos inegáveis que o país vem acumu-

lando apesar das dificuldades conjunturais e dos esforços requeridos pelos indispensáveis ajustes estruturais, servir de instrumento ao progresso social e econômico, compreender o mundo para dele retirar as vantagens de que o país tanto necessita – eis aí, em síntese, o que me parece ser a tarefa que este final de século reserva à diplomacia e ao Itamaraty. Em palavras claras e concisas, o Embaixador Araújo Castro assim resumiu a missão do Itamaraty: «(...) Temos de planejar nossa vida na comunidade das nações com audácia (...), sem falsas ilusões e sem ressentimentos mas também sem quaisquer renúncias ou quaisquer abdições no que diga respeito a nossos direitos e a nossos interesses».

O Itamaraty é uma grande instituição a serviço de um grande país. Não esquecê-lo é condição essencial de todo êxito, e o êxito do Secretário-Geral, Senhor Ministro, só será possível se cada um de nós for exitoso, se soubermos preservar o patrimônio que em décadas, juntos, construímos.

Nada teriam feito meus antecessores, contudo, e nada farei eu, não fosse pela certeza de contar com o respaldo humano, intelectual e profissional representado pelo Itamaraty e seu corpo de funcionários diplomáticos e administrativos. Incumbenos a tarefa de aguçar a análise, agilizar os métodos de trabalho, buscar com determinação o equilíbrio entre a necessidade que tem o Brasil de ajustar-se às novas realidades e o imperativo de preservar os interesses soberanos do país diante de novos desafios e de novas e sutis formas de exer-

cício do poder surgidas no contexto das cambiantes estruturas internacionais.

Tal situação se traduz na necessidade – pela qual o Secretário-Geral se sente diretamente responsável perante a Casa e perante o Ministro de Estado – de valorizar cada vez mais o trabalho diplomático, na Secretaria de Estado, nos postos e também naqueles órgãos em que o Itamaraty está presente na pessoa dos seus funcionários. A maior riqueza desta Casa é seu patrimônio humano, fruto de sólida formação comum e da experiência quotidiana de todos nós no trato dos assuntos externos. Posso afirmar, sem qualquer receio, que o corpo diplomático brasileiro continuará a ser o instrumento mais qualificado para a defesa dos interesses nacionais no exterior, retirando de sua própria coesão a base de uma atuação coerente e criativa.

A coesão não deriva apenas do respeito à ordem hierárquica que a todos nós subordina. Deriva, sobretudo, da crença na legitimidade do sistema ao qual estamos voluntariamente vinculados e em suas normas próprias, sempre passíveis de aprimoramentos e correções. Dessa crença retiramos a solidariedade e o espírito de grupo que nos têm unido ao longo dos anos, e que devemos saber preservar em benefício de nossa instituição.

Nossa missão, há tantas décadas definida por nossos antecessores nesta Casa, renova-se hoje com uma inigualada intensidade: o Itamaraty é antes de mais nada um decisivo instrumento na viabilização do destino do Brasil como uma grande nação. Ele é assim visto pelos nossos interlocutores externos e assim é percebido

por expressivos setores da sociedade brasileira. Como tal, precisa dos recursos materiais e humanos indispensáveis. Precisa continuar exercitando-se na busca de seu constante aperfeiçoamento, de sua adequação a tempos que mudam com velocidade e intensidade crescentes e exigem respostas igualmente velozes e dinâmicas. A Comissão de Coordenação, órgão colegiado da estrutura permanente do Itamaraty, devidamente ativada, será foro apropriado para um esforço gradual de revisão e atualização da Chancelaria brasileira. Nossa força reside na permanência, na capacidade de preservar o que é essencial nesta instituição pública, mas também na aptidão a incorporar o novo e colocá-lo a serviço dos interesses da Nação.

Tenho consciência, adquirida ao longo de anos na Secretaria de Estado e na chefia de dois postos de grande atividade no exterior, de que as limitações e constrangimentos que enfrentamos são momentâneos, de que não serão motivo de desalento para quem sabe pôr o interesse nacional e o perfil institucional da Casa a que servem à frente de dificuldades.

Serei incansável no esforço de contribuir para aportar à instituição os meios materiais e humanos indispensáveis para prosseguir nessa missão. Serei incansável na busca de dar melhores condições de trabalho aos funcionários, mais meios aos postos, maior respaldo aos agentes que, longe da pátria, esforçam-se por projetar a melhor imagem possível de um país complexo, eivado de contrastes e contradições, mas também pleno de realizações e potencialidades. Procurarei contribuir para o

aperfeiçoamento dos mecanismos de ascensão funcional, de modo que as gerações mais jovens encontrem maior estímulo e possam contar com condições de maior estabilidade e previsibilidade para o desenvolvimento de suas carreiras.

No Itamaraty formamos uma grande equipe. Tenho a consciência de que só terei êxito se tiver o apoio da Casa. E esse apoio, Senhor Ministro, com a ajuda de Vossa Excelência, quero ampliá-lo valorizando o trabalho das divisões, descentralizando as decisões e brindando responsabilidades que encorajam e estimulam. Quero buscá-lo onde ele se encontrar, na Secretaria de Estado e no exterior, Procurarei lograr para o Serviço Exterior regimes que respondam adequadamente às especificidades do trabalho diplomático e consular, e me esforçarei para assegurar a certas categorias funcionais condições comparáveis àquelas de que já usufruem outros setores.

Senhor Ministro de Estado,

Em suas palavras, que constituem um alento para a Casa e uma orientação segura para mim, Vossa Excelência traçou as linhas gerais da política externa, cuja exe-

cução o Presidente Itamar Franco colocou em suas mãos. Serei, com o concurso de todos, um fiel colaborador de Vossa Excelência na busca do êxito nessa tarefa. Anima-me a certeza de ter em Vossa Excelência, sempre, o conselho amigo, a orientação segura, a inspiração que me auxiliem na direção desta Casa. Em tudo o que de mim depender, procurarei poupá-lo para as atribuições de natureza política, interna e externa, que são próprias das funções de Ministro de Estado.

Interpreto o sentimento da Casa ao prometer-lhe fidelidade, dedicação, empenho e diligência no trato dos assuntos que incumbem à Secretaria de Estado e no continuado serviço do país.

Agradeço-lhe uma vez mais pela generosidade das suas palavras, pela confiança que depositou em mim e pela oportunidade que me brinda de servir uma vez, em posição tão honrosa, ao meu país e ao Itamaraty. Sob a orientação do Presidente Itamar Franco, o Itamaraty, chefiado por Vossa Excelência, saberá estar à altura da missão histórica que lhe confia a nação brasileira. ■



Ministro Celso Amorim visita a Associação Latino-Americana de Integração

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na Sede da Associação
Latino-Americana de Integração, em Mon-
tevidéu, em 10 de setembro de 1993*

Por ocasião da minha primeira viagem a Montevidéu, na qualidade de responsável pela execução da política externa do Governo Itamar Franco, venho hoje com especial satisfação à sede da Associação Latino-Americana de Integração, organização à qual nos prendem laços profundos, tecidos e consolidados ao longo de mais de trinta anos de atividades fecundas, sucessora que é da ALALC.

É inestimável a contribuição da ALADI ao diálogo e à aproximação dos países latino-americanos. Sua influência torna-se evidente no comércio intra-regional crescente, nos esforços integracionistas que se concretizam a cada dia em novas conquistas, nos entendimentos cada vez mais francos entre nossos países.

Com um passado de realizações na área da integração comercial, com um patrimônio valioso no presente, abrem-se para a organização novos caminhos para o futuro. Com sua criatividade já comprovada, a ALADI saberá aproveitar suas realizações para adaptar-se às novas realidades que emergem no comércio internacional.

Não poderia deixar de registrar as inúmeras vertentes que se abrem, neste particular, para o futuro da ALADI.

Em um mundo em que os movimentos do comércio internacional nem sempre se amparam em regras claras e precisas, em que a conveniência imediata de cada um de nossos parceiros requer ajustamentos constantes aos nossos interesses mais prementes, a ALADI possui toda uma vocação para as chamadas «questões relacionadas ao comércio», que incluem aqueles elementos essenciais, responsáveis, no mundo de hoje, pela conformação de grande parte das correntes de comércio internacional. Neste particular, a ALADI tem todo um instrumental e toda uma experiência que podem e devem ser aproveitados.

Os progressos alcançados na negociação de acordos em matéria de salvaguardas, *dumping*, normas técnicas e outros temas são exemplos de fluidez e da cooperação que podem desenvolver-se nestas áreas e do largo horizonte que apresentam. Outra vertente que se abre para a Associação diz respeito ao tratamento de novos

temas, como meio ambiente, ciência e tecnologia, integração física e cultural, entre outros, sem prejuízo de suas demais atividades tradicionais, conforme mandato do TM 80.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Venho reiterar-lhes a convicção do Brasil de que nosso espaço prioritário é a região. É na América Latina que nós, brasileiros, encontramos nossa identidade e fazemos nossa História, em fraternidade e em democracia.

Nesse contexto, o Brasil acredita firmemente no futuro da Associação Latino-Americana de Integração. Em um mundo em constante mutação, as variadas formas da integração econômica despontam como alternativa eficaz para alcançar o bem-estar de nossas sociedades.

A integração regional vem se afirmando também como forma efetiva de se atingirem graus mais elevados de competitividade que permitam a países como os nossos inserção moderna na economia internacional. Assim, em cenário cada vez mais complexo e turbulento, é necessário ratificarmos o papel da ALADI como elemento motor da integração da América Latina.

Fortalecer e reassegurar o papel da Organização neste cenário devem ser metas prioritárias. Ao longo de seus mais de dez anos de existência, a ALADI deu eloqüentes provas de sua capacidade de moldar-se a fatos novos no cenário latino-americano e aos sopros de mudança no cenário internacional.

O papel desta Organização nos movimentos de integração na América Latina

deve ser ressaltado. Respeitados os diversos ritmos e especificidades que compõem este cenário, deveremos reforçar e estruturar ainda mais as atribuições da Associação como foro de negociação para avançar, nos mais diferentes setores, o processo de integração regional.

Nesse cenário de consolidações e de mudanças, creio essencial que, ao procurar revitalizarmos a Associação, respeitemos sua *alma mater*, o Tratado de Montevidéu.

Seus instrumentos e seus mecanismos podem ser objeto de aperfeiçoamento, dado o tempo decorrido de sua constituição. Não devemos, entretanto, desfigurar o TM 80, sob pena de enfraquecer e tornar vulnerável a própria ALADI.

Minha esperança é a de que saberemos todos encontrar um traço de união que torne convergentes as distintas posturas que hoje existem, como não poderia deixar de ser, em uma organização de corte democrático como a ALADI. A pluralidade de visões não deve ser encarada como um fator de confronto. Constitui, ao contrário, um fator de enriquecimento para nossa Organização.

Estamos igualmente certos de que o mandato e a vocação da ALADI não se limitam à coordenação da integração na América Latina. Cabe à associação construir a ponte entre este processo e a plena inserção da Região na economia internacional. Regionalização e globalização não se contradizem. Pelo contrário, são partes de uma mesma tendência decorrente do avanço dos métodos de produção e das

novas tecnologias que exigem espaços econômicos amplos.

Neste particular, gostaria de aludir ao Mercosul como exemplo expressivo de esforço bem-sucedido de nossa região para a almejada integração.

O Mercosul tem se apresentado, desde sua concepção, como um projeto integracionista atento às contingências do momento econômico regional e internacional, bem como ao objetivo maior da integração latino-americana. Ao longo desses dois anos e meio de sua fase de implementação, o Mercosul tem-se consolidado como experiência frutífera, tanto em termos do incremento do volume de comércio sub-regional, como em virtude de crescente complementaridade das economias dos quatro países que o compõem.

As perspectivas abertas são, assim, extremamente promissoras, a partir de 1995, quando estará em vigência a união aduaneira entre os quatro países. É importante frisar que o Mercosul não configura um projeto fechado em si mesmo, mas constitui, primordialmente, um processo que conduz a dinamização integracionista global.

Neste mesmo particular, gostaria ainda de registrar a Iniciativa Amazônica, lançada pelo Presidente Itamar Franco, por ocasião da reunião do Grupo do Rio, ocorrida em Buenos Aires, em dezembro passado.

Pretende o Governo brasileiro, com a Iniciativa, consolidar e explorar grande potencial de intercâmbio existente na América do Sul. As naturais dificuldades impostas pela Amazônia e a existência de

correntes de comércio estabelecidas na região fizeram com que as possibilidades de integração não pudessem ser aproveitadas em sua totalidade.

Pretendemos, com o empreendimento, aprofundar os vínculos econômico-comerciais existentes entre o Brasil e os demais países integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica. A iniciativa demonstra, assim, a disposição brasileira de, sempre no âmbito da ALADI, buscar formas efetivas e práticas de integração para a América Latina.

Cumpre-me ressaltar nesta oportunidade a grande importância que o Governo brasileiro atribui, no quadro da liberalização do comércio internacional, à conclusão rápida, exitosa e equilibrada da Rodada Uruguai. Temos todos muito presente que esta Organização sediará muito proximoamente, sob inspiração do Chanceler Sérgio Abreu, importante encontro com o Diretor-Geral do GATT. A reunião contribuirá para renovarmos de forma vigorosa nossa mensagem em favor da dinamização do comércio internacional no quadro de um sistema multilateral fortalecido em benefício das economias de nossos países.

Senhoras e Senhores,

Emprestou especial relevo à presença brasileira na Associação a brilhante atuação do Embaixador Jerônimo Moscardo de Souza, que deixa Montevideu para responder o chamamento do Presidente Itamar Franco. O novo Ministro da Cultura do Brasil é o «homem integral» a que ele próprio se referiu certa vez como paradig-

ma do homem latino-americano. Com seu incomparável espírito público, grande sabedoria política e ampla bagagem cultural, o Embaixador Moscardo de Souza deixa a ALADI cercado de estima e admiração. A atividade que aqui desenvolveu honrou o Brasil, esta Organização e a todos nossos países.

Destaco também a indicação pelo Senhor Presidente da República do Embaixador Paulo Nogueira Batista para assumir as funções de Representante Permanente do Brasil junto a ALADI. Sua trajetória profissional e as funções que desempenhou fazem dele um dos expoentes da moderna diplomacia brasileira. Sua escolha para conduzir nossa representação permanente é mais um elemento a indicar a

altíssima prioridade que concedemos à Associação.

Menção especial merece, por fim, o nosso compatriota, o Doutor Antonio José Cerqueira Antunes, Secretário-Geral da ALADI. Suas qualidades, seus predicados e sua intensa vivência da Associação, onde ocupou anteriormente a Secretaria-Geral Adjunta, são por todos amplamente conhecidos. Sua presença, que constitui testemunho de nossa determinação em prestigiar e fortalecer esta Associação, ilustra, mais uma vez, a expressiva tradição de titulares desta Casa que, com empenho e determinação, vem defendendo, ao longo desses últimos anos, a causa nobre da integração regional.

Muito obrigado. ■



Brasil e Uruguai aprovam Estatuto da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da assinatura do acordo que aprova o Estatuto da Comissão Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, em Montevideú, em 10 de setembro de 1993

Muito me sensibilizaram as generosas palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar. Quero agradecer-lhe profundamente pela acolhida fidalga com que estou sendo recebido desde que aqui cheguei esta manhã.

Minha visita a Montevideú constitui testemunho explícito da importância e da prioridade que o Governo do Presidente Itamar Franco atribui a nossas relações com o Uruguai. Disso quero deixar constância ao realizá-la apenas duas semanas após haver assumido a chefia do Itamaraty.

Nossa tradição de diálogo funda-se na admiração recíproca pelo muito que juntos construímos ao longo de dois séculos. Nossas relações de amizade têm se reforçado continuamente por uma longa e ininterrupta trajetória de cooperação que consolida e amplia nosso patrimônio de solidariedade e confiança.

Vejo, assim, como decorrência natural de uma agenda densa e diversificada, o ato

que acabamos de celebrar, aprovando o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí. Essa importante bacia se estende de um lado e de outro da fronteira ao longo dos mais de 300 quilômetros em que o Quaraí limita nossos países.

Inspira-se a Comissão do Rio Quaraí em visão nova do espaço fronteiriço, de integração e cooperação. As iniciativas que a Comissão pretende priorizar são concebidas à luz do conceito do desenvolvimento sustentável, que se consagra como elemento inovador nesta etapa da cooperação bilateral.

O Acordo que acabamos de assinar põe em vigência o estatuto da Comissão do Rio Quaraí, moldura jurídica que norteará os trabalhos e que permitirá a coordenação de iniciativas de cooperação nos mais diversos setores. Seu texto possui 22 artigos e sua estrutura é simples e flexível. Embora sediada nas respectivas Chancelarias, as seções brasileira e uruguiaia poderão dis-

por de escritórios na área de jurisdição e de atuação da Comissão, incorporando, desta forma, a contribuição valiosa e indispensável das comunidades fronteiriças e ganhando, em conseqüência, autenticidade e representatividade em sua função integradora. Esperamos que a Comissão seja efetivamente o instrumento para resolver os problemas que preocupam as comunidades que vivem e trabalham na área da bacia do Quaraí.

A Comissão do Rio Quaraí constituirá, ademais, exercício de grande utilidade para o aprofundamento do processo de integração regional.

Os programas de cooperação a serem identificados no âmbito da Comissão do Rio Quaraí somar-se-ão às outras iniciativas que Brasil e Uruguai já vêm desenvolvendo na região fronteiriça, como o da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto da Zona Fronteiriça, a Comissão da Lagoa Mirim, o Grupo Permanente de Cooperação Consular e os Comitês de Fronteira.

Essas iniciativas constituem reflexo da vontade política manifesta de nossos Governos de transformar a fronteira em espaço privilegiado do relacionamento bilateral.

Senhor Ministro,

As úteis e proveitosas conversações que mantivemos esta tarde, em clima de harmonioso entendimento, refletem, com nitidez, o grau de intimidade que caracteriza, hoje, as relações entre nossos países. Pudemos discorrer sobre os pontos mais relevantes de nossa agenda bilateral e, juntos, passamos em revista temas importantes do cenário regional e internacional. Observamos, com satisfação, como são coincidentes nossas respectivas percepções sobre tão amplo e variado temário.

Esse exercício revelou-se extremamente valioso e, por esse motivo, proponho que atribuamos caráter regular e frequente a nossos encontros. Dessa forma, considero de grande significação a convocação da Comissão Geral de Coordenação que poderá reunir-se, em Brasília, no próximo mês de novembro, quando Vossa Excelência deverá visitar oficialmente o Brasil. Poderemos, naquela oportunidade, não apenas avaliar a evolução da rica e diversificada agenda de temas de nosso relacionamento bilateral, mas, também, dar seqüência a esse diálogo tão importante quanto agradável que estamos tendo hoje em Montevidéu.

Muito obrigado. ■



Chanceler da Índia visita o Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no almoço oferecido em homenagem ao Ministro dos Negócios Exteriores da Índia, Salman Khurshid, no Palácio Itamaraty, em 13 de setembro de 1993

Tenho grande satisfação em dar-lhe as boas-vindas, bem como à comitiva que o acompanha, esperando que sua permanência entre nós lhes proporcione momentos de satisfação pessoal.

Ao receber Vossa Excelência em Brasília, desejo expressar a confiança do Governo brasileiro em que sua visita ao meu país passe a constituir o marco de etapa ainda mais frutífera nas relações entre a Índia e o Brasil.

Nosso encontro, hoje, ocorre em momento de especial relevância. Em torno de nós, vemos se cristalizarem as rápidas, profundas e surpreendentes transformações da cena internacional. Desapareceu o equilíbrio mundial centrado na bipolaridade e no medo do holocausto nuclear. Na nova realidade internacional, antes condicionada ao rígido embate militar e ideológico, volta a ter crescente espaço a cooperação. Nesse cenário em transformação, as Nações Unidas têm um papel decisivo a desempenhar, como mecanismo legitimador, por excelência, das relações interestatais.

Senhor Ministro de Estado,

Índia e Brasil têm uma clara responsabilidade para a formação de um novo consenso internacional. Por isso mesmo, nossos países vêm propugnando por uma reforma da estrutura e da composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dotado de maior representatividade, inclusive do ponto de vista geográfico, conferirá o Conselho às suas ações maior eficácia e autoridade, ensejando, portanto, maior legitimidade em suas decisões em prol da paz e da segurança internacionais.

Senhor Ministro de Estado,

Têm nossos países sido parceiros solidários na defesa das grandes causas, dos mais amplos e genuínos interesses dos países em desenvolvimento. É com esse sentimento que nos preparamos agora para participar da próxima Cúpula do Grupo dos 15 em Nova Delhi.

Felicito, por intermédio de Vossa Excelência, o Governo indiano pelos seus permanentes e bem-sucedidos esforços para o fortalecimento desse importante foro de concertação política e econômica.

Ainda no âmbito multilateral não posso deixar de me referir à muito proveitosa cooperação que Índia e Brasil desenvolve-

ram no âmbito da Rodada Uruguai do GATT. Gostaria de registrar nesta oportunidade as relações de estreita colaboração e amizade que mantive com o atual Presidente das Partes Contratantes, Senhor B. K. Zutchi.

Excelência,

O relacionamento entre a Índia e o Brasil está longe, porém, de realizar o potencial representado por amplas avenidas de cooperação bilateral, ainda pouco exploradas.

No ano passado, quando da visita de missão de alto nível do Governo brasileiro a Nova Delhi, firmamos Memorando de Entendimento pelo qual nossas Chancelarias convieram em criar foro de consultas políticas sobre temas de interesse comum. Cumpre-nos agora fazer uso frequente desse mecanismo, não só para intensificar nossa concertação na esfera internacional, como para identificar meios de pôr em prática uma cooperação bilateral mais estreita.

O comércio bilateral, a cooperação econômica e a prestação de serviços têm ampla margem de crescimento. Uma mais intensa troca de missões empresariais e técnicas, aliada à abertura e à desregulamentação que se verifica nas economias brasileira e indiana, criarão, estou certo, espaços para a diversificação dos fluxos de intercâmbio bilateral. Poderão ainda con-

duzí-lo a novo ponto de equilíbrio, em patamar mais elevado e mais compatível com a dimensão de nossas economias.

A cooperação em ciência e tecnologia desenha também largo horizonte de cooperação entre nossos países. São dos mais promissores os contatos preliminares já mantidos entre a Índia e o Brasil com vistas à cooperação em pesquisa agrícola, pesquisa científica em geral, biotecnologia, ciências espaciais e energia nuclear para fins pacíficos.

Esperamos que, em breve, as tratativas já encetadas nessas áreas sejam institucionalizadas através de acordos e programas de cooperação, a exemplo do acordo que acabamos de assinar para o setor ferroviário.

Senhor Ministro de Estado,

Estamos certos de que a auspiciosa visita de Vossa Excelência, bem como a da expressiva missão empresarial que o acompanhou em São Paulo, contribuirão para aprofundar e aperfeiçoar o relacionamento entre nossos países em suas diversas áreas.

Com este espírito de amizade e de expectativa de relações mais intensas, convidado todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde do Ministro Salman Khurshid, à dos nossos ilustres visitantes e ao futuro do relacionamento do Brasil com a Índia. ■



Reunião Ministerial dos Países Produtores de Café

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Reunião Ministerial dos Países Produtores de Café, em Brasília, em 23 de setembro de 1993

É para mim motivo de especial satisfação recebê-los em Brasília, em ocasião que se reveste de grande importância para nossos países, e dar-lhes, em nome do Presidente Itamar Franco, as mais cordiais boas-vindas.

O Brasil, cujo povo representa a congregação de diferentes raças e culturas, sente-se, mais uma vez, honrado de poder acolher tão altos representantes da África, da Ásia e da América Latina.

Esse sentimento é acrescido pelo reconhecimento da contribuição dada por cada um dos países aqui representados à consecução desse projeto de interesse comum, voltado, em última análise, para o desenvolvimento.

Em abril de 1993, após o colapso das negociações, com os países consumidores, o Presidente Itamar Franco recebeu carta do Presidente Houphoet-Boigny, da Côte d'Ivoire, em nome dos países integrantes da Organização Interafricana do Café. Nela o líder africano relatou as dificuldades experimentadas pelos produtores da África em razão das baixas cotações do

produto no mercado internacional e do vazio institucional existente.

Essa situação também afligia os países produtores da América Latina. As consequências sociais da crise eram graves. O desemprego no campo, a intensificação dos fluxos migratórios para os centros urbanos e a queda da atividade industrial ligada ao café comprometiam as próprias perspectivas de desenvolvimento.

O processo negociador que ora culmina em Brasília constitui resposta ao desafio que defrontamos. Estou certo de que os instrumentos que forem negociados reabrirão perspectivas de desenvolvimento e comércio, em benefício da recuperação econômica dos países.

Antes de passar a palavra e a direção dos trabalhos ao Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Brasil, Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, desejo assinalar a sua importante participação no processo que facilitou sobremaneira o ponto que ora atingimos.

Desejo finalizar minhas palavras com uma expressão de confiança: faço votos de

que o êxito desta cooperação que estamos aqui lançando sirva de exemplo e, sobretudo, de motivação para uma colaboração de grande alcance, que envolva os dois lados da comunidade internacional do café.

Declaro abertos os trabalhos da sessão inaugural da reunião ministerial dos países produtores de café.

Muito obrigado.

***Discurso do Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo,
José Eduardo de Andrade Vieira, por ocasião da cerimônia de abertura
da Reunião Ministerial dos Países Produtores de Café,
em Brasília, em 23 de setembro de 1993***

Incumbiu-me Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Itamar Franco, de dar a todos os ilustres participantes desta reunião as boas-vindas. Infelizmente, o Presidente não pôde comparecer a esta solenidade e pediu-me que o representasse, o que muito me honra, pois este é um momento de particular alegria para todos nós, representantes dos países produtores de café.

Como sabem todos os participantes desta reunião, os preços do café no mercado internacional estavam despencando desde 1986 por duas razões principais: a organização dos consumidores, de um lado, e, de outro, a desunião e a desorganização dos produtores. Em 1989, o acordo entre produtores e consumidores, celebrado na Organização Internacional do Café (OIC), foi rompido e, desde então, a cafeicultura no mundo ficou permanentemente no vermelho, pois a saca de café estava sendo vendida entre 40 e 45 dólares. Ora, produtor nenhum consegue sobreviver com seu produto sendo pago a preço vil, abaixo até do custo de produção.

De certa forma, contudo, é preciso reconhecer que parte da culpa do aviltamento do preço do café se deveu aos altos preços pagos pelo produto, antes de começar a queda de 1986. Afinal, foram esses mesmos preços elevados que estimularam a superprodução e terminaram por criar os estoques excedentes. A manipulação dos estoques excedentes permitiu que os consumidores virassem o jogo e baixassem os preços pagos pelo café no mercado internacional, a ponto de tornar proibitiva a atividade, na lavoura.

Justamente por isso, os cafeicultores brasileiros abandonaram, de 1989 para cá, 1 bilhão de pés de café. Em 1989, quando foi rompido o acordo na Organização Internacional do Café, a OIC, que congrega produtores e consumidores, a cafeicultura brasileira tinha 4 bilhões e 200 milhões de cafeeiros. Hoje, são 3 bilhões e 200 milhões. Os técnicos calculam que cada trabalhador cuida, em média, de 2 mil pés de café. Assim sendo, meus amigos, em cinco anos, cerca de 500 mil trabalhadores rurais ficaram desempregados no Brasil, por

causa da depreciação do café no mercado externo.

Ora, vocês conhecem esta conta melhor do que eu. Mas peço licença para lembrá-la, para poder traçar o quadro realista do abandono dos cafezais em nosso País. Segundo os técnicos, para cada emprego direto na lavoura, há três outros indiretos, gerados no comércio, na indústria e nos serviços. Ou seja, mais 1 milhão e 500 mil trabalhadores ficaram desempregados, o que perfaz um total de 2 milhões de brasileiros atirados no desamparo, por causa do abandono dos cafezais, provocado pela depreciação comercial. Se cada trabalhador desses sustenta uma família de mais três membros, mulher e dois filhos, 8 milhões de brasileiros foram condenados à fome pelo corte de 1 bilhão de cafeeiros, de 1989 para cá.

Desde 1990, com a extinção do Instituto Brasileiro do Café, o IBC, o assunto deixou de merecer atenção especial do Governo brasileiro. De fato, meus amigos, o café não é mais o que era em termos de peso na balança comercial do País, mas ainda é uma cultura importante, principalmente por utilizar mão-de-obra intensiva e impedir o êxodo rural. Tal êxodo incha a periferia das grandes cidades brasileiras, estimulando a violência e aumentando a miséria.

Sou a favor da privatização e não acho que plantar, colher, beneficiar e exportar café sejam atividades para o Estado brasileiro, já sobrecarregado com tarefas em áreas de sua responsabilidade efetiva, como a educação, a saúde e a segurança pública. Mesmo assim, considero muito

oportunas a criação do Departamento Nacional do Café, o DNC, e sua vinculação ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no ano passado. Não foi uma iniciativa do Poder Executivo, mas do Congresso Nacional.

Gostaria de aproveitar a ocasião para prestar uma homenagem aos senadores capixabas Gerson Camata, autor da emenda que criou o DNC, João Calmon e Elcio Álvares, que a apoiaram com entusiasmo. Ao homenageá-los, rendo, também, um preito ao Senado da República e ao Congresso Nacional pela oportunidade da providência, pois ela tornou possível retomar uma política efetiva, capaz de organizar o esforço produtivo nacional, com o objetivo de tornar, no mercado internacional, os preços pagos pelo café no mínimo remunerativos para a lavoura.

Por isso, tornei pública minha decisão de tirar parte do poder de barganha, que estava exclusivamente na mão dos consumidores. Com este objetivo, anunciei a política de reduzir os estoques excedentes, mesmo que fosse necessário para isso queimar café. O mundo desabou sobre minha cabeça, mas não desanimei. Poderia estar enganado, mas acho que os números estão aí para provar o acerto da providência: a saca de café não está mais nos 40 dólares, mas já chegou aos 75 dólares. Os produtores não estão mais no vermelho.

No entanto, é preciso dar um pouco de razão aos críticos e reconhecer que a posição dos produtores ainda é frágil. É justamente para acabar com a fragilidade dos produtores que estamos aqui criando a Associação dos Países Produtores de Café,

a APPC. O objetivo dela é muito simples: vamos tentar organizar o lado da oferta, pois temos consciência plena de que o lado da demanda está muito bem organizado.

Por isso, esta Associação, fruto de negociações feitas por mim na Colômbia, na América Central e na África, com os países produtores de café, dispõe de um comitê de gerenciamento de mercado. Ao comitê cabe adotar medidas para regular a oferta. Não se trata de um cartel, pois o espírito do cartel é o de fazer subir sem parar os preços pagos por um determinado produto. Nós não queremos isso. Principalmente porque não nos convém. Se o preço do café subir além do normal, nós seremos novamente as primeiras vítimas da superprodução, pois futuros estoques excedentes voltarão a deprimir os preços.

Não queremos que os consumidores paguem preços exorbitantes pelo café que produzimos. Queremos preços justos, capazes de remunerar o investimento e o suor do trabalhador, tal como começa a ocorrer agora. A repercussão social em nossos países será enorme: muitas famílias de trabalhadores rurais do Brasil, da Colômbia, da Costa Rica, do Quênia, da Costa do Marfim e de todos os outros países produtores se beneficiarão do êxito do gerenciamento competente que a APPC vier a fazer.

É este o objetivo do plano de retenção, primeira tarefa da Associação. A partir de 1º de outubro até 31 de setembro de 1994, os produtores se obrigarão a reter 20% do café exportado para evitar o excesso de oferta. Quando o preço pago pela saca

ultrapassar os 80 dólares, a retenção será suspensa, automaticamente.

Trata-se de uma operação de risco, reconheço. E ela vai custar recursos e sacrifícios de todos nós. Mas os resultados logo se farão sentir. A estabilidade nos preços pagos pelo café de nossos países nos mercados do mundo será paga pela estabilidade nos lares dos trabalhadores que não ficarão desempregados com o abandono dos cafezais. E é justamente essa estabilidade, meus amigos, que produz a estabilização da economia e até mesmo da política.

Acredito, firmemente, na APPC e no êxito do programa de retenção. Creio nisso porque nossos interesses podem parecer conflitantes, mas não o são. No fundo, no fundo, temos os mesmos interesses. Se colocarmos a questão no espírito da competição e do conflito, todos seremos prejudicados. Se houver uma guerra de preços, uma guerra por mercados, não haverá vencedores e todos perderão.

Por isso, venho aqui, de coração aberto, propor a vocês trocar esse fantasma do conflito pelo espírito construtivo da união. O desafio da disputa pode ser estimulante, mas o mais benéfico para todos nós é o fortalecimento da Associação dos Países Produtores de Café. Para isso, todos temos de estar dispostos a conceder. Todos nós precisamos estar conscientes de que teremos de ceder um pouco para não perdermos demais, quase tudo em alguns casos. A dramática experiência que vivemos de 1986 para cá nos mostra que não há perda maior do que aquela promovida pelo aviltamento dos preços.

Se viemos para esta reunião, meus amigos, é porque todos estamos aqui prontos para abrir mão de alguma coisa em benefício do conjunto, para que, no fim, todos terminem por ganhar ou, pelo menos, para que se perca menos do que se poderia perder. O segredo da longevidade da APPC é a consciência de que cada concessão feita representará um ganho, e não uma perda. No Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, sempre preguei a necessidade da parceria entre Estado e empresa. Aqui, venho pregar a extrema necessidade de parceria entre países com interesses comuns, mas separados pela guerra comercial. É preciso fazer essa parceria nascer e nutri-la, para evitar que ela venha morrer de inanição.

A APPC será forte e terá vida longa se ninguém aqui se sentir prejudicado pelo outro e se ninguém aqui pensar na possibilidade de vir a prejudicar o outro. Como já disse antes, este não é um cartel, mas, sim, uma associação criada para gerenciar a organização da oferta do café no mundo. Trata-se de um objetivo nobre, pois envolve a sobrevivência de milhões de trabalhadores em três continentes. Precisamos estar à altura desta tarefa, que não é fácil, mas também não é impossível. Não tenho dúvida de que temos tudo para sair bem desta empreitada.

Tenho certeza de que poderemos cumprir mais esta tarefa. O que me dá esta convicção é ver tantos ilustres companheiros de vários países, que tiveram de viajar para Brasília para participar deste conagraçamento. É o caso do Vice-Presidente da Costa Rica, Arnoldo López, a quem saúdo,

pretendendo, com isso, homenagear todos os delegados dos países da América Central. E, também, do Ministro do Comércio Exterior da Colômbia, Juan Manoel Santos; do Gerente-Geral da Federação Nacional do Cafeicultores daquele país vizinho e irmão, Jorge Cárdenas.

Outros ilustres companheiros tiveram de viajar para chegar aqui. Saúdo a todos e peço licença para citar apenas um, para não tomar mais tempo. Guy-Alain Gauze, Ministro dos Produtos Básicos da Costa do Marfim e Presidente da Organização Interafricana do Café, merece uma citação à parte. Ao citá-lo, rendo homenagem, também, a todos os outros companheiros africanos e asiáticos.

Neste capítulo dos agradecimentos, não poderia deixar de registrar um especial a meu colega brasileiro, Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, que nos cede, gentilmente, sua casa. Conforme todos aqui podemos testemunhar, o Itamaraty teve papel muito relevante na criação da APPC, principalmente graças ao esforço e ao talento do Embaixador Rubens Barbosa, Subsecretário-Geral de Assuntos de Economia e Comércio Exterior; do ministro João Gualberto Marcos Porto, Chefe do Departamento de Política Comercial; e do Chefe da Divisão de Produção de Base, o conselheiro Sérgio Moreira Lima.

Vamos agradecer ao esforço de todos, inclusive do setor privado, provando a importância da parceria entre Estado e empresa. Tal esforço faz desta Associação dos Países Produtores de Café uma entidade ativa e competente, em defesa do interesse de todos. ■

O Brasil na 48ª Sessão da Assembléia Geral da ONU

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da 48ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 27 de setembro de 1993

Senhor Presidente,

É com grande prazer que saúdo Vossa Excelência, Embaixador Samuel Insanally nobre Representante Permanente da República da Guiana. Ao felicitá-lo por sua eleição – como Presidente desta Assembléia – quero mais uma vez reafirmar os tradicionais vínculos de amizade entre o Brasil e a Guiana, como países vizinhos, amazônicos e sul-americanos. Estou certo de que Vossa Excelência contribuirá para que esta sessão da Assembléia Geral seja um marco no rumo do progresso e da democracia entre as nações.

Desejo também dirigir ao Sr. Stoyan Ganev, respeitado jurista da República da Bulgária, Presidente da Assembléia Geral em sua 47ª Sessão, a expressão do nosso reconhecimento pelo trabalho realizado.

Ao abrir o debate desta 48ª Sessão da Assembléia Geral estamos, mais uma vez, bafejados por «ventos de mudança». E a saudável aragem que traz consigo a mensagem de que o entendimento e a paz podem afinal predominar sobre interesses egoístas vem do Oriente Próximo, berço de alguns dos mais valiosos ensinamentos

morais sobre os quais se constrói nossa Civilização Planetária.

A aventura do homem sobre a Terra, conduzida pela razão e pelo sonho, se fez na tensão entre o egoísmo e a solidariedade. Nesse jogo dialético – entre solidariedade e egoísmo que marcou e continua a marcar os destinos da Humanidade, – a solidariedade acaba de obter um grande triunfo, que nos torna mais otimistas em relação ao futuro e à possibilidade de concretização de uma Paz Perpétua, de que nos falava Imanuel Kant. De fato, após o grande alento representado pelo fim da Guerra Fria, tivemos que segurar o fôlego e prender no peito as exclamações de alegria, enquanto assistimos à tão anunciada Nova Ordem se transmitir em crescente desordem, marcada pelo ressurgimento de conflitos radicados em sentimentos particularistas, que se supunham página virada da História.

Vimos que o eixo das preocupações inerentes à Guerra Fria se deslocara no sentido Oeste-Leste para Norte-Sul. Novos conceitos, alguns sob a capa humanitária ou de moralidade, como suposto «dever de ingerência» e a «boa governança»,

ao lado de versões renovadas de velhas práticas, como o ecoprotecionismo, passaram a justificar atos discriminatórios com conseqüências sobre os países do Sul. Ao mesmo tempo, nos países do Norte recrudesceram os controles à entrada dos desvalidos do Sul, muitos deles provenientes de antigas colônias. A boa consciência era preservada e, juntamente com ela, as benesses exclusivas da sociedade pós-industrial. Paralelamente, com a nova liberdade de que passavam a desfrutar, alguns dos povos antes submetidos a disciplinas autoritárias se deixavam levar por uma exaltação nacionalista, cujas trágicas conseqüências continuam a desfilar sob os olhos de espectadores tão chocados quanto impotentes.

Foi assim como uma «boa nova», em sentido quase bíblico, que o mundo recebeu a notícia de que a paz e o entendimento eram possíveis numa região até aqui marcada pela dor e pelo conflito. O aperto de mão entre Itzak Rabin e Yasser Arafat tem o valor de um sinal emblemático deste fim de século, um símbolo que nos diz, não que a História acabou, como querem alguns, mas que ela, em verdade, está talvez começando, após uma longa, escura e turbulenta pré-História, em que o signo de Caim sempre predominou sobre os desejos mais profundos de uma paz duradoura (Shalom/Salam) entre os povos.

Reitero, no mesmo espírito, a solidariedade brasileira com o povo russo, que continua a enfrentar os desafios do processo de transição democrática, em cujo êxito confiamos.

É assim com renovada convicção na capacidade de a humanidade resolver os problemas que ela própria continuamente cria para si que iniciamos esta 48ª Assembléia Geral.

Senhor Presidente,

Há exatamente trinta anos, outro Chanceler brasileiro, Diplomata de Carreira como eu, Embaixador Araújo Castro, assinalava que as Nações Unidas podiam ter suas tarefas resumidas numa tríade, a que chamou de os «3D» – Desarmamento, Desenvolvimento, Descolonização. Hoje, praticamente superados os últimos resquícios do colonialismo, posso parafraseá-lo, afirmando que a agenda internacional se estrutura novamente em torno de três «D»: Democracia, Desenvolvimento, Desarmamento, com seus desdobramentos nas áreas dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Segurança Internacional.

Não foi apenas no plano internacional que assistimos a mudanças. Também no plano interno dos países, a ética fez avanços importantes, sobrepondo-se ao jogo mesquinho de interesses, que geralmente faz o dia-a-dia da política e que leva tantos jovens a dela descrerem, afastando-se do ideal do cidadão, sem o qual o homem não realiza plenamente sua vocação de ser social. E creio poder afirmar com orgulho que o meu país, o Brasil, em que pese os problemas inerentes ao subdesenvolvimento, se situou e se situa na vanguarda dessa «eticização» das relações políticas, que vai muito além do conceito quase burocrático de «boa governança».

Ainda ecoa em nossos ouvidos – e os mais importantes formadores da opinião do mundo não deixaram de registrá-la – a retumbante campanha popular que, em perfeita sintonia com os Poderes Legislativo e Judiciário brasileiros, conduziu ao *impeachment* de um Presidente da República. Por um movimento exclusivamente interno, nascido e desenvolvido no povo brasileiro em seus representantes legítimos e com a ajuda de uma imprensa que soube fazer valer com coragem e audácia a liberdade de que voltara a desfrutar, após duas décadas de autoritarismo, deu-se uma lição de civismo raras vezes vista, fazendo-se uso de um instituto jurídico, que, embora existente em outros países, jamais fora aplicado, como agora, às últimas conseqüências.

É com justificado orgulho que posso dizer, perante esta Assembléia Mundial, que o Brasil inscreveu uma nota – e não das menos importantes – na evolução das instituições políticas. Estou seguro de que a forma pacífica e estritamente legal e constitucional como ocorreu a transição no Brasil será uma referência necessária nos livros que se venham a escrever sobre a História da Democracia em nosso tempo. E reitero: tal façanha – porque de façanha se trata, se olharmos o mundo a nossa volta – se iniciou e se completou, não como fruto de algum tipo de pressão externa ou para atender alguma ação inspirada por padrões de governabilidade impostos de fora, mas única e exclusivamente como resultado do mais profundo sentimento de cidadania compartilhado pelos brasileiros de todas as classes sociais.

Desde que assumiu, o Presidente Itamar Franco se impôs, e impôs ao Governo a que preside, o absoluto respeito à Constituição e às leis e, mais ainda, aos imutáveis princípios do Direito e da Ética. Entre os direitos constitucionais do homem e do cidadão estão os consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos que a nossa Lei Maior acolhe e amplia. Fazê-los cumprir, na proteção aos indígenas, na defesa da criança e da família, na garantia das liberdades políticas e no acesso ao Poder Judiciário tem sido o obstinado programa do atual Governo e o desafio que enfrentamos, depois de longo período em que o crescimento econômico e desenvolvimento social não andaram juntos.

Democracia

Senhor Presidente,

Em ambiente de liberdade, em que avança o projeto de construção de uma sociedade aberta, democrática e plural, estamos buscando solucionar nossos problemas macroeconômicos sem a tentação autoritária que se expressaria no recurso a expedientes tecnocráticos baseados em estruturas fechadas de tomada de decisão. Embora possa parecer, por vezes, mais eficaz, a tecnocracia, tende, com demasiada freqüência, a impor sacrifícios excessivos aos setores mais pobres e frágeis da população. O caminho que percorremos – que percorre o Governo do Presidente Itamar Franco – é outro, talvez mais complexo e trabalhoso, mas, seguramente, mais democrático e mais capaz de produzir resultados consensuais e permanentes.

O Governo e a sociedade brasileiros estão conscientes de que as difíceis questões que enfrentamos na área de Direitos Humanos estão profundamente vinculadas com os desequilíbrios sociais herdados de décadas de insensibilidade ancorada no autoritarismo. Direitos Humanos e Desenvolvimento formam uma tríade indissolúvel. A vigência de um de seus termos não é possível sem a dos outros dois. Daí a importância que atribui o atual Governo à retomada do crescimento e à geração de empregos, acompanhada de uma mais justa distribuição de renda, única forma sólida e sustentável de garantir o desenvolvimento social e a vigência plena dos Direitos Humanos. Daí também a importância de programas como o do Combate a Fome, nascidos na Sociedade Civil, e que contam com amplo e firme apoio do Governo.

Bem sabemos, contudo, que os problemas na área de Direitos Humanos – e os recentes incidentes que chocaram a sociedade brasileira e o mundo o comprovam – não podem aguardar que o desenvolvimento se consolide e o bem-estar se generalize. Ao mesmo tempo que buscamos solucioná-los, de forma radical, i.e., atacando suas raízes sociais e econômicas, há que cuidar de seus aspectos mais imediatos. E nisso estamos todos empenhados, em vários níveis de Governo, sob a inspiração e a condução, pessoalmente engajada, do Presidente da República.

A transparência nas decisões e ações do Governo constitui importante aspecto da política brasileira. Tal transparência se manifesta, inclusive, no diálogo fluído e cooperativo que mantemos com os seg-

mentos e organizações da sociedade dedicados à luta pela observância dos direitos humanos no país. Buscamos e mantemos cooperação sobre as questões de direitos humanos com os demais países, as organizações intergovernamentais e não-governamentais e com eles criamos, na base do respeito mútuo, novas formas de ação em defesa do Estado de Direito e em favor da proteção adequada dos direitos humanos.

Não ignoramos que a impunidade é o calcanhar de Aquiles de qualquer política que vise à plena instauração dos direitos humanos e à eliminação da violência. Por isso, o Presidente da República tem pessoalmente determinado providências e acompanhado sua execução em relação a todos os casos em que direitos humanos, de crianças, de indígenas, de mulheres ou de quaisquer outros cidadãos – tenham sido violados. E para isso conta com o apoio da sociedade brasileira, que não tolerará a impunidade, como não tolerou a corrupção e a quebra dos padrões éticos na Política.

No que toca especificamente a populações indígenas, procedemos neste momento a um necessário adensamento da presença do Estado na Amazônia para dar proteção simultânea à população e ao meio ambiente, expostos muitas vezes a ações predatórias, decorrentes de um choque de civilizações que se iniciou há cinco séculos e que se desdobra até os nossos dias. Ainda aí, a dialética entre a solidariedade e o egoísmo se faz presente. O aumento da eficiência das ações do Estado brasileiro na Amazônia, em consonância com o pleno e irrenunciável exercício de nossa so-

berania na região, é fundamental para garantirmos proteção e defesa a todos os seus habitantes e em especial às reservas indígenas brasileiras, que totalizam uma área impressionante de mais de oitocentos mil quilômetros quadrados.

A especial relevância que emprestamos aos direitos humanos no plano interno se reflete também em nossa ação diplomática, como ficou patente na Conferência Mundial realizada em Viena, em junho último. Foi para o Brasil uma honra e um desafio, a indicação feita pela comunidade internacional para que presidíssemos o Comitê de Redação da Conferência e foi com imensa satisfação que demos nossa contribuição para que o consenso de Viena se expressasse no nível mais alto e mais democrático. A Declaração e o Programa de Ação de Viena constituem avanço significativo na promoção e proteção dos direitos humanos inclusive pelo aprimoramento de conceitos agora inquestionavelmente reconhecidos como universais. Ao reafirmar a interdependência de todos os direitos humanos, a merecerem igual proteção, a Declaração reconhece que os direitos individuais se transformaram numa ficção jurídica, se a seus titulares, assim como aos Estados que os garantem, faltam recursos materiais para fazê-los valer.

Senhor Presidente,

A promoção e a defesa do regime democrático no interior de cada país não são suficientes. Impõe-se um esforço vigoroso de democratização das relações internacionais, em consonância com dois importantes fenômenos da hora atual: o amplo

consenso em torno da superioridade da democracia representativa – e a crescente vinculação entre as esferas interna e externa. Esta dupla constatação nos obriga a reconhecer que o ideal democrático se aplica com igual validade ao relacionamento entre as nações.

É com satisfação que vemos formar-se um virtual consenso quanto à necessidade de atualizar a composição do Conselho de Segurança. Entendemos que a crescente atuação do órgão em assuntos que afetam os interesses fundamentais dos Estados membros corresponde a necessidade de garantir sua maior representatividade e, com isso, sua legitimidade e sua eficácia. A reforma do Conselho deve ser alcançada de forma tal que não se agrave o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório das Nações Unidas. A Assembléia Geral é o órgão democrático por excelência do sistema das Nações Unidas. A ele cabe o papel determinante de dar forma a este processo.

A democratização do relacionamento entre as nações exige que a ordem internacional as proteja e garanta seus direitos contra atos ilícitos e abusos de poder. Não pode haver sociedade democrática sem a estrita observância do Direito e sem que os menos poderosos estejam ao abrigo do arbítrio dos que detêm a força e o poder. Já não é admissível, no mundo de hoje, que siga prevalecendo o célebre aforismo de Pascal, segundo o qual «não se podendo fazer com que o justo fosse forte, fez-se com que o forte fosse justo».

Desenvolvimento

Senhor Presidente,

Embora o progresso material dos povos seja, em boa medida, produto de seu próprio e insubstituível esforço, é evidente que ele depende da prevalência de um ambiente externo favorável. É imperioso, portanto, que a sociedade internacional estimule, solidariamente, a criação de condições de progresso e não a preservação de privilégios.

Ademais de sua importância intrínseca, o desenvolvimento de todas as nações é o único fator realmente capaz de diminuir os desequilíbrios que se manifestam de maneira tão clara, por exemplo, nos crescentes fluxos de migrantes e refugiados. A justiça social em uma sociedade global torna-se condição indispensável para evitar crises, reduzir tensões, consolidar a democracia no mundo e promover os Direitos Humanos.

Se vamos engajar-nos em um exercício amplo de diplomacia preventiva, é essencial que tenhamos consciência de que apenas o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável, constitui meio eficaz para alcançarem-se os fins almejados.

Na luta pelo desenvolvimento, as Nações Unidas desempenham papel primordial, pois, assegurar que esta Casa renove, com urgência, o seu compromisso com o desenvolvimento e, por conseguinte, a capacidade de operação de seu setor econômico e social. Foi com essa esperança que o Brasil apoiou e apóia decididamente a iniciativa de uma Agenda para o Desen-

volvimento. Estamos certos de que o Secretário-Geral apresentará uma proposta de documento tão inovadora, fértil em idéias e ambiciosa quanto a Agenda para a Paz. Igual relevância assume a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil espera que, por seu intermédio, se logre cumprir os compromissos assumidos no Rio de Janeiro em 1992.

Com o mesmo espírito, apoiamos com empenho, a realização da Cúpula do Desenvolvimento Social, oportuna iniciativa do Governo do Chile, país irmão sul-americano e nosso parceiro no Grupo do Rio.

Mas não tenhamos ilusões: somente uma inserção dinâmica nas correntes do comércio e da tecnologia permitirá aos países em desenvolvimento ter a sua parte nos frutos do progresso. Por isso defendemos um sistema multilateral de comércio fortalecido, que assegure, ao mesmo tempo, adequada contrapartida aos esforços de liberalização que realizamos e um quadro normativo que iniba o protecionismo e o unilateralismo. No horizonte atual, isso significa uma conclusão rápida e equilibrada da Rodada Uruguai, sem discriminações ou imposições. O significado da Rodada transcende os aspectos estritamente comerciais, já que de seu êxito dependerá a conformação de uma ordem internacional aberta e propícia à cooperação internacional, evitando-se a fragmentação das relações econômicas em blocos estanques.

O firme envolvimento da comunidade de nações na luta pelo desenvolvimento deve ser consentâneo com o princípio da soberania dos Estados. O Brasil entende

que o Estado nacional soberano é a base da ordem jurídica e política internacional e que seu debilitamento não pode ser promovido sob pena de solapar as bases da representação internacional e do multilateralismo. Uma relativização do princípio da soberania – que aliás nunca é argüida com relação aos países poderosos – levaria a retrocessos na democratização das relações internacionais. Nesta fase em que estamos construindo o futuro da convivência multilateral não devemos permitir que as assimetrias de poder entre as nações venham a substituir, na prática, a igualdade jurídica dos Estados. A advertência do grande jurista e homem público brasileiro, Ruy Barbosa, feita na Segunda Conferência da Paz, em 1907, na Haia, permanece válida. Referindo-se à composição da Corte Permanente de Arbitragem, sublinhava ele que, a prevalecerem certas propostas, «As grandes potências não seriam, então, mais formidáveis apenas pelo peso de seus exércitos e de suas esquadras. Elas teriam também sua superioridade de direito na magistratura internacional, arrogando-se uma situação privilegiada na instituição à qual se pretende confiar a distribuição da justiça entre as nações».

Desarmamento

Senhor Presidente,

A ordem internacional que queremos construir repousa num terceiro pilar: o desarmamento. O Brasil tem dado, juntamente com seus vizinhos e parceiros da América Latina, muito especialmente a Argentina, importante contribuição para a

causa do desarmamento e a segurança internacionais.

A reforma do Tratado de Tlatelolco, a criação e o funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a AIEA, que acabam de ser aprovados pela Câmara dos Deputados no Brasil, concluindo, assim, importante etapa do processo de ratificação, fornecem à comunidade internacional as garantias de nosso compromisso com o uso pacífico da energia nuclear. Reafirmamos, também, nosso engajamento com a não-proliferação de armas de destruição em massa em todas as suas formas. Em relação às armas químicas, já havíamos, com o Chile e a Argentina, firmado a Declaração de Mendoza, em que solenemente renunciamos a sua posse e fabricação. Fomos igualmente participantes ativos do processo que resultou na Convenção para Proibição de Armas Químicas, assinada em Paris no início deste ano. Felicitamo-nos pela vigência atual, ainda que em bases frágeis, da moratória de testes nucleares. Esperamos que o clima gerado pela moratória venha a resultar na conclusão rápida, e por meio de negociação multilateral, de um Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares. O Brasil, como é sabido, tem atuado de maneira francamente positiva e transparente no processo de criação do registro de armas convencionais das Nações Unidas.

A experiência brasileira no campo da construção da paz e da confiança é digna de nota. O Brasil tem dez vizinhos ao

longo dos quase 17 mil quilômetros de suas fronteiras. Nenhuma outra nação tem tido relação ininterrupta de paz e cooperação por tanto tempo com tão numerosos vizinhos. Muitos poucos países gastam tão pouco em armamentos quanto o Brasil, em proporção ao seu produto nacional bruto.

Ao mesmo tempo, o Brasil não renuncia a seu direito de manter em harmonia com seus vizinhos e parceiros, uma adequada e legítima capacidade de defesa. Tampouco renuncia ao direito de ter acesso à tecnologia necessária ao bem-estar social do povo brasileiro.

Ao assumir compromissos firmes e inequívocos no campo da não-proliferação e do desarmamento, o Brasil sente-se intitulado a exigir dos seus parceiros mais desenvolvidos o acesso desimpedido, mesmo que em bases comerciais, às tecnologias de ponta.

A história recente demonstra que, a despeito de alguns problemas sérios e persistentes, as operações de paz da ONU são importantes para a superação de situações conflituosas, muitas vezes antigas, complexas e delicadas. Espera-se das Nações Unidas que contribuam, com sóbria eficácia, a preservar a paz e a segurança onde elas estejam ameaçadas. O Brasil, que já participa com expressivo contingente de observadores militares das operações de paz da ONU, pretende ampliar sua atuação neste campo, e já estuda maneira de fazê-lo.

Impõe-se, neste contexto, corrigir o grave equívoco político e estratégico de ver o Sul como área de instabilidade inter-

nacional. Ao contrário, várias regiões, como a América Latina, constituem exemplos de relações estáveis de cooperação baseadas na confiança mútua. Demonstra-o o vigor dos processos latino-americanos de integração, que, para além dos aspectos mercantis, expressam de forma concreta um projeto político voltado para a cooperação e a solidariedade internacionais. Tais processos, entre eles o Mercosul, contrastam fortemente com os movimentos de fragmentação observados em outras partes do mundo.

Outra demonstração evidente do potencial de cooperação aparece na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mais que uma forma de expressão, a lusofonia é a marca de uma atitude, de uma forma de ser e de viver, voltadas para a tolerância e o convívio aberto entre vários povos.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul reforça nossos vínculos com as nações irmãs da África. O adensamento de laços políticos e econômicos dentro da Zona de Paz é um objetivo para o qual pretendemos trabalhar com determinação, tendo em vista, inclusive, a constituição de uma vasta área do nosso planeta isenta da ameaça nuclear. Esperamos, ademais, ter o prazer de celebrar o ingresso pleno na comunidade sul-atlântica de uma África do Sul democrática, unida e liberta para sempre do horror do racismo.

O histórico discurso proferido pelo Senhor Nelson Mandela há poucos dias, deste mesmo pódio, autoriza-nos essa expectativa e confirma-nos a noção de que, embora não isento de obstáculos, é já irrever-

sível o processo de democratização na África do Sul.

É forçoso admitir que continuam a existir sérios focos de tensão no mundo.

Pelos vínculos históricos de amizade, cooperação e afinidade cultural que nos unem, a situação em Angola preocupa particularmente. Entendemos que a comunidade internacional, através da ONU, tem papel importante a desempenhar na defesa da democracia angolana e no repúdio claro ao uso da força como meio de conquistar o poder.

A expectativa de uma pronta solução para a crise no Haiti anima também nosso espírito, embora sigamos preocupados com a situação dos Direitos Humanos e da Democracia naquele país.

A restauração da Paz na antiga Iugoslávia é tarefa prioritária da comunidade internacional, para que cessem os sofrimentos das populações envolvidas. É necessário que em Genebra e nas capitais da

antiga federação prevaleça a disposição de contribuir para que se alcancem acordos aceitáveis para todas as partes envolvidas no conflito. Somente a partir dessa vontade política, poderão as Nações Unidas efetivamente desempenhar seu insubstituível papel na pacificação da área.

Senhor Presidente,

Será através do nosso exemplo e da nossa resposta a estes desafios que se irá forjando a ordem futura a que todos aspiramos: democrática, estável, desarmada e comprometida com o desenvolvimento material de todas as nações.

A visão humanista que nos anima foi bem expressa por um poeta brasileiro, João Cabral de Melo Neto, também ele diplomata, e que me permito citar aqui:

«Podeis aprender que o homem é sempre a melhor medida.

Mais: que a medida do homem não é a morte, mas a vida».

Obrigado. ■



VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio

Saudação do Presidente da República, Itamar Franco, na chegada a Santiago (Aeroporto Arturo Merino Benítez) para participar da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, em 14 de outubro de 1993

Senhores Representantes do Governo Chileno,

Senhor Embaixador do Brasil e demais membros das representações diplomáticas brasileiras no Chile,

Senhoras e Senhores,

Desejo que minhas primeiras palavras, em Santiago, sejam para transmitir ao povo chileno as calorosas expressões de amizade e apreço do povo brasileiro e para manifestar a grande alegria pessoal que terei em reencontrar-me com o Presidente Patricio Aylwin.

Nas ocasiões anteriores em que nos encontramos, entre as quais destaca-se na minha lembrança a Cúpula Ibero-Americana de Salvador, tive o prazer de constatar a afinidade espontânea que tem presidido tradicionalmente ao diálogo entre nossos países. Unidos pelo apego à democracia, e irmanados no desejo de desenvolver nossas sociedades com equidade, dispomos de um histórico de relações bilate-

rais que podem ser descritas como exemplares.

Estou certo de que saberemos traduzir esta facilidade para o entendimento, em crescente progresso e bem-estar para nossos povos e para nossa região.

Ao acompanhar o rápido desenvolvimento econômico do Chile e registrar a firmeza das convicções democráticas de seus líderes, venho-me de que este belo país prepara-se para ingressar no Século XXI como uma nação próspera e dinâmica.

Com os demais participantes da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, havemos de expandir o raio de nossa concertação política, inspirados no patrimônio chileno de pluralismo democrático e motivados pela demonstração de vigor e renovação com que este país se destaca hoje, no cenário internacional.

Muito obrigado.

*Intervenção do Presidente da República, Itamar Franco,
na Primeira Sessão de Trabalho da VII Cúpula Presidencial do Rio,
em Santiago, em 15 de outubro de 1993*

Senhores Presidentes,

Quero saudar a presença dos Senhores Presidentes da Bolívia, Gonzalo Sanchez de Lozada, do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, e da Venezuela, Ramon José Velásquez Mujica, e manifestar o desejo de pronto restabelecimento de saúde ao Presidente Carlos Saúl Menem, impedido de reunir-se conosco hoje.

Senhores Presidentes,

Nosso diálogo tem dois objetivos fundamentais: o primeiro é a articulação para a defesa da democracia, para a promoção dos direitos humanos e das liberdades individuais e para assegurar o desenvolvimento com justiça social.

O segundo é o da defesa de uma ordem internacional justa e democrática.

Hoje a América Latina encontra a identidade comum que se afirma por cima de uma diversidade que nos individualiza. Passamos por processos e enfrentamos os desafios muito similares.

Desde nosso último encontro em Buenos Aires, houve importantes desdobramentos em nossa região.

Com relação ao Haiti, à Nicarágua, à Guatemala e ao Suriname, reforçamos nosso apoio à preservação da ordem constitucional e ao encaminhamento construtivo de questões políticas e econômicas.

O Grupo do Rio deve continuar a cumprir, prioritariamente, o papel de defesa da democracia.

A democracia exige um esforço permanente de aperfeiçoamento institucional. Reclama, também, competência e dedicação dos homens públicos, para preservar o conteúdo ético indispensável a sua eficácia.

Sabemos que o fortalecimento de nossas democracias requer a confiança da população nas instituições políticas. A governabilidade democrática pode ser mais lenta em sua capacidade de operar resultados práticos. Isso se revela sobretudo em períodos de crise social e de grandes demandas sobre o Estado.

Mas seria erro grave atribuir nossos problemas ao modo de operar da democracia. Pelo contrário, são as instituições democráticas que permitem superar crises – inclusive institucionais – sem quebra da ordem constitucional e sem violência. A história recente do Brasil ilustra perfeitamente esse ponto.

É nesse contexto que ressalto a importância de um Estado socialmente necessário, não no sentido de um Estado onipresente, mas sim de um Estado atento à necessidade de atendimento das aspirações das camadas desfavorecidas da população – e que possa mobilizar os meios para exercer a contento esse papel.

Senhores Presidentes,

A América Latina tem dado importante contribuição para a causa da segurança internacional. As emendas ao Tratado de Tlatelolco, a criação e o funcionamento da

Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica fornecem à comunidade internacional as garantias de nosso compromisso com o uso pacífico da energia nuclear.

Com relação às armas nucleares, Argentina, Brasil e Chile firmaram a Declaração de Mendoza em que renunciaram solenemente a sua posse e fabricação.

Nossos países participaram ativamente do processo que resultou na Convenção para Proibição de Armas Químicas, assinada em Paris no início deste ano.

No caso do Brasil, estamos considerando, também, modalidades de aproximação e fortalecimento da confiança mútua com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

Ao assumir compromissos firmes e inequívocos no campo da não-proliferação e do desarmamento, o Brasil – como os demais países latino-americanos – sente-se autorizado a exigir dos seus parceiros mais desenvolvidos o acesso desimpedido, mesmo que em bases comerciais, às tecnologias de ponta.

Na sua essência, o desenvolvimento econômico é um processo de difusão do progresso técnico. Por isso, na agenda da próxima reunião presidencial do Grupo do Rio, propomos que o tema «Ciência e Tecnologia» seja privilegiado, especialmente no que tange a acesso a tecnologias avançadas.

Senhores Presidentes,

A experiência nos diz que a concertação política e a integração econômica são requisitos para uma projeção internacional mais nítida da América Latina.

Mercosul e Iniciativa Amazônica são duas vertentes em que se projeta a prioridade atribuída pelo Brasil à integração.

O Mercosul já exhibe expressivos resultados, com taxas de crescimento exponencial do comércio e com avançada construção de medidas integracionistas, que nos levarão ao funcionamento, em 1º de janeiro de 1995, de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira. É um projeto de grande envergadura, não-excludente, que sinaliza para a criação de vínculos crescentes com os demais países da América Latina e para a inserção competitiva dos quatro países na economia internacional.

A última Cúpula do Grupo do Rio, em dezembro último, em Buenos Aires, foi a ocasião escolhida pelo Brasil para o lançamento da Iniciativa Amazônica. Esta surgiu da percepção clara de que deveríamos aprofundar o relacionamento econômico com nossos parceiros amazônicos, o que inclui os países do Grupo Andino, além da Guiana e do Suriname. Prosseguem, com êxito, as negociações nesse sentido. De minha parte – animado pela receptividade que teve a proposta brasileira – continuarei a perseguir este objetivo com determinação.

Com a conformação da União Aduaneira do Mercosul, poderemos dar o pri-

meiro passo concreto para o adensamento de vínculos entre o Mercosul e o conjunto dos países amazônicos.

Em um horizonte mais amplo, ao longo dos próximos dez anos, visualizamos a formação de uma Zona de Livre Comércio na América do Sul. Esse espaço econômico resultaria da articulação entre os processos em curso do Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino. Necessitará, igualmente, da participação fundamental do Chile. Essa nova Zona de Livre Comércio estimulará a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com o NAFTA, com a Comunidade

do Caribe e com o Mercado Comum Centro-Americano.

Senhores Presidentes,

À luz dos desdobramentos recentes em nossa região, devemos refletir sobre o papel do Grupo do Rio no cenário internacional.

A concertação política entre nossos países é um objetivo antigo que encontra plena realização no diálogo que mantemos no Grupo do Rio. Podemos orgulhar-nos dos resultados muito positivos logrados por este mecanismo de consulta e concertação política.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, em 15 de outubro de 1993

Senhores Presidentes,

A idéia de união, nas Américas, é mais antiga do que em qualquer outro continente. Nenhum sonho de integração jamais abarcou área geográfica tão extensa.

É com especial prazer que saudamos a presença dos Senhores Presidentes da Bolívia, Gonzalo Sanchez de Lozada, do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, e da Venezuela, Ramon José Velasquez Mujica. Todos trazem ao Grupo do Rio a contribuição enriquecedora de vigorosos povos da comunidade latino-americana. Conduzem nações onde vicejam os ideais democráti-

cos e se desenvolvem economias estáveis com promessas de equidade.

Nosso diálogo tem dois objetivos fundamentais: o primeiro é a articulação para a defesa da democracia, para a promoção dos direitos humanos e das liberdades individuais e para assegurar o desenvolvimento com justiça social.

O segundo é o da defesa de uma ordem internacional justa e democrática.

Hoje, a América Latina encontra a identidade comum que se afirma por cima de uma diversidade que nos individualiza.

Passamos por processos e enfrentamos desafios muito similares.

Desde nosso último encontro em Buenos Aires, houve importantes desdobramentos em nossa região.

Com relação ao Haiti, à Nicarágua, à Guatemala e ao Suriname, reforçamos nosso apoio à preservação da ordem constitucional e ao encaminhamento construtivo de questões políticas e econômicas.

O Grupo do Rio deve continuar a cumprir, prioritariamente, o papel de defesa da democracia.

A democracia exige um esforço permanente de aperfeiçoamento institucional. Reclama, também, competência e dedicação dos homens públicos, para preservar o conteúdo ético indispensável à sua eficácia.

Sabemos que o fortalecimento de nossas democracias requer a confiança da população nas instituições políticas. A governabilidade democrática pode ser mais lenta em sua capacidade de operar resultados práticos. Isso se revela sobretudo em períodos de crise social e de grandes demandas sobre o Estado.

Seria erro grave atribuir nossos problemas ao modo de operar da democracia. Pelo contrário, são as instituições democráticas que permitem superar crises – inclusive institucionais – sem quebra da ordem constitucional e sem violência. A história recente do Brasil ilustra perfeitamente esse ponto.

É nesse contexto que ressalto a importância de um Estado socialmente necessário, não no sentido de um Estado onipre-

sente, mas sim de um Estado atento à necessidade de atendimento das aspirações das camadas desfavorecidas da população – e que possa mobilizar os meios para exercer a contento esse papel fundamental.

Senhores Presidentes,

A América Latina tem dado importante contribuição para a causa da segurança internacional. As emendas ao Tratado de Tlatelolco, a criação e o funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica fornecem à comunidade internacional as garantias de nosso compromisso com o uso pacífico da energia nuclear.

Com relação às armas químicas, Argentina, Brasil e Chile firmaram a Declaração de Mendoza em que renunciaram solenemente à sua posse e fabricação.

Nossos países participaram ativamente do processo que resultou na Convenção para Proibição de Armas Químicas, assinada em Paris no início deste ano.

O Brasil está considerando modalidades de aproximação e fortalecimento da confiança mútua com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

Ao assumir compromissos firmes e inequívocos no campo da não-proliferação e do desarmamento, o Brasil – como os demais países latino-americanos – sente-se autorizado a exigir dos seus parceiros mais desenvolvidos o acesso desimpedi-

do, mesmo que em bases comerciais, às tecnologias de ponta.

Na sua essência, o desenvolvimento econômico é um processo de difusão do progresso técnico. Por isso, na agenda da próxima reunião presidencial do Grupo do Rio, propomos que o tema «Ciência e Tecnologia» seja privilegiado, especialmente no que tange a acesso a tecnologias sensíveis.

Senhores Presidentes,

A experiência nos diz que a concertação política e a integração econômica são requisitos para uma projeção internacional mais nítida da América Latina.

Mercosul e Iniciativa Amazônica são duas vertentes em que se projeta a prioridade atribuída pelo Brasil à integração.

O Mercosul já exhibe expressivos resultados, com taxas de crescimento exponencial do comércio e com avançada construção de medidas integracionistas, que nos levarão ao funcionamento, em 1º de janeiro de 1995, de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira. É um projeto de grande envergadura, não-excludente, que sinaliza para a criação de vínculos crescentes com os demais países da América Latina e para a inserção competitiva dos quatro países na economia internacional.

A última Cúpula do Grupo do Rio, em dezembro último, em Buenos Aires, foi a ocasião escolhida pelo Brasil para o lançamento da Iniciativa Amazônica. Esta surgiu da percepção clara de que deveríamos aprofundar o relacionamento econômico com nossos parceiros amazônicos, o que inclui os países do Grupo Andino, além

da Guiana e do Suriname. Prosseguem, com êxito, as negociações nesse sentido. De minha parte – animado pela receptividade que teve a proposta brasileira – continuarei a perseguir este objetivo com determinação.

Com a conformação da União Aduaneira do Mercosul, poderemos dar o primeiro passo concreto para o adensamento de vínculos entre o Mercosul e o conjunto dos países amazônicos.

Em um horizonte mais amplo, ao longo dos próximos dez anos, visualizamos a formação de uma Zona de Livre Comércio na América do Sul. Esse espaço econômico resultaria da articulação entre os processos em curso do Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino. Necessitará, igualmente, da participação fundamental do Chile. Essa nova Zona de Livre Comércio estimulará a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com o NAFTA, com a Comunidade do Caribe e com o Mercado Comum Centro-Americano.

Senhores Presidentes,

À luz dos desdobramentos recentes em nossa região, devemos refletir sobre o papel do Grupo do Rio no cenário internacional.

A concertação política entre nossos países é um objetivo antigo que encontra plena realização no diálogo que mantemos no Grupo do Rio. Podemos orgulhar-nos dos resultados muito positivos logrados por este mecanismo de consulta e concertação política.

Muito obrigado.

***Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco,
durante a VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio,
em Santiago do Chile, em 16 de outubro de 1993***

Senhores Presidentes,

A América Latina vem dando sinais claros de superação da crise econômica que tanto penalizou a região nos anos oitenta. Sofremos ainda os efeitos dessa pesada hipoteca. Naquele período, a América Latina perdeu dinamismo, perdeu rendas, perdeu mercados, tornou-se exportadora de capitais.

As políticas de ajuste limitam a capacidade do Estado de manter e ampliar investimentos sociais.

Os problemas enfrentados em nossa região na esfera dos direitos humanos relacionam-se intimamente com os desequilíbrios sócio-econômicos herdados do passado. Evidentemente, a plena vigência dos direitos políticos e liberdades fundamentais não pode ficar na dependência da obtenção de melhor situação econômica.

Mas, a despeito dos esforços governamentais, as carências socioeconômicas afetam, na prática, a observância dos direitos mais elementares à vida, à segurança, à inviolabilidade da pessoa humana, à alimentação, ao trabalho e à justiça.

A América Latina vive um momento de reconstrução. Com altíssimos custos sociais, estamos promovendo ousadas reformas estruturais, abrindo nossas economias, expondo nossas indústrias, nossa agricultura e nosso setor de serviços à livre competição internacional.

Não esqueçamos que – mesmo em sociedades bem mais ricas do que as nossas – o livre jogo de mercado não tem sido capaz de assegurar por si só a justiça social. O desenvolvimento deve estar conjugado à efetiva incorporação das populações mais carentes ao processo de crescimento econômico.

Daí a importância que atribuímos à Cúpula para o Desenvolvimento Social, programada pelas Nações Unidas, por iniciativa do Chile, para 1995. Para tanto, será de grande valia o documento elaborado pelos peritos reunidos em Santiago, em setembro passado, sobre os temas da pobreza, marginalidade e desemprego. Na condição de Secretária *pro tempore* no próximo ano, o Brasil deseja contribuir para o necessário exercício e coordenação do Grupo do Rio sobre este tema.

Desenvolvimento econômico e estabilidade política na América latina estão relacionados com o êxito de políticas que permitam integrar à vida produtiva as camadas mais pobres. Vivem hoje em níveis de pobreza alarmante cerca de 46% dos latino-americanos, ou seja, 200 milhões de pessoas.

Foi por essa razão que a III Cúpula Ibero-Americana, recentemente realizada em Salvador da Bahia, deu ênfase ao desenvolvimento social, dentro da temática geral do desenvolvimento, que deve merecer atenção prioritária das Nações Unidas.

No Brasil emerge novo consenso em que a sociedade se posiciona claramente a favor das reformas sociais necessárias ao combate à fome e pobreza.

A melhoria do bem-estar da infância e da juventude é um compromisso do Governo e da sociedade civil. Ambos vêm se articulando para mobilizar a opinião pública em torno da execução de programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, bem como a prestação de serviços de atendimento de saúde.

***Discurso do Presidente da República, Itamar Franco,
na Sessão de Encerramento da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio,
em Santiago, em 16 de outubro de 1993***

Senhores Presidentes,

Um dos mais importantes desdobramentos na América Latina em anos recentes tem sido a retomada do afluxo de capitais para a região. Em 1992, esse fluxo atingiu US\$ 57 bilhões, 50% a mais do que em 1991.

Dois dos três países em desenvolvimento que receberam a maior quantidade de capitais externos em 1991 são da América Latina: México (US\$ 4,7 bilhões) e Brasil (1,6 bilhões).

O comércio exterior dos países latino-americanos tem revelado extraordinário ritmo de crescimento nos últimos anos, o que revela o potencial de dinamismo das economias da região e confirma expectativas de que a inserção da América Latina na economia internacional poderá contribuir para a superação da atual crise na

Convictos de que não é mais possível adiar soluções, milhares de brasileiros organizam-se em um trabalho voluntário de combate à fome. A Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida tem o pleno endosso do Governo, e constitui exemplo notável de iniciativa capaz de canalizar as boas intenções individuais para problemas de ordem social. Estamos prontos a compartilhar a nossa experiência com os povos irmãos da América Latina e do Caribe.

economia internacional, como, aliás, vem sendo afirmado por representantes de importantes organismos financeiros internacionais.

O Brasil deverá apresentar, em 1993, um superávit de cerca de US\$ 15 bilhões em sua balança comercial – o terceiro maior em sua história. De 1977 a 1989, o Brasil dobrou a participação de manufaturados em suas exportações (hoje, mais de 50% do total).

A expansão do intercâmbio comercial global da América Latina mantém-se em nível três vezes maior do que a média mundial.

Essa constatação indica o acerto das políticas de reforma econômica adotadas por quase todos os países da região.

A adoção de políticas vigorosas de abertura de mercados, no entanto, vem

tendo lugar concomitantemente com o aumento do protecionismo nos países desenvolvidos, especialmente pela adoção de barreiras não-tarifárias.

Enquanto mais de sessenta países em desenvolvimento vêm implementando extensos programas de liberalização comercial, apenas quatro dos países da OCDE chegaram ao final da década de 80 com políticas comerciais mais liberais (Japão, Austrália, Nova Zelândia e Turquia).

Senhores Presidentes,

O grande desafio que enfrentamos é o de repor no primeiro plano o tema do desenvolvimento.

Uma estratégia viável de desenvolvimento deve incorporar dois elementos decisivos: acesso a mercados e acesso ao conhecimento.

O primeiro é condição essencial, pois o crescimento econômico está ligado à expansão do comércio mundial.

As divergências que até agora impediram a conclusão satisfatória da Rodada Uruguai devem ser superadas levando na devida conta os interesses dos países em desenvolvimento e particularmente os latino-americanos.

Senhores Presidentes,

O protecionismo comercial encontra paralelo no protecionismo tecnológico. Se vierem a prevalecer as restrições hoje existentes ao acesso à tecnologia, os países em desenvolvimento permanecerão à margem dos avanços científicos e técnicos.

Justamente quando a nova estrutura da produção vem-se apoiando em mais infor-

mação e conhecimento, tornam-se mais acentuados o desnível tecnológico e os esquemas restritivos à transferência de tecnologia e conhecimento.

O controle internacional da transferência de tecnologias de ponta opõe obstáculos ao nosso acesso legítimo à capacitação científica e tecnológica para fins pacíficos. Não podemos aceitar tacitamente o monopólio de tecnologias avançadas.

Essa é uma mensagem importante que, ao lado de nossos projetos de integração e da percepção de nossa cultura política essencialmente democrática, devemos transmitir dentro de um espírito de diálogo e sem atitude de confrontação.

Foi com satisfação que ouvi hoje várias manifestações sobre a proposta brasileira de uma Zona de Livre Comércio Sul Americana.

Creio que a idéia foi bem compreendida e enriquecida em seu sentido político de valorizar nossas potencialidades e nosso poder de negociação, sem perder de vista o objetivo de criar um espaço aberto latino-americano e caribenho.

Nesse contexto, recolho e apóio as expressões feitas por alguns países como Bolívia, Equador e Paraguai, sobre a importância da integração física como base para a integração econômica.

Excelentíssimos Senhores Presidentes,

Travamos, ontem e hoje, importante diálogo sobre questões relevantes da conjuntura latino-americana e internacional. Reafirmamos o papel central do Grupo do Rio como mecanismos de articulação política no mais alto nível. Contribuímos,

assim, para a consolidação da Comunidade latino-americana, e de sua capacidade de projetar-se e influir no cenário internacional.

Encerrados os eventos de 1993, voltamos para as perspectivas de diálogo e concertação no ano de 1994, quando o Brasil assumirá a Secretaria Pro-Tempore do Grupo do Rio.

Manteremos, em 1994, a atuação vigorosa deste Grupo na defesa da democracia e no estímulo aos processos de integração.

Não perderemos de vista as questões relacionadas ao desenvolvimento social. Devemos dar curso à reflexão iniciada em Buenos Aires em 1992, sobre os temas da pobreza, da marginalidade e do desemprego. Preparemo-nos para participar decisivamente na preparação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, a realizar-se em Copenhague, em 1995.

Desejo convidá-los, por ocasião da Cúpula de 1994, a uma reflexão especial sobre a questão do acesso à tecnologia. Como já tive ocasião de afirmar, a difusão do progresso técnico representa alavanca indispensável para o desenvolvimento econômico, o qual pressupõe, para sua consolidação, a equidade, a justiça social e a preservação do meio ambiente.

A menos de uma década da virada do século, essas questões requerem a nossa particular atenção.

O Brasil sentir-se-á profundamente honrado como anfitrião e coordenador das reuniões do Grupo do Rio.

A recepção afetuosa que nos estendeu o Governo do Chile durante a Reunião do Grupo do Rio, que hoje se encerra, traz a marca da hospitalidade da nação chilena.

A cidade de Santiago, importante centro financeiro e comercial, distingue-se também pela excelência de suas instituições acadêmicas e culturais. Aqui, os visitantes reencontram acolhida cordial e desfrutam da agradável convivência com o povo deste belo país.

Excelentíssimo Senhor Patrício Aylwin, Presidente da República do Chile,

Em nome dos meus colegas dos países do Grupo do Rio e no meu próprio, desejo expressar um agradecimento muito sincero ao Governo do Chile, em especial a todos os que, por seu trabalho e dedicação, fizeram desta VII Cúpula um modelo de organização.

Os bons resultados de nosso trabalho foram possíveis por essa acolhida amiga e por essa eficiência.

A Dom Patrício Aylwin, estamos todos particularmente gratos. Sua sabedoria e amabilidade fizeram deste encontro uma ocasião de amizade e de alta inspiração política que reforçará a coesão da América Latina e do Caribe em benefício de nossos povos.

Muito obrigado. ■



O Conselho de Segurança da ONU e a situação no Haiti

Pronunciamento do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, em Sessão do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Haiti, em 18 de outubro de 1993

Para o Brasil, é particularmente desalentadora a acelerada deterioração da situação no Haiti, Estado membro do Grupo da América Latina e do Caribe. Seria difícil expressar o profundo pesar pelos repetidos incidentes de violência que narram uma triste estória, que esperamos não seja irreversível, de oportunidades perdidas para a democracia no Haiti.

O Acordo de Governors Island e o processo de transição nele consubstanciados trouxeram-nos renovadas esperanças quanto ao futuro do povo haitiano. Esperávamos, de fato, que as autoridades militares e policiais do Haiti houvessem compreendido a clara mensagem que lhes era enviada pela comunidade internacional e pelo Conselho de Segurança. Lamentavelmente, aquelas renovadas esperanças foram frustradas pelos trágicos acontecimentos que envolvem, em ampla medida, a responsabilidade daquelas autoridades.

As atividades de grupos de civis armados, em um contexto de completa impunidade, geraram um clima de terror e violência no Haiti, que nos últimos dias se acentuou de tal maneira que suscitou senti-

mento de revolta em toda a comunidade internacional.

Expressamos nosso reconhecimento pela contínua dedicação e coragem do Representante Especial dos Secretários-Gerais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, Doutor Dante Caputo, cujos esforços, sob circunstâncias particularmente difíceis, continuam a constituir elemento crucial de nossa ação.

O Conselho de Segurança já havia expressado sua condenação do assassinato de partidários do Presidente Jean-Bertrand Aristide. Há apenas três dias, o Conselho condenou os atos intimidatórios que impediram o desembarque de um contingente das Nações Unidas em Port-au-Prince e decidiu restabelecer as medidas de sanção previstas na Resolução 841, com vistas a persuadir as autoridades militares do Haiti a respeitarem o Acordo de Governors Island. É com grande e profundo pesar que agora lamentamos a morte do Ministro da Justiça do Haiti, Sr. Guy Malary, covardemente assassinado há apenas dois dias.

Foi, assim, inspirados em sua gravíssima preocupação e no sentido de urgência que nos é imposto pela seriedade dos últimos acontecimentos no Haiti que, ontem e hoje, deparamos com a necessidade de enfrentar uma situação única e excepcional com medidas igualmente únicas e excepcionais, em particular a autorização do uso, por Estados membros, de medidas que poderão incluir a interdição de tráfico marítimo destinado ao Haiti, com o propósito único e exclusivo de assegurar o respeito às sanções relativas a petróleo e armamentos contidas nas Resoluções 841 (1993) e 873 (1993).

O caráter único e excepcional dessa decisão não resulta apenas da situação política e humanitária extraordinariamente deplorável que hoje se verifica no Haiti. A deliberação hoje efetuada pelo Conselho de Segurança se fez, sobretudo, em resposta a uma solicitação formal e explícita do Governo legítimo do Haiti no sentido do fortalecimento das disposições da Resolução 873 (1993). O Governo brasileiro considera que aquela solicitação, que é mencionada no preâmbulo da resolução que acaba de ser aprovada, constituía condição essencial para que o Conselho agisse como agiu.

O caráter *sui generis* da resolução aprovada hoje está refletido, ademais, no fato de que as sanções cuja aplicação ela se destina a garantir emanaram, originalmente, da Organização dos Estados Americanos, a qual recomendou às Nações Unidas a aplicação mandatória das medidas adotadas no plano regional.

Nessas circunstâncias, após cuidadosa ponderação dos vários aspectos envolvidos na crise haitiana, o Brasil decidiu apoiar a resolução hoje aprovada, no entendimento de que não constitui e não constituirá precedente para o trabalho futuro das Nações Unidas.

A região latino-americana e caribenha orgulha-se, com razão, de uma tradição diplomática fundada na preocupação invariável com a solução pacífica de problemas e o não-uso da força nas relações internacionais. O Brasil atribui grande importância a essa tradição, que não temos dúvida continuará a prosperar no futuro.

A decisão hoje tomada pelo Conselho de Segurança somente pode ser compreendida como um instrumento para assegurar a aplicação estrita das medidas de sanção anteriormente impostas pelo próprio Conselho com respeito ao fornecimento ao Haiti de petróleo e derivados, armas e material conexo. Evidencia-se, com isso, que a autorização contida no primeiro parágrafo operativo da resolução hoje adotada está circunscrita em sua abrangência, assim como no espaço e no tempo, pelos objetivos claramente limitados que lhe constituem a razão de ser. Evidencia-se, igualmente, que essa autorização se manterá em vigor apenas até o momento em que sejam suspensas ou revogadas aquelas medidas de sanção.

O Governo brasileiro espera que esse resultado se produza o mais brevemente possível, sobre a base de uma rápida restauração da democracia no Haiti. ■

Reunião dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em almoço oferecido aos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, em 29 de outubro de 1993

Senhor Ministro da Justiça de Angola, Dr. Paulo Tjipilica,

Senhor Ministro da Justiça de Cabo Verde, Dr. Eurico Correia Monteiro,

Senhor Ministro da Justiça de Portugal, Dr. Alvaro José Brilhante Laborinho Lúcio,

Senhor Ministro da Justiça de São Tomé e Príncipe, Dr. Olegário Pires Tiny,

Senhores Embaixadores, Chefe das Missões Diplomáticas dos Países de Língua Portuguesa,

Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Iram Saraiva,

Senhor Ministro da Justiça do Brasil, Dr. Maurício Corrêa,

Senhores Delegados, meus colegas, senhoras e senhores,

É para mim motivo de especial satisfação recebê-los hoje no Itamaraty, nesta confraternização que marca mais um evento no programa da III Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa. A presença em Brasília de tão

ilustres delegações honra o Brasil e reafirma o elo natural entre países que partilham o mesmo idioma e a mesma origem histórico-cultural.

Os trabalhos da Conferência, que este ano se desenvolvem em torno da temática «Cidadania e Justiça», trazem à luz importantes reflexões sobre o exercício e a consolidação da democracia. A primeira delas é a certeza de que estamos iniciando uma nova era nas relações entre o Estado e a Nação, entre o poder público e o cidadão, entre o Direito e a liberdade.

A relação entre a Justiça e a cidadania se desenvolve agora a partir de dois importantes vetores. O do aprimoramento do Estado como responsável pela proteção dos direitos inalienáveis do homem e o da plena conscientização do indivíduo ou grupos de indivíduos dos seus direitos na sociedade. Conforme bem colocou o Senhor Ministro da Justiça Maurício Corrêa na abertura dos trabalhos da Conferência, «é o exercício da cidadania que hoje determina a qualidade do Estado».

No mundo contemporâneo, o exercício da cidadania ganhou novo sentido. Não se

limita ao cumprimento da noção clássica de direitos e deveres. Vai muito além para valorizar interesses econômicos, identidades culturais e peculiaridades nacionais e étnicas. São estes, aliás, os ingredientes que hoje provocam a decomposição de antigos Estados, às vezes de forma descontrolada e com as conseqüências nefastas que conhecemos. O respeito à identidade cultural e à plena soberania dos Estados não deve ser motivo de conflito e confrontação. Ao contrário, deve inspirar novas e mais ricas formas de cooperação.

Senhores Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa,

É com esse espírito e com visão objetiva das novas realidades internacionais que o Presidente Itamar Franco vem atribuindo a mais alta prioridade à criação de um marco institucional que valorize o nosso idioma e a cooperação entre os nossos povos. A proposta da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ao passo que reconhece e amplia um movimento que já se esboça na prática, possui também um sentido político, pois mediante a sedimentação e o fortalecimento dos nossos vínculos busca expressar os nossos anseios na cena internacional.

A proposta da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não se esgota nas suas ações políticas. Pretende ser um movimento abrangente que inclua o intercâmbio em todos os campos do interesse comum. O fomento ao comércio, o fortalecimento da cooperação científica e tecnológica, o intercâmbio na área da saúde da educação são importantes avenidas para a sua construção. Assim como os Senhores

lograram criar um foro próprio para debater os temas de natureza jurídica, estímulos também devem ser examinados para a troca de experiências entre legisladores e parlamentares de nossos países, abrindo o caminho para a criação, a exemplo do que fizemos na América Latina, de um Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa.

Como sabem os senhores, o Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, na qualidade de enviado especial do Presidente Itamar Franco, já visitou, além de Portugal, três países africanos de língua portuguesa e deles colheu, no mais alto nível, as mais favoráveis reações à formação da Comunidade. Pretende, ao reassumir suas funções na capital portuguesa, concluir suas gestões junto aos governos de Angola e Moçambique, países para os quais estará viajando proximamente. Eu mesmo pude constatar esse sentimento em almoço que ofereci no início deste mês aos Chanceleres dos países de língua portuguesa, durante a abertura da 48ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Permito-me, agora, aproveitar a presença de tão ilustres juristas em Brasília para pedir que reflitam sobre a melhor forma de prosseguir na edificação da nossa Comunidade.

Senhoras e Senhores,

É, portanto, com a atenção voltada para o terreno comum que existe entre nós que o Governo brasileiro encara sua participação nesta Conferência, cuja preparação resultou da soma de esforços por parte de todos os países-membros, sob a coordenação do Secretariado Permanente, que iniciou suas funções no corrente ano, em

Lisboa. Trata-se, inegavelmente, de um avanço no sentido do aprofundamento dos laços de cooperação na vertente político-jurídica.

Nossos países encontram-se, atualmente, em fases distintas do processo, nem sempre livre de turbulências e contramarchas, de estabelecimento e consolidação da democracia, circunstância que torna ainda mais oportuna a presente Conferência, considerando que os temas aqui tratados visam, antes de tudo, ao aprimoramento do regime democrático.

Desejo sinceramente que esta Conferência resulte não apenas no intercâmbio mutuamente benéfico de idéias e experiên-

cias, mas sobretudo venha a constituir etapa importante e necessária rumo à completa institucionalização do relacionamento, em especial da cooperação entre nossas sociedades.

Senhoras e senhores,

Permitam-me, neste momento, que lhes agradeça mais uma vez a presença neste almoço de conagração, ao tempo em que peço a todos que ergam suas taças, para brindarmos juntos pela crescente amizade entre nossos povos, com base nos princípios da convivência democrática, alicerçada na cidadania plena e no acesso à justiça.

Muito obrigado. ■



Cuba e o bloqueio econômico americano

Intervenção do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto à ONU no contexto do ponto 30 da agenda: «Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos da América contra Cuba», em 4 de novembro de 1993

Tenho a honra de dirigir-me à Assembleia Geral na minha condição de Secretário *Pro Tempore* dos países Ibero-americanos.

Senhor Presidente,

Os 21 países ibero-americanos têm uma antiga tradição de respeito aos princípios e normas do direito internacional da soberania dos Estados.

Estes são os princípios que orientam a consideração dos países ibero-americanos no Projeto de resolução apresentado sob o ponto 30 a agenda. Recente legislação nacional ocasionou sérias preocupações sobre os elementos extra-territoriais nela contidos. Nossas inquietações ocorrem principalmente nas restrições impostas nos princípios que estão incorporados em numerosos instrumentos de direito internacional.

O documento final da III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos

países ibero-americanos, realizada em Salvador, Brasil, a 15 e 16 de julho último, circulou como documento A/48/291 – S/262412. Ele retrata o total compromisso dos países ibero-americanos com vistas ao estabelecimento de uma comunidade internacional onde a cooperação prevaleça sobre a confrontação. No parágrafo 68 do referido documento, os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos tomaram nota das resoluções recentemente adotadas em foros internacionais sobre a necessidade de eliminar a aplicação unilateral, por qualquer Estado, com fins políticos, de medida de caráter econômico e comercial, sobre outro Estado.

Senhor Presidente,

Os países ibero-americanos têm favorecido constantemente a criação de uma atmosfera que conduza à superação de diferenças. É nossa sincera esperança que as atuais tendências internacionais visando ao diálogo, à compreensão e à cooperação

possam prevalecer sobre divergências antigas. Para esse fim um ambiente de respeito recíproco e de cumprimento pleno das normas de direito internacional certa-

mente contribuirá para o fortalecimento da paz e da harmonia entre as Nações.

Muito obrigado, Senhor Presidente. ■



II Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguai

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da II Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasil-Uruguai, no Palácio Itamaraty, em 11 de novembro de 1993.

Senhor Senador Sérgio Abreu,

Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai,

Senhores Embaixadores,

A visita que Vossa Excelência faz ao Brasil no correr desta semana atinge, neste ato, momento de particular significação. A realização da Segunda Reunião da Comissão Geral de Coordenação constitui manifestação expressa da vontade política dos Governos brasileiro e da República Oriental do Uruguai de conferirem a suas relações a dimensão de sua elevada substância e do mais profundo entendimento.

2. A presença de Vossa Excelência à frente de representativa delegação sinaliza, com nitidez, a importância que atribuímos a esta Comissão como o foro natural para a avaliação do estado das relações bilaterais e para a discussão, em seu âmbito, dos seus temas mais relevantes.

3. A Comissão Geral de Coordenação foi criada pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio celebrado em 12 de junho de 1975. Reuniu-se ela, pela primeira vez, em 20 de março de 1986.

4. A reunião que ora realizamos atende à recomendação expressa dos Presidentes Itamar Franco e Luís Alberto Lacalle, que fizeram questão de acentuar a importância dessa instituição em 27 de maio último, em Montevideu, por ocasião da memorável visita oficial do Chefe de Estado brasileiro.

5. Tiveram, naquela ocasião, nossos dois Presidentes a consciência da necessidade da reativação da Comissão Geral de Coordenação, foro maior da cooperação bilateral. Suas quatro subcomissões abrangem um espectro amplo por onde convergem os vetores mais importantes de nosso relacionamento: cooperação científica, técnica e tecnológica, comércio, cooperação cultural e desenvolvimento conjunto de zonas fronteiriças.

Senhor Ministro,

6. Estamos unidos por faixa de fronteira que se estende por mais de mil quilômetros. Ao longo dessa linha, brasileiros e uruguaios têm interagido através dos anos, fazendo de nossos limites físicos uma área de aproximação e de integração, de entrelaçamento e de realizações con-

juntas na perseguição de metas e de objetivos comuns.

7. Do Chuí à Barra do Quaraí, no lado brasileiro, assim como desse mesmo Chuy até Bella Unión, no território uruguaio, a história de nossa convivência na fronteira comum caracteriza-se por uma vizinhança solidária e construtiva.

8. Esse espírito de aproximação tem gerado, espontaneamente e com forte intensidade, massa crítica apreciável, levando nossos Governos a incentivar a criação de instrumentos adequados de coordenação dessa relação de cooperação crescentemente diversificado.

9. Estaremos, igualmente, avaliando as perspectivas que se oferecem à cooperação bilateral no âmbito mais vasto da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí. Há duas semanas, as delegações brasileira e uruguaia, reunidas em Quaraí e em Artigas, identificaram os temas mais relevantes para uma agenda de trabalho cuja implementação deverá atender às justas aspirações das populações de uma importante região, que tem no rio Quaraí seu traço mais significativo de identidade regional.

10. Da mesma forma, procuraremos definir as novas linhas mestras e redesenhar a estrutura da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Mecanismo valioso para o planejamento e a execução de medidas destinadas à cooperação conjunta na bacia hidrográfica compartilhada, torna-se necessária uma adaptação dessa Comissão pioneira a formas de gestão mais modernas, que lhe permitam

atuar de modo flexível e com maior agilidade como órgão importante de fomento da cooperação e da integração em sua área de jurisdição.

Senhor Chanceler,

11. Um bom exemplo do nível de maturidade a que chegaram nossas relações é o acordo de Cooperação em Matéria Ambiental assinado entre os dois países em 28 de dezembro último. Ao incorporar os conceitos e princípios aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e ao focalizar a questão da contaminação transfronteiriça – admitindo a compensação por eventuais danos – Brasil e Uruguai demonstraram a natureza avançada e moderna de suas relações, refletidas em um instrumento internacional pioneiro, realista e pragmático.

12. Registro com satisfação terem se iniciado, na última segunda-feira, os estágios de treinamento para os técnicos uruguaios junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nos próximos dias, deverão instalar-se os equipamentos de monitoramento atmosférico em território uruguaio, aprofundando, destarte, a cooperação nessa área de particular interesse para os dois países.

Senhor Ministro,

13. A reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto das Zonas Fronteiriças, concluída no dia 9, aqui no Itamaraty, apresentou resultados positivos que iremos apreciar no curso de nossos trabalhos

de hoje. Ao mesmo tempo, entendo que devemos instruir os setores específicos de nossas Chancelarias para que iniciem, sem demora, o levantamento dos temas mais importantes que formarão a agenda de trabalho das Subcomissões de Expansão Comercial e de Cooperação Cultural, cujas reuniões, sugiro, sejam realizadas proximamente.

14. Em nossa reunião de hoje, deveremos apreciar, igualmente, número expressivo de questões que demonstram a natureza essencialmente dinâmica e diversificada de nossas relações. Da interconexão dos sistemas regionais de eletricidade ao aperfeiçoamento das telecomunicações na área fronteiriça, da viabilização operacional do aeroporto de Rivera-Livramento à ativação da cooperação entre nossas pequenas e médias empresas, deveremos proceder a uma avaliação crítica desse

importante universo em que interagem nossos dois países.

15. O Brasil constitui, hoje, o principal parceiro comercial do Uruguai, com participação da ordem de 23% das exportações e de 24% das importações desse país. Nossas importações de produtos uruguaios alcançam níveis elevados e temos procurado encontrar soluções para problemas cuja ocorrência é natural em um relacionamento denso e diversificado como o nosso.

16. Desejo expressar a Vossa Excelência e à delegação que o acompanha nossos mais calorosos votos de boas-vindas e nossa satisfação por podermos avaliar, conjuntamente, esse magnífico patrimônio constituído por nossos dois países. Proponho agora, caro Ministro Sérgio Abreu, que demos início aos trabalhos de nossa Comissão Geral.

Muito obrigado. ■



Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal completa 40 anos

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, por ocasião das
comemorações ao 40º aniversário do Tratado de
Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal,
em Brasília, em 16 de novembro de 1993*

Hoje é para nós um grande dia de festa. Estamos celebrando o quadragésimo aniversário da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. Na rica história do relacionamento luso-brasileiro, esta é uma data com significado especial. Configura símbolo vivo dos vínculos sempre afetivos e cordiais entre nossos povos irmãos.

Para esta comemoração, é com grande satisfação e carinho que recebemos a delegação de Portugal, chefiada pelo ilustre Secretário de Estado para as Comunidades Portuguesas, Doutor Luís Manuel da Costa de Sousa Macedo. Temos o prazer de acolhê-los e procuramos fazê-lo no melhor estilo da hospitalidade luso-brasileira.

Desejo também prestar homenagem ao eminente Embaixador Antonio de Faria, convidado especial do Governo brasileiro para esta comemoração. Sua atuação foi determinante nas negociações que levaram à conclusão do Tratado de 1953. Sua assinatura ainda reluz neste documento. Quero deixar registro nesta oportunidade

do reconhecimento sincero do Governo do Brasil por tudo que o Embaixador Antonio de Faria fez e continua a fazer em prol do diálogo e do bom entendimento entre brasileiros e portugueses. Graças a diplomatas de sua estirpe e de homens públicos com sua lucidez, seremos capazes de preservar e aprimorar o patrimônio que construímos ao longo de gerações.

Senhoras e Senhores,

O selo que vamos lançar possui um significado maior: comemora uma efeméride.

Quando assinamos o Tratado de Amizade e Consulta em 1953, demos aos demais membros da comunidade internacional um exemplo de fraternidade e de convergência de interesses, estabelecendo um bem delineado marco para o relacionamento privilegiado entre os dois países. Nestes quarenta anos, nossas relações evoluíram, tornaram-se mais densas e abrangentes. Nossa convivência se enriqueceu e adquiriu traços inovadores resultantes dos aspectos multifacetados dos novos

compromissos internacionais e regionais de nossos países.

Hoje, Portugal está construindo um novo futuro na Comunidade Européia. Dedicar-se com afinco ao desenvolvimento de sua economia e à melhoria de condições de vida para seu povo. O Brasil, plenamente redemocratizado, também trabalha pelo ideal da integração latino-americana. Como país continental, ao mesmo tempo ocidental, atlântico, platino e amazônico, possui responsabilidades que extrapolam suas fronteiras. Da mesma forma que Portugal tem um papel de suma importância na consecução da união européia, tem o Brasil o dever de contribuir para o fortalecimento da região em que está inserido.

Nem por isso, nos distanciamos do resto do mundo. Ao contrário, mais e mais o Brasil se projeta na cena internacional, cumprindo a sua vocação universalista. O melhor da nossa expressão está hoje em todas as partes do planeta. E, com especial significado, em Portugal, onde estamos contribuindo com o desenvolvimento do país irmão e com ele colaborando nos esforços de integração regional. Assim como ilustres portugueses ajudaram o desenvolvimento da sociedade brasileira, para cá trazendo homens de grande engenho e envergadura moral, são hoje os brasileiros que, em maior número, aportam em terras lusitanas, levando a sua capacidade técnica, a sua imaginação, a sua vontade de vencer.

Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas,

Apraz-nos constatar que o Brasil está hoje entre os maiores investidores na economia portuguesa. Orgulha-nos saber que, mediante empreendimentos conjuntos, estamos erguendo empresas modernas, com tecnologia avançada e grande capacitação técnica. Alegra-nos ver que estamos cooperando nos campos da ciência, da educação, da cultura, dos transportes, da ação consular e de muitos outros. Satisfaz-nos verificar que ultrapassamos a retórica e, hoje, nos vemos diante de uma relação que engloba interesses reais, concretos e vitais para a economia e para os nacionais dos dois países.

Conforta-nos, enfim, comprovar que, não obstante as relações complexas que hoje entretemos, somos capazes de superar os eventuais problemas com sensatez e serenidade, no melhor estilo da diplomacia luso-brasileira. Alegra-nos, por isso, constatar que, apesar dos percalços, não perdemos, mas, ao contrário, vemos revigorado, o sentido da irmandade, tão enraizada que está na origem e nas afinidades de nossos povos.

A língua e a cultura comuns são, possivelmente, o mais forte elo dessa união. Por isso, continuamos a estimular o intercâmbio nas mais variadas formas de expressão artística. Os produtos culturais brasileiros, hoje tão apreciados em Portugal, não são apenas motivo para ufanismo. Mais do que isso, constituem uma forma de mostrar o potencial da cultura que nos foi legada. São, em suma, uma maneira sincera e afetuosa de dizer obrigado pela herança que recebemos e sobremos honrar.

Por todos esses motivos, o Tratado de Amizade e Consulta permaneceu atual e passou a inspirar iniciativas pioneiras no âmbito do relacionamento amplo entre nossos países. Penso, sobretudo, nas boas perspectivas que se abrem para a cooperação, incorporando agora os novos Estados da África de língua portuguesa em esquemas inovadores de grande alcance.

A feliz iniciativa do Senhor Presidente Itamar Franco, que vem sendo conduzida com vigor e entusiasmo pela diplomacia brasileira e, particularmente, pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira em prol da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pode ser apontada como o corolário natural e lógico de um instrumento das dimensões do Tratado que hoje festejamos.

De fato, os novos tempos indicam que os parâmetros dentro dos quais se desenvolveu e se consolidou a interação luso-brasileira podem e devem servir presentemente de modelo para um empreendimento ainda mais amplo e dinâmico de cooperação, agregando e aglutinando países e povos que compartilham conosco tradições, afinidades, cultura e raízes comuns.

Senhor Secretário de Estado, Senhor Embaixador Antonio de Faria, Senhor Embaixador de Angola,

O desafio que temos pela frente não é simplesmente uma opção, é uma responsabilidade que os homens de hoje devem encarar. As futuras gerações esperam de nós um compromisso pela preservação e pela ampliação do patrimônio que herdamos. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma importante ferramenta que está ao nosso alcance para transformarmos o português e a cooperação em português em um novo instrumento de ação política na cena internacional.

O Brasil vê na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa uma proposta inovadora, que tem na língua, na história e nos anseios compartilhados uma forma moderna de integração. Não é ela uma iniciativa excludente, porquanto não compromete as nossas responsabilidades em outras esferas. Ao contrário, trata-se de um processo que soma, que amplia e que faz da nossa identidade comum um novo espaço de atuação nas relações internacionais.

É nesse contexto, minhas senhoras e meus senhores, que estou seguro de que a amizade luso-brasileira continuará a prosperar, consolidando nossos laços de fraternidade, compreensão e respeito mútuo.

Muito obrigado.

Brinde oferecido pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, por ocasião do almoço em comemoração aos 40 anos do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal

Sentimo-nos hoje profundamente felizes em celebrar os quarenta anos da assi-

natura do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal. Além de felizes,

estamos honrados com a presença no Brasil do Secretário de Estado para as Comunidades Portuguesas, Doutor Luís Manuel da Costa de Souza Macedo, à frente de representativa delegação, da qual faz parte, como nosso convidado especial, o Embaixador Antonio de Faria, incansável defensor da fraternidade e da cooperação entre os dois países.

Vossa Excelência, Senhor Secretário de Estado, está tendo a oportunidade de constatar de perto como a comunidade portuguesa encontra-se perfeitamente integrada na realidade brasileira, participando com todo empenho na construção de um país melhor, mais justo, mais próspero e sempre generoso com os que aqui vêm colaborar com os nossos ideais de desenvolvimento. Herdamos de Portugal o gosto pela hospitalidade. Temos prazer em compartilhar experiências vindas de outros quadrantes. Sentimos grande orgulho pelo legado de tolerância e de não-discriminação, características que nos diferenciam e nos singularizam no mundo. Está em nossa índole sermos receptivos a demonstrações de amizade.

Os últimos quarenta anos formaram um período rico na história dos dois países e, por esse motivo, sublinharam o significado ímpar do Tratado no progressivo aprimoramento das relações bilaterais.

O Brasil de hoje – aberto, democrático, com arcabouço institucional transparente e profundamente empenhado na promoção dos valores inerentes aos direitos hu-

manos – enaltece e privilegia suas relações com o país irmão, o nosso Portugal. Da mesma forma, vemos no nosso mais antigo parceiro, um país amadurecido, renovado nas suas expectativas e trabalhando com seriedade pelo fortalecimento das relações que hoje nos facilitam a participação no mais rico mercado do planeta, a Comunidade Européia.

E é justamente porque temos tanto apreço pela amizade luso-brasileira e pelo patrimônio que construímos, que o dia de hoje não representa, apenas para nós, um momento de festa e de regozijo. Penso, também, em outros povos que compartilham conosco raízes e valores comuns. Há pouco me referi a eles e ao quanto significam na preservação e na ampliação da nossa história e da nossa cultura.

O Presidente Itamar Franco, ao propor a criação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, demonstrou aguçado espírito de compreensão diplomática e muita lucidez política: por intermédio da Comunidade estaremos dando seguimento aos ideais que vêm inspirando nossa cooperação bilateral.

Ergo, ainda, a minha taça para saudar os quarenta anos do Tratado de Amizade e Consulta, convencido de que esse documento, tão importante quanto significativo, continuará a servir de inspiração para iniciativas igualmente frutíferas e marcantes entre todas as nações de expressão portuguesa. ■



Visita oficial do Presidente da Guiana ao Brasil

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente da República Cooperativista da Guiana, em Brasília, em 17 de novembro de 1993

Ao formular os votos de boas-vindas e feliz estada a Vossa Excelência, bem como à ilustre comitiva que o acompanha, desejo homenagear, neste nosso primeiro encontro, um dos líderes mais expressivos da América do Sul.

Estendemos essa homenagem à Guiana. Contra as difíceis condições de comércio, o peso da dívida externa e outros graves obstáculos, a Guiana tem sabido manter-se altiva, na defesa da dignidade democrática e na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Na intervenção de Vossa Excelência no recente debate da Assembléia Geral das Nações Unidas pode-se observar a grande identidade de posições e de princípios de nossos dois países.

Estamos ambos empenhados na promoção e no fortalecimento da Democracia.

Os regimes democráticos devem prevalecer em nossa América do Sul e em todo o Hemisfério. Tal objetivo não se alcança apenas com o esforço interno de cada país. A Democracia é, hoje, tema

de política externa e de cooperação entre os países.

Com a democracia, entendemos promover os Direitos Humanos e o desenvolvimento econômico-social. Como bem o observou Vossa Excelência, as medidas de ajuste em países em desenvolvimento deverão levar em conta a justiça social e a promoção do bem-estar das populações.

Senhor Presidente,

Foi com grande satisfação que o Brasil tomou conhecimento da reação guianense à proposta de assinatura de um Acordo de Complementação Econômica no quadro da Iniciativa Amazônica.

A Iniciativa Amazônica vem somar-se aos esquemas subregionais de integração em curso, que não devem ser excludentes. Recentemente, avancei sugestão no sentido de convergirmos Brasil, Guiana e todos os nossos vizinhos, para a configuração de um espaço econômico sul-americano.

Além do plano comercial e econômico, a relação entre o Brasil e a Guiana apresenta grande potencialidade em outras

áreas. A dimensão amazônica figura como uma das mais importantes.

A Amazônia desempenhará crescente papel no futuro de nossos países. Com outros seis países irmãos, dispomos de um mecanismo significativo, o Tratado de Cooperação Amazônica. Poderemos tirar ainda maior partido do importante acervo já acumulado se dotarmos o Tratado de instrumentos mais ágeis para captar recursos e canalizar a cooperação. Por esse motivo, o Brasil sugere a criação de uma Secretaria Permanente do Tratado, com sede em Brasília.

Senhor Presidente,

A cooperação fronteira constitui campo de trabalho prioritário. O respeito e a confiança mútua que caracterizam as relações entre o Brasil e a Guiana nos levarão em futuro próximo a resultados concretos nessa área de colaboração.

Estamos promovendo uma presença maior do Estado na Amazônia brasileira, com o objetivo de aumentar a proteção à população local e ao meio ambiente.

Por esse motivo, estamos implantando o Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia e convidamos os países amazônicos – e entre estes naturalmente a Guiana – para participar do esforço de implanta-

ção do SIVAM-SIPAM, beneficiando-se de seus resultados.

Senhor Presidente,

Nosso destino continental se cumprirá quando os países da América do Sul se interligarem e nossos contatos forem diretos e constantes. Unidos por uma extensa região de fronteira, Brasil e Guiana precisam promover o quanto antes a integração desse espaço ao restante de seus territórios nacionais.

O desenvolvimento de nossas relações se apóia na interconexão de nossas estruturas rodoviárias, por onde escoarão os bens e serviços que levarão o progresso ao sul da Guiana e ao norte do Brasil.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa excelência entre nós augura o início de uma fase nas relações entre o Brasil e a Guiana, ainda mais intensa e produtiva.

Com esse desejo sincero no coração, em nome do Governo brasileiro e do meu próprio, ergo minha taça pela prosperidade da nobre e amiga Nação guianense; e fazendo votos por uma feliz permanência em terras brasileiras, nessa visita rápida mas para nós tão grata, convido a todos a brindarem pela felicidade pessoal de Vossa Excelência. ■



Visita oficial do Presidente da China ao Brasil

Discurso do Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço em homenagem ao Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, no palácio Itamaraty, em 23 de novembro de 1993

Senhor Presidente,

Tenho hoje a grata satisfação de dar as boas-vindas a Vossa Excelência bem como à ilustre comitiva que o acompanha. A todos estendo minha mais cordial e amistosa acolhida, certo de que a visita de Vossa Excelência marcará etapa ainda mais frutífera no nosso relacionamento bilateral.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência no Brasil representa o encontro entre uma antiga civilização – admirável a um tempo pela continuidade e persistência e pela capacidade de renovação – e uma sociedade jovem e dinâmica, que enfrenta com coragem desafios nas áreas social e econômica.

Vossa Excelência nos visita em momento de especial significado para o Brasil, caracterizado pela consolidação de nossa democracia e fortalecimento de nossas instituições.

Após quase uma década de desaceleração do crescimento econômico, o Brasil volta a se desenvolver com novo vigor, desta vez sobre base mais sólida, em que

predomina a preocupação com a distribuição da renda e com o saneamento das finanças do Estado.

Prosseguimos, com êxito, no caminho da reforma e liberalização da economia. Como resultado, o Brasil está, hoje, mais aberto para o exterior, em processo de afirmação cada vez mais competitiva no mercado internacional.

Senhor Presidente,

As relações entre nossos países ganham novo e decisivo impulso. No correr de quase vinte anos, nosso contato se estreitou, se diversificou e se enriqueceu. Logramos reunir, nesse período, um rico acervo de realizações que em muito aprimorou a qualidade de nossos entendimentos.

O diálogo sino-brasileiro se distingue, hoje, pela maturidade. Contribui para tanto o notável grau de coincidência e de convergência da política externa de nossos países.

As relações bilaterais ingressam em fase de crescente dinamismo. Evoluímos de uma relação de trocas para um verdadeiro entrelaçamento das duas economias

em direção ao estabelecimento de uma efetiva parceria.

Vemos com satisfação a associação entre empresas brasileiras e chinesas para a construção de obras de grande porte na China e no Brasil.

Desenvolvemos intensa atividade de cooperação em ciência e tecnologia. Estamos construindo em conjunto dois satélites de monitoramento de recursos da Terra. Muito me alegra ter meu Governo podido dar impulso decisivo a esse empreendimento. Esperamos poder ampliar esta cooperação para compreender outros setores de ponta, como o da biotecnologia, o da química fina e o dos novos materiais.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência se dá em momento de particular importância no plano das relações internacionais. Delineia-se nova ordem que nos impõe responsabilidades compartilhadas na construção de uma convivência internacional mais justa e democrática.

Brasil e China coincidem na avaliação de que uma agenda para o desenvolvimen-

to constitui complemento indissociável de uma agenda para a paz.

Deve ser nossa tarefa, também, conferir à ordem internacional uma nova base de legitimidade. Esse desafio faz ressaltar a premente necessidade de se pensar a reestruturação das Nações Unidas e, em especial, de seu Conselho de Segurança. Eis aí um novo espaço – de decisiva importância – que convida à coordenação de esforços entre nossos países.

Senhor Presidente,

China e Brasil estão cada vez mais próximos graças, sobretudo, à vontade determinada com que ambos se dedicam a aprofundar a cooperação bilateral.

Com este espírito construtivo, e movido pela fraternal amizade que une nossos países, convido todos os presentes a brindar à saúde e à felicidade pessoal de Vossa Excelência, assim como ao contínuo progresso, felicidade e paz duradoura para o povo chinês.

Muito obrigado. ■



Chefe do Departamento Político da OLP visita o Brasil

Discurso do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, em almoço oferecido ao Chefe do Departamento Político da Organização para a Libertação da Palestina, Farouk Kaddoumi, no palácio Itamaraty, em 9 de dezembro de 1993

Senhor Farouk Kaddoumi,

É com a mais grata satisfação que saúdo Vossa Excelência e ilustre comitiva, nesta sua terceira visita ao Brasil.

Agora, como nas oportunidades anteriores, admiramos em Vossa Excelência a alta qualificação profissional, que nos brinda a todos com uma análise lúcida e profunda da conjuntura internacional, em especial no que respeita ao processo de paz no Oriente Médio.

É com extraordinário interesse que o mundo acompanha as negociações de paz no Oriente Médio, as quais constituem um dos grandes eventos do mundo pós-Guerra Fria.

Sabemos todos quão difícil é a reconstrução da confiança mútua e da convivência pacífica entre os povos e países do Oriente Médio.

Desde a abertura do diálogo entre as partes envolvidas, com a inauguração da Conferência de Paz para o Oriente Médio, nos convencemos, contudo, de que um futuro muito promissor se abria para a

região, cuja estabilidade reveste especial importância para a paz e segurança internacionais.

Para o Brasil, país que tanto tem contado com a generosa e profícua contribuição de correntes imigratórias provenientes do mundo árabe, é motivo de grande júbilo verificar que evoluem satisfatoriamente as negociações de paz no Oriente Médio e, sobretudo, as iniciativas que visam ao estabelecimento de um Estado Palestino.

Uma paz justa, abrangente e duradoura somente será alcançada com o pleno acatamento dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e independência, nos termos das resoluções pertinentes nas Nações Unidas, que o Brasil continua firmemente a apoiar, e do direito de todos os Estados da região de viverem em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

De nosso lado, é sincera a disposição de contribuir para o êxito da nascente administração Palestina, sob a liderança do Presidente Yasser Arafat.

Após autorizar o funcionamento, em Brasília, de uma Delegação Especial Palestina, com *status* diplomático correspondente, para cuja chefia acolhemos a indicação do Senhor Ahmed Sobeh, já entre nós por mais de quatro anos, o Senhor Presidente da República, em mensagem dirigida ao Presidente Yasser Arafat, manifestou-lhe a disposição brasileira em contribuir à reabilitação sócio-econômica da faixa de gaza e municipalidade de Jericó, tão logo passem as mesmas à gestão Palestina.

Ao decidir que tal mensagem fosse entregue ao seu alto destinatário por um enviado especial, Embaixador Pedro Paulo Assumpção, chefe do Departamento do

Oriente Próximo, do Ministério das Relações Exteriores, quis o senhor Presidente da República definir o novo patamar de aproximação em que deseja ver colocadas as relações brasileiro-palestinas.

Seja esse um marco a auspicar um futuro promissor para os entendimentos e a cooperação bilaterais, que, estou seguro, contará com o decisivo apoio de Vossa Excelência.

Convido a todos a erguerem suas taças num brinde pela saúde e felicidade pessoal do líder Yasser Arafat, de Vossa Excelência e dos integrantes de sua comitiva.

Muito obrigado. ■



Ministro Celso Amorim participa do «Washington Exchange»

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na conferência Washington Exchange, em Washington, em 17 de dezembro de 1993

É um prazer estar aqui hoje e dirigir-me aos membros do «Washington Exchange», que tem uma sólida reputação como fórum de sofisticado pensamento político. Estou agradecido por essa oportunidade. Não é minha intenção fazer uma apresentação extensiva da política externa brasileira, mas compartilhar alguns pensamentos com vocês sobre alguns aspectos relevantes da realidade brasileira e da nossa relação com os Estados Unidos.

2. Deixe-me primeiro falar de realidades e falsas percepções em nosso relacionamento como elementos que motivaram atitudes paradoxais e contraditórias em ambos países.

3. Quando as relações entre Estados Unidos e Brasil são vistas em perspectiva, tanto historiadores quanto analistas políticos são confrontados com um interessante enigma. No início dos anos 70 o Brasil vivia sob um regime autoritário, os direitos humanos eram violados sistematicamente, o protecionismo era a pedra de toque da política econômica e, no campo da segurança internacional, a adesão a acordos de não-proliferação era deliberadamente evitada.

4. Entretanto, as relações Brasil-EUA naquela época eram percebidas como extremamente boas. A política externa brasileira foi até rotulada de «subimperialista» por alguns vizinhos sul-americanos do Brasil. Havia até aquela frase famosa de um Presidente norte-americano, que dizia que para onde o Brasil fosse, o resto da América latina seguiria. Advertidamente ou não, aquele ponto de vista causou muitos mal entendidos e foi uma fonte de muitos problemas para nossa diplomacia. Mas expressava de maneira muito eloquente a percepção que os EUA tinham do papel desempenhado pelo Brasil e enfatizava as excelentes relações entre os dois países naquela época.

5. Vinte anos se passaram e o Brasil é hoje um país plenamente democrático, com uma imprensa livre e vigorosa e ativos movimentos da sociedade civil. Violações de direitos humanos – muito frequentemente um subproduto de problemas sociais – são firmemente combatidas pelo Governo. Transparência total é assegurada quando se lida com esses problemas. Reformas estruturais profundas no sentido da liberalização econômica e da privatização

substituíram as velhas práticas protecionistas. O firme compromisso do Brasil com o desarmamento e a não-proliferação tornou-se um tema central de sua política externa, habilitando-o a assinar vários acordos internacionais sobre o uso da energia nuclear e armas de destruição em massa.

6. Apesar de todas essas mudanças, que, na realidade, aproximam muito mais o Brasil dos valores defendidos pelos EUA, há uma crescente percepção de que as relações bilaterais mudaram para pior. Há um sentimento generalizado no Brasil de que somos vistos pelo público norte-americano como um «problema», mais do que como um parceiro importante e digno de confiança. Muita ênfase é colocada em contenciosos comerciais, na situação dos direitos humanos – cuja dimensão é frequentemente aumentada – e em questões ambientais. No campo econômico especificamente, recebemos a clara mensagem de que todos os esforços que têm sido feitos não são suficientes e, mais do que concentrarem suas atenções nos noventa por cento de resultados de mudança que atingimos até agora, os norte-americanos tendem a enfatizar os outros dez por cento que ainda estão por fazer. A questão de prioridade intelectual é um típico exemplo disso.

7. Nós brasileiros sentimos que nossos feitos nessas áreas não são compreendidos nem refletidos em atitudes concretas e positivas pelas grandes potências. Abrimos nossa economia, mas não nos foi concedido melhor acesso para nossos principais produtos de exportação no mercado norte-

americano (contrariamente a uma das promessas fundamentais do discurso da «Iniciativa para as Américas» do Presidente Bush). Apesar do fortalecimento da democracia em nosso país e dos esforços do Governo em punir violadores de direitos humanos, continuamos a ser objeto de escrutínio sem precedentes e de severas críticas por parte da imprensa e da opinião pública norte-americanas. Nosso compromisso firme com a não-proliferação e o desarmamento não tornaram nosso acesso à alta tecnologia mais fácil.

8. Gostaria agora de comentar sobre como as percepções em evolução sobre o Brasil podem estar na origem das dificuldades no plano global das relações Brasil-EUA.

9. Alguns aspectos importantes sobre a presente situação no Brasil devem ser descritos se queremos compreender plenamente o que está acontecendo em meu país. O fato mais importante na história brasileira recente é certamente a luta pela consolidação da democracia, um processo que, sob a liderança do Presidente Itamar Franco tem sido reforçado pela sólida dimensão ética. A seqüência de acontecimentos que levaram ao voto do «impeachment» pelo Congresso em 1992 e as investigações sobre corrupção parlamentar em curso estão na raiz de uma revolução de grandes conseqüências na cultura política brasileira. Os brasileiros estão promovendo mudanças estruturais abrangentes, que, em nossos dias, podem ser apenas comparadas à campanha de «mão limpas» na Itália. Nosso sistema político não será o mesmo novamente. Estamos dirigindo-

nos a uma sociedade ainda mais democrática, a ser construída sobre valores morais mais fortes.

10. O Brasil procura resolver seus problemas macroeconômicos em uma atmosfera livre, democrática e pluralista. Estamos enfrentando nossos problemas de maneira honesta, sem nenhum recurso de publicidade e estamos evitando a tentação autoritária de recorrer a fórmulas tecnocráticas. Apesar de parecer mais eficiente, a tecnocracia muito freqüentemente tende a impor sacrifícios e dificuldades nos segmentos mais vulneráveis da população. O Presidente Itamar Franco e a sociedade brasileira escolheram um caminho diferente, talvez mais complexo e doloroso, mas certamente um caminho que pode ser sustentado por um quadro democrático consensual e duradouro.

11. Entre as questões que serão debatidas e revistas na corrente revisão constitucional estão aquelas que se referem à participação do Estado na economia. Entre 1945 e 1980, o Produto Nacional Bruto brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 7% (um aumento de dez vezes no período). Essas cifras impressionantes foram alcançadas em um cenário de forte participação do Estado na economia.

12. Hoje em dia, no entanto, a economia brasileira tomou uma direção diferente. Não somos indiferentes às mudanças profundas que estão ocorrendo no mundo todo. A maturidade de nossa comunidade empresarial e o grande desenvolvimento de nossa base industrial permitirão que o crescimento econômico seja conduzido pela interação direta e predominante de

agentes privados, em um ambiente de maior abertura e de acordo com a construção de um sistema multilateral de comércio fortalecido.

13. Os esforços do Brasil, se me permitem acrescentar, objetivam muito além da promoção da modernização industrial, liberalização comercial, supressão de barreiras não-tarifárias, desregulamentação, privatização. Queremos mais do que fixar um novo padrão de desenvolvimento, em que o mercado terá um papel dominante. O Brasil está lutando também para estabelecer a justiça social. Durante os anos 70, quando o Brasil cresceu a taxas que eram louvadas como um «milagre», dizia-se que o Brasil estava indo bem, mas que seu povo não. A sociedade brasileira está agora pagando o preço dessa opção. Todos nós temos aprendido que a coexistência entre a pobreza extrema e a riqueza extrema é não só contrária aos valores éticos mais elementares, mas também traz riscos consideráveis às perspectivas de longo prazo de crescimento econômico. Há uma lição a ser aprendida da experiência de alguns países em que a equidade social e o crescimento econômico provaram ser compatíveis e mutuamente reforçáveis.

14. Este é o motivo pelo qual o governo do Presidente Itamar Franco não está lutando simplesmente pelo desenvolvimento econômico. Busca também, sob a interação abrangente de forças políticas, redimir a dívida social que pesa tanto sobre cada cidadão brasileiro. Diferentemente de tantas «Histórias de êxito», nosso ajuste econômico está sendo realizado em estrito cumprimento das regras democráticas. No

Brasil, democracia e liberalização econômica caminham juntas.

15. Deixe-me enfatizar outros aspectos que têm impacto significativo sobre nosso relacionamento. O Brasil pode ser caracterizado por um traço constante: é um país naturalmente inclinado para a paz, e suas ações externas são tanto previsíveis quanto confiáveis. Previsibilidade e confiança em nossas relações com o mundo são elementos centrais da herança de política externa do Brasil. Essas qualidades habilitaram-nos a manter, por um século, relações harmoniosas com todos os nossos dez vizinhos fronteiriços na América do Sul. Além disso, não vivemos nenhum conflito em virtude de raça, cultura ou crenças religiosas. Isso é particularmente relevante em tempos em que o ressurgimento do ódio étnico põe em perigo as vidas de tantas pessoas no mundo. Essas são qualidades de que nos orgulhamos e certamente representam uma contribuição para a paz mundial e a segurança. Mesmo em termos econômicos, essa combinação única de ambiente político pacífico e estável pode provar ser uma vantagem comparativa para futuros investidores estrangeiros.

16. O Brasil tem um papel crucial na estabilidade do hemisfério. Em resposta aos comentários do novo Embaixador brasileiro quando da apresentação de sua carta credencial, o Presidente Clinton afirmou que o Brasil era a nação mais potente da América Latina, economicamente e diplomaticamente. É difícil imaginar uma América Latina estável e próspera se estabilidade e prosperidade não existirem no Brasil.

17. Confiança e segurança no hemisfério também dependem da preservação e da melhoria das relações baseadas na confiança mútua entre o Brasil e os EUA.

18. O Brasil tem uma importância estratégica única como centro de irradiação de valores ocidentais, com forte impacto no futuro do mundo. Concebemos a democracia como única forma de governo que permite relações sociais dinâmicas e criativas e que pode assegurar a coexistência entre diferentes povos. Consideramos a observância dos direitos humanos como uma lei universal, não sujeita a particularismos de nenhum tipo, cultural ou outro. Compreendemos que as regras de livre mercado são as ferramentas mais eficazes para a obtenção de progresso econômico sustentável.

19. O Brasil acredita em um sistema multilateral de comércio aberto. Demos uma importante contribuição à recém-concluída Rodada Uruguai. O Brasil é um «global Trader». As iniciativas regionais que desenvolvemos na América Latina e a que damos tanto valor, como o Mercado Comum do Sul – Mercosul -, a Iniciativa Amazônica, a Zona de Livre Comércio da América do Sul recentemente proposta (todas estritamente dentro dos acordos da Associação Latino-Americana de Integração), assim como nossas relações com o NAFTA devem ser vistas sob essa luz. A integração regional deve fortalecer o sistema internacional de comércio e não ser substituto deste.

20. O Brasil e os EUA compartilham percepções similares a respeito de questões fundamentais sobre paz e segurança inter-

nacionais, desarmamento e não-proliferação. Iniciativas concretas tomadas pelo Brasil têm contribuído para a preservação e a promoção da paz. Temos gastos militares transparentes, que estão entre os mais baixos do mundo em relação ao Produto Nacional Bruto. Temos consistentemente encorajado o comércio internacional em alta tecnologia com fins pacíficos e sob controle adequado.

21. No contexto mais amplo da ordem internacional pós-Guerra Fria, nossos dois países compartilham princípios e objetivos básicos, que nos têm dado oportunidades promissoras de cooperação. Nossa participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um exemplo muito bom. Estamos passando por um período de mudanças radicais no cenário internacional, que traz a promessa de melhores dias. Não há ameaças a serem temidas na rela-

ção entre nossos dois países. Os desafios à nossa frente deve aproximar-nos. Acredito que o Brasil e os EUA estão prontos para forjar uma nova parceria. Uma parceria que, ao unir as duas maiores democracias do hemisfério, nos permitirá converter nosso universo de valores compartilhados em ação concreta.

22. As relações entre Brasil e EUA têm uma longa história, caracterizada por grande convergência e também por episódios de discrepância. Essa dicotomia tem nos mostrado que temos diferenças, mas que somos essencialmente similares. O respeito pleno pelas diferenças entre nossos países deve ser visto tanto como a pedra angular quanto como o melhor resultado de uma relação madura. Essa consciência nos permitirá caminharmos juntos através dos ventos de mudança. ■



Cerimônia de cumprimentos de fim de ano

Discurso pronunciado pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Abdenur, na cerimônia de cumprimentos de fim de ano ao Ministro Celso Amorim, no palácio Itamaraty, em 22 de dezembro de 1993

Senhor Ministro de Estado,

Caros Colegas,

Quer a tradição que o Secretário-Geral transmita ao Ministro de Estado os cumprimentos de fim de ano da Casa. Hoje esta ocasião tem, para o Itamaraty, significado especial. Em quase uma década, é a primeira vez que a Instituição tem, à sua frente, um diplomata de carreira. Isto é motivo de regozijo para todos nós.

Para mim, se me permite Vossa Excelência uma nota pessoal, é momento de saudar o amigo de mais de trinta anos, cuja confiança me honra e desvanece. Para a Casa, é oportunidade de somar esforços, para enfrentar uma quadra de importância singular, em que as conjunturas nacional e internacional exigem cada vez mais do Itamaraty e de cada um de nós.

Sucessivos governos têm buscado, e encontrado, em nossos quadros, valores para o exercício de funções de relevo. Nossas responsabilidades são grandes porque prudência, patriotismo, capacidade de articulação e espírito público são qualidades que esta Casa soube sempre

cultivar. Plenamente inserido na vida nacional, em sintonia perfeita com a fase de abertura ampla e diálogo democrático que enriquece nossa história, o Itamaraty tem hoje, mais do que nunca, uma contribuição importante a dar ao país.

Está a Casa também preparada para fazer frente aos desafios de uma realidade internacional incerta, de contornos indefinidos e aceleradas mudanças, numa situação que demanda acuidade nas percepções e agilidade na atuação.

Não temos inimigos e os mais de cem anos de convivência harmônica com nossos dez vizinhos são prova de que somos país pacífico. Comerciamos e cooperamos com todas as regiões do mundo. Por isso, temos interesses e percepções, como gosta Vossa Excelência de dizer, de «irradiação estelar». A política externa do Presidente Itamar Franco, executada em sua fase inicial pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso e, hoje, por Vossa Excelência, está calcada nos princípios e valores de validade universal que sempre nortearam a ação exterior brasileira, desde antes do advento da República. Conti-

nuidade e coerência são traços permanentes de nossa atuação externa.

Tais traços credenciam o Brasil como interlocutor confiável e parceiro previsível, que, sem perder sua independência, nem abrir mão de linhas básicas de conduta, tem sabido adaptar-se e responder construtivamente às mutações constantes e à crescente complexidade do cenário mundial. Somos cada vez mais fator ativo de articulação internacional. Temos uma contribuição valiosa a dar à cooperação entre as Nações.

Partilhamos, com a comunidade ocidental, percepções afins em questões fundamentais de manutenção da paz e da segurança internacionais, de não-proliferação e desarmamento.

Concluimos, no nível do Executivo, o ciclo de iniciativas referentes à não-proliferação, com o envio à apreciação do Congresso do Tratado de Tlatelolco e do Acordo Quadripartite entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA. Assinamos a Convenção sobre Armas Químicas. Também encaminhamos ao Congresso o Projeto de Lei de Controle de Exportação de Bens e Serviços Sensíveis. Uma vez aprovadas, tais iniciativas ratificarão o compromisso do país com o pleno respeito às normas pacíficas de convivência internacional.

Na América do Sul, nossas iniciativas são elemento de aglutinação continental. O Mercosul, a Iniciativa Amazônica, a proposta de criação do espaço econômico sul-americano apontam para um futuro de integração, no qual o Brasil desempenha

papel destacado. Nossas relações com a Argentina têm hoje extraordinária densidade e desenvoltura. Para seu desenvolvimento, o Itamaraty tem dado notável contribuição, em diálogo de inusitada intimidade com o Palácio San Martin. Podemos, com efeito, nos orgulhar de haver sido, pelo lado brasileiro, o elemento catalisador de um notável processo de aproximação, que hoje envolve numerosos segmentos dos governos e sociedades dos dois países.

A Cúpula Ibero-Americana, em Salvador, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, cuja criação temos impulsionado, são iniciativas que ressaltam a relevância do Brasil como pólo de convergência.

Nos foros multilaterais, a diplomacia brasileira tem atuado decididamente para promover consensos. Em Viena, tivemos atuação fundamental para o êxito da Conferência Mundial de Direitos Humanos. Durante a primeira parte de nosso mandato como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, participamos intensamente das deliberações do órgão. Prestigiamos a ONU, sua Carta, seus propósitos e princípios. Na medida de suas possibilidades, o Brasil tem oferecido sua parcela de contribuição às operações de paz das Nações Unidas.

Trabalhamos ativamente para que a Rodada Urugui chegasse a bom termo, fortalecendo o sistema multilateral de comércio. Quero, neste momento, felicitar os numerosos colegas de todos os níveis que,

ao longo de mais de 7 anos, se dedicaram intensamente a esse trabalho. Graças à decidida atuação do Itamaraty como coordenador das posições brasileiras e principal negociador no âmbito externo, conseguiu o Brasil desempenhar papel significativo para assegurar o êxito desta que foi a mais longa e complexa negociação econômica da história, com a abertura de novas possibilidades para o desenvolvimento do país.

Temos ampliado e fortalecido nossa interlocução com os principais parceiros internacionais. Para citar dois exemplos, recebemos há poucas semanas a visita do Presidente da China, oportunidade em que os dois países aprofundaram, de maneira expressiva, o intercâmbio de idéias e a colaboração em áreas de interesse comum. Recentemente, Vossa Excelência esteve em Washington, dando impulso a um diálogo mais aberto e dinâmico, no qual buscamos valorizar a notável margem de convergência que existe entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Na ocasião, Vossa Excelência reiterou nosso apoio e nossa disposição de trabalhar conjuntamente em prol da realização da Conferência de Cúpula das Nações Democráticas do Continente Americano, proposta pelo governo daquele país em 1994.

Enfim, neste último ano, ampliamos e demos dimensão nova à nossa presença internacional. Diversificamos nossos contatos na ONU. Intensificamos nossa participação nas discussões dos temas globais. Demos prova de nossa capacidade de aglutinação.

Estamos preparados para fazer mais e desempenhar papel eficaz na consolidação da paz e na promoção do desenvolvimento. É nesse espírito que temos atuado em favor da retomada, pelas Nações Unidas, do debate mais amplo sobre a temática do desenvolvimento, para o qual pretendemos contribuir de forma decisiva.

Senhor Ministro,

A diplomacia brasileira, sob a firme orientação de Vossa Excelência, se tem aparelhado para enfrentar desafios novos. O aumento dos fluxos emigratórios têm exigido presteza e eficiência crescentes de nossa rede de consulados. Problemas consulares delicados têm sido resolvidos com rapidez. O aprimoramento da assistência e da proteção aos nossos compatriotas no exterior está entre as prioridades mais altas do Itamaraty. Não teve outro sentido a criação do grupo de acompanhamento de crises, com a finalidade de atender a situações de emergência que afetem nossos interesses e exijam pronta e eficaz resposta do Governo brasileiro.

Da mesma forma, não temos descuidado da defesa do bom nome do Brasil e da recuperação de nossa imagem no exterior. A criação do núcleo de divulgação e a coordenação estreita com outros órgãos da administração federal fornecem ao Itamaraty os meios para atuar eficazmente na promoção da imagem brasileira no exterior.

Senhor Ministro,

Os que conhecem o Itamaraty têm plena convicção de que a escolha de seu nome para chefiar esta Casa foi acertada, seria

difícil encontrar alguém mais qualificado para fazer frente aos desafios com que hoje a diplomacia brasileira se depara.

Sensibilidade política, inteligência aguda, prudência e habilidade são as qualidades com que Vossa Excelência tem sabido superar situações delicadas, que se apresentaram já no início de sua gestão. Sob sua liderança, o Itamaraty se fortalece cada vez mais, em momento particularmente importante de reflexão sobre a estrutura desta Casa e sua adequação aos novos rumos da política externa.

De minha parte, tenho, sob a inspiração e lúcida orientação de Vossa Excelência, procurado intensificar o diálogo com os vários setores do Itamaraty. Ao longo dos últimos meses, temos multiplicado reuniões de trabalho, não só a fim de colocar em perspectiva ampla os principais temas de interesse de nossa agenda externa, como também para aprimorar, quando necessário, a coordenação entre as diversas áreas e identificar novas linhas de ação.

Tenho visitado os diferentes setores deste Ministério, com o objetivo de verificar suas condições de trabalho e a infra-estrutura existentes, para dar-lhes, sempre que possível, os meios mais adequados de desempenho.

Por instrução de Vossa Excelência, determinei às diferentes áreas que dessem início à implementação das recomendações da CAOPA, tendo em vista a adoção, com toda brevidade, dos aperfeiçoamentos que recolheram amplo consenso, no curso das discussões daquela Comissão.

Foram múltiplos os encontros e contatos com as associações de classe, para uma troca de idéias sobre suas postulações e expectativas, bem como sobre as melhores formas de atendê-las. Tais encontros se deram sempre em atmosfera de respeito mútuo e de cordialidade.

Sou testemunha do empenho com que a administração de Vossa Excelência tem procurado encaminhar soluções adequadas para o trabalho no exterior, em particular nos postos mais difíceis, de maneira a dar-lhes as melhores condições possíveis de atuação. A esse respeito, desejo referir-me aos colegas e funcionários que, às vezes com risco de sua própria segurança pessoal, enfrentam, com profissionalismo, duros momentos de dificuldade em nações amigas, que passam, momentaneamente, por conjunturas delicadas, como o Haiti, Angola e Argélia. A dedicação e a noção do dever que demonstram constituem exemplo para todos nós e permitem ao Itamaraty fortalecer o alto conceito em que é tido no serviço público brasileiro.

Com tais iniciativas, a presente administração visa a estimular uma avaliação ampla e fecunda dos meios de que dispõe para operacionalizar a política externa traçada pelo Senhor Presidente da República. É nesse contexto que, por instrução de Vossa Excelência, venho realizando reuniões da Comissão de Coordenação, a fim de analisarmos, em profundidade e com toda a franqueza, a adequação da estrutura atual da Secretaria de Estado às exigências de nossa atuação externa. Espero que, desse exercício, resulte um reordenamento estrutural que reforce nossa capacidade de

atuação e dê maior coerência às diferentes instâncias desta Casa.

Outro tema de grande atualidade é o do fluxo da carreira, que a todos nós legitimamente interessa. A recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito do quadro especial tem implicações importantes. Em decorrência dela, estamos examinando uma série de ajustes que permitam atender, com estrito espírito institucional, aos interesses maiores da Casa e de seus quadros. Tais ajustes, como já tive ocasião de assinalar, serão objeto de cuidadoso amadurecimento, em ambiente de plena transparência e diálogo. O objetivo precípua desses ajustes será o de devolver a carreira aos trilhos da estabilidade e da previsibilidade, colocando-a a salvo de sobressaltos e turbulências e, ao mesmo tempo, preservando espaço para a ascensão funcional das gerações mais jovens.

Para que essa tarefa alcance o sucesso que todos desejamos, é necessário esforço conjunto e coesão em torno de nossos grandes objetivos comuns.

Tenho plena consciência de que são inevitáveis e até naturais as diferenças de opinião sobre os melhores caminhos para o aperfeiçoamento da organização da carreira diplomática. Afinal, sobre um tema de tal relevância, nem sempre é fácil alcançarmos consenso. Justamente por isso, a troca de idéias é bem-vinda, pois vivifica e enriquece nossa instituição. Em função das próprias características desta Casa, à qual pertencemos por escolha e cujas regras básicas nos comprometemos a respeitar, o diálogo deve ser prudente,

leal e fiel aos cânones de discrição e sobriedade e de respeito à noção de hierarquia e disciplina, que são inerentes às melhores tradições do Itamaraty.

Constituímos uma carreira cujo sistema de mérito devemos estimular e aperfeiçoar, para garantir os padrões de excelência que têm sido a marca desta Casa. O Itamaraty só é o que é porque tem sabido evitar, ao longo de sua história, a incorporação de regras transcendentais a favorecer a mediocridade e o espírito burocrático.

Fazemos parte, com indisfarçável orgulho, de uma grande instituição, cuja pujança está sobretudo no patriotismo e no sentido de dever daqueles que a integram. Com notável dedicação e criatividade, temos logrado minorar as carências materiais que nos atingem, sem prejuízo de nossa atuação no cenário internacional. Tendo enfrentado no exterior, em posto longínquo como a China, as dificuldades que em passado recente se fizeram sentir sobre a administração pública brasileira, bem posso avaliar e valorizar os progressos alcançados nos últimos meses, no atendimento das necessidades da instituição. Assim é que, a partir de meados de 1993, o Itamaraty pôde contar com esquema de desembolso de recursos financeiros na medida de suas exigências de custeio, tanto na Secretaria de Estado, quanto no exterior, o que permitiu superar inadimplências tão freqüentes nos anos anteriores. Graças às providências tomadas em meses recentes, que mereceram a compreensão do Senhor Presidente da República e das autoridades fazendárias, pode-

mos esperar uma situação mais favorável para o ano de 1994.

Senhor Ministro,

Na tarefa de engrandecimento do Brasil no plano externo, Vossa Excelência pode estar certo de que continuará a contar com o dedicado apoio de todos os funcionários desta Casa.

Ao finalizar, desejo estender a Vossa Excelência e a sua família, em nome de seus muitos amigos e colaboradores e no meu próprio, os melhores votos de felicidades neste natal e no próximo ano, votos que transmito também a todos os funcionários do Itamaraty.

Muito obrigado.

*Palavras proferidas em resposta, de improviso,
pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores*

Senhor Secretário-Geral, Embaixador Roberto Abdenur,

Senhores Subsecretários,

Senhor Chefe de Gabinete,

Senhores Embaixadores,

Minhas colegas, meus colegas,

Vocês todos bem podem imaginar o sentimento de satisfação e de orgulho que tenho em, pela primeira vez, receber os cumprimentos da Casa por ocasião do Natal, expressas de forma tão generosa, seguramente exagerada, mas certamente sincera, do Embaixador Roberto Abdenur.

Quando o Senhor Presidente Itamar Franco resolveu confiar a mim a chefia do Itamaraty, a condução da política externa brasileira, ele não homenageou um indivíduo, ele não homenageou um funcionário em particular. Ele homenageou a Casa de Rio Branco. Ele reconheceu que para conduzir a política externa brasileira, mesmo pessoas com menor experiência na vida política interna, mesmo pessoas que não poderiam diretamente contribuir com vo-

tos no Congresso Nacional, pessoas que não trariam necessariamente o apoio de outros segmentos sociais, tinham, entretanto, as condições indispensáveis para, nesse momento difícil da vida brasileira, contribuir para algo que é de extrema importância, que é a repercussão da auto-estima do Brasil.

Eu acho que o Itamaraty tem nisso um papel muito importante. A nossa capacidade de dialogar no concerto das nações, com independência e serenidade, com reflexão madura e ousadia quando necessário, a nossa permanente devoção ao interesse nacional acima de qualquer outra consideração, foram sem dúvida algumas das considerações que o Senhor Presidente da República teve em mente ao escolher um diplomata, um diplomata de carreira, para exercer uma função que há muito tempo já vinha sendo confiada a políticos, e a políticos de tão grande expressão.

Podem, portanto, estar seguros de que o orgulho que sinto é o orgulho, acima de tudo, de representar aos olhos do Presiden-

te da República e aos olhos da opinião pública brasileira, o que o Itamaraty procura fazer. E creio que tendo ouvido as palavras do senhor Secretário-Geral, posso também dizer que nelas percebo as melhores tradições da Casa.

O Embaixador Roberto Abdenur, cujos elogios dispense-me de lhe fazer nesse momento, porque os fiz extensamente quando o apresentei como Secretário-Geral, é sem dúvida um símbolo daquilo que a nossa instituição tem de mais profundo, de mais valoroso. Um funcionário exemplar, um homem inteligente e criativo, sempre pronto a fazer a ponderação oportuna, a tomar a decisão necessária, e a acatar as decisões superiores quando assim é necessário.

Essa combinação de criatividade e disciplina, de diálogo e de respeito à autoridade é, sem dúvida alguma, aquilo que distingue, acima de tudo, a nossa instituição.

Quando assumi aqui como Secretário-Geral ainda, disse e creio firmemente nisso, que no Itamaraty o argumento da autoridade jamais prevalece sobre a autoridade do argumento. Todos nós discutimos, todos nós dialogamos e procuramos as soluções racionais, empenhados sempre em encontrarmos os melhores caminhos para a nossa instituição e para o nosso país. Mas todos nós sabemos também que as decisões tomadas devem ser respeitadas, acatadas e implementadas de forma coesa.

Um dos segredos da nossa instituição é justamente a sua coesão. A capacidade de dialogarmos, a capacidade de discutir-

mos, a capacidade, inclusive, de divergirmos, que é absolutamente saudável, não pode nunca se sobrepor a nossa coesão como instituição porque é ela que tem garantido esse lugar absolutamente singular que o Itamaraty tem na administração civil brasileira.

Não é à toa que somos citados como exemplos internamente e pelo mundo afora. Ser um funcionário do Itamaraty, ser um diplomata, traz grandes benefícios, grandes motivos de satisfação. O maior deles sem dúvida alguma é o de servir à nação. Traz também muitos sacrifícios. Eu me lembro sempre do Embaixador Silveira, um dos meus ilustres antecessores, que dizia que uma das nossas obrigações maiores é a de lutar por nossas felicidades pessoais. Temos que fazer isso muitas vezes em meio a conjunturas difíceis.

Quem nos vê de fora, que vê o brilho das recepções, a opulência eventual de alguns palácios, não percebe que a carreira diplomática é feita de traumas, de separações, de sacrifícios familiares que muitos de nós experimentamos diretamente. Tudo isso exige, evidentemente, compensações. Algumas delas foram mencionadas aqui pelo Embaixador Abdenur e temos procurado, na medida do possível, e com a compreensão do senhor Presidente da República e das autoridades econômicas, minorar alguns desses sacrifícios.

É importante também dizer que me preocupo especialmente – se eu pudesse fazer um pequeno adendo ao tão amplo relato que o Embaixador Abdenur já fez sobre questões políticas e administrativas

– que me preocupo especialmente com os jovens.

Tem sido uma constante preocupação da minha administração, da administração do Embaixador Abdenur e com o apoio do Embaixador Otto Maia, permitir que os jovens secretários, e sobretudo os terceiros secretários, recém-entrados para esta carreira, possam dela usufruir, não só os benefícios, mas também participar dos deveres inerentes ao diplomata.

Quando aqui cheguei encontrei ainda remanescentes da turma de 87, que não haviam sido removidos. Hoje já começamos a remover a turma de 90, e todos para postos de primeira linha. Quero reconstituir com isso aquilo que Roberto, eu e tantos outros aqui tivemos no início da nossa carreira: a possibilidade de uma experiência num posto importante, de trabalho, sem dúvida, mas onde também existem oportunidades de alargar os horizontes intelectuais e espirituais.

Nesse mesmo espírito pedi ao Embaixador Sérgio Bath que alterasse o edital do Instituto Rio Branco para que imediatamente após formados os jovens terceiros secretários já possam fazer um estágio de 6 meses no exterior de modo a terem, de imediato, uma sensação do que é a vida diplomática fora do país.

Senhor Secretário-Geral,

Vossa Excelência fez em seu discurso referências muito precisas, muito amplas e muito apropriadas sobre a política externa brasileira. Alegro-me ver – porque Vossa Excelência mais do que ninguém, simboliza a Instituição – que as prioridades

dessa política estão perfeitamente incorporadas pela Casa. Não teria eu necessidade de repeti-las, embora pudesse ser tentado a fazê-lo por vezo profissional ou por alguma pretensão oratória.

Creio que mais importante do que destacar esta ou aquela prioridade, porque Vossa Excelência tão bem já as assinalou, importante dizer que a diplomacia brasileira e a política externa brasileira têm que estar à altura do Brasil. Não apenas do Brasil da crise, do Brasil que tem que superar o *overnight*, do Brasil que tem que viver e conviver com certos escândalos, que nos afligem, escândalos que não são apenas aqueles que dizem respeito à corrupção, mas que dizem respeito também à morte de crianças em pleno centro do Rio de Janeiro, no coração da nossa cidade mais conhecida no mundo.

A nossa diplomacia tem que estar sempre à altura de um Brasil que projetamos, de um Brasil após a crise, de um Brasil que já não seja o da «ressaca» do autoritarismo, mas que seja sim, a afirmação de uma democracia plena, com direitos humanos respeitados, com preocupações corretas sobre o desenvolvimento sustentável, com a preocupação com a ética na política. E é projetando essa imagem, essa imagem que está em germe e que existe no Brasil de hoje, mas que certamente se desenvolverá e que crescerá no Brasil de amanhã, e para o que o Presidente Itamar Franco tem contribuído de forma decisiva pelo seu comportamento impecável à frente do país, é com esse Brasil em mente que devemos pensar a política externa.

Por isso a nossa política externa, se não deve ter arroubos que nos coloquem em posição que não corresponde à nossa realidade, não deve tampouco ter a humildade de quem está sempre na defensiva. A nossa política externa tem que ter uma agenda própria, temos que ter a nossa agenda de política internacional, e Vossa Excelência mencionou tão bem o Mercosul, a área de livre comércio da América do Sul, a comunidade dos países de língua portuguesa, que entre outros méritos tem o de fazer com que se volte novamente a nossa atenção para a África, uma África que desponha com todas as modificações que ocorrem naquele continente. A nossa política externa tem que estar atenta, evidentemente, aos desenvolvimentos extraordinários da Ásia, da China em particular, e tem que buscar um relacionamento maduro, uma parceria honesta, franca e leal com os nossos principais sócios, que são ainda muitos dos países desenvolvidos.

Vossa Excelência mencionou a minha visita aos Estados Unidos, e com esse país que é ainda aquele com o qual mantemos individualmente o maior fluxo de relações econômico-comerciais, temos que manter um diálogo franco, um diálogo ativo, embora sereno. E que seja compreendido o fato de que as nossas diferenças, ao invés de serem um empecilho para as boas relações, são uma contribuição para percepções mais profundas do mundo, para a

construção de uma nova ordem internacional, que todos queremos seja justa e equitativa.

Evidentemente de todas as prioridades a maior tem que ser a América do Sul. A consolidação do Mercosul, o seu possível alargamento, seja sob a forma de um mercado comum, seja sob a forma de uma área de livre comércio ao conjunto da América do Sul. Isso nos fortalece, isso nos dá instrumentos para um diálogo mais aberto e mais amplo com outras regiões do mundo. Para que o Brasil tenha, efetivamente, a contribuição para essa nova ordem a que Vossa Excelência se referiu, é necessário que todos participem criativamente da formulação e da execução da política externa. Isso não é uma tarefa individual, isso é uma tarefa de equipe, é uma tarefa de grupo, é uma tarefa à qual o Itamaraty está especialmente vocacionado.

Procuramos, e Vossa Excelência já mencionou, corrigir distorções que aumentam os sacrifícios materiais dos nossos colegas no Brasil e no exterior. Mas quero sempre ter presente e acho que todos devem ter presente, que o incentivo maior que um diplomata tem é poder participar da formulação e da execução de uma política externa que seja realmente o reflexo do Brasil com que sonhamos, do Brasil que certamente ajudaremos a realizar.

Muito obrigado e Feliz Natal a todos. ■



Tratados, Acordos e Convênios

Documento Final da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Salvador, de 15 a 17 de julho de 1993

Primeira Parte

Um Programa para o Desenvolvimento, com Ênfase no Desenvolvimento Social

1. Os Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos, reunidos em Salvador, Brasil, nos dias 15 e 16 de julho de 1993, dedicamos a III Conferência ao exame do tema do desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento social.

2. Nesta oportunidade, reafirmamos o nosso total compromisso com a democracia representativa, o respeito, a defesa e a promoção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais. Neste contexto, reiteramos os princípios da soberania, não-intervenção, integridade territorial e reconhecemos o direito de cada povo a estabelecer livremente, na paz, estabilidade e justiça, o seu sistema político e as suas instituições. Isso constitui o objetivo básico da comunidade de nações aqui reunidas e fator integrante de qualquer política de cooperação. Nesse sentido, reiteramos plenamente tudo o que foi determinado na Declaração de Guadalajara, em 19 de julho de 1991 e no Documento de Conclusões de Madri, em 24 de julho de 1992, que constituem um conjunto de diretrizes e princípios que devem guiar as nossas relações.

3. Em Madri, reconhecemos que o desenvolvimento econômico e social é um dos objetivos prioritários que deve estar pre-

sente na agenda de todos os foros internacionais, especialmente o das Nações Unidas. Dessa maneira, manifestamos a nossa total disposição de dar a melhor colaboração a fim de que a ONU desempenhe o papel que lhe corresponde na nova fase das relações internacionais, no que se refere tanto à paz e à segurança, quanto à promoção do desenvolvimento econômico e social dos povos.

4. A Conferência Ibero-Americana constitui, no nosso espaço político, um foro de concertação dotado de características próprias. Encontramos a sua razão de ser no reconhecimento de um acervo cultural comum, assim como na riqueza de nossas origens e de sua expressão plural. Oferece-nos uma oportunidade para consulta e reflexão sobre temas de interesse para os seus membros. O seu espírito consolida um espaço aberto à cooperação e à solidariedade.

5. As peculiaridades que nos diferenciam estimulam nesta III Conferência um amplo intercâmbio de idéias sobre o tema do desenvolvimento. Estimula-nos a intenção de contribuir, com nossas reflexões, para o exercício que, esperamos, seja realizado pela comunidade internacional, nos foros políticos das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), e em todos os foros especializados

nos quais a Agenda para o Desenvolvimento encontre expressão.

6. A conjuntura internacional oferece uma oportunidade singular para a ação multilateral, com vista à consecução dos objetivos da comunidade internacional, em termos tanto de solução dos problemas econômicos e sociais quanto da manutenção da paz e da segurança. Em primeiro lugar, a superação da Guerra Fria introduz novas possibilidades de estabilidade, assim como novos riscos de conflito, contradições e tensões que poderão ser melhor solucionados se tratados no plano multilateral. Em segundo lugar, o desaparecimento da confrontação ideológica Este-Oeste deveria contribuir para o surgimento de um novo espírito nas relações Norte-Sul e para o estabelecimento de um diálogo realista e construtivo sobre a problemática do desenvolvimento. Por último, a consciência generalizada dos problemas decorrentes do aumento da pobreza, do agravamento dos riscos ambientais e do crescimento populacional – que poderão levar ao aumento das pressões migratórias – gera uma disposição favorável a iniciativas no plano internacional destinadas a enfrentar tais desafios.

7. As novas condições internacionais têm favorecido avanços no campo da paz e da segurança internacionais. No entanto, de harmonia com as idéias do Secretário-Geral das Nações Unidas, consideramos que os compromissos da Organização nos campos da política e da segurança não deveriam ser postos em prática em detrimento das responsabilidades no campo do desenvolvimento. Desse modo as ações no

contexto da Agenda para o Desenvolvimento deverão tomar em conta a importância das questões sociais. É importante uma reflexão que propicie um novo diálogo sobre o problema do desenvolvimento, no quadro da Resolução 47/181, baseada na premissa de que condições econômicas e sociais favoráveis fortalecem a paz, e na convicção de que as Nações Unidas constituem o foro por excelência para a apresentação e solução integrada dos problemas globais, no que diz respeito às suas dimensões políticas, socioeconômicas e humanitárias. Pretendemos, assim, que as nossas considerações sobre o tema possam representar uma contribuição à determinação dos parâmetros que o Secretário-Geral deverá estabelecer para a realização desta tarefa.

8. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento demonstrou que um diálogo abrangente Norte-Sul é possível. Consideramos que o signo de solidariedade que orientou as deliberações daquela Conferência pode prevalecer na definição de uma Agenda para o Desenvolvimento. Afirmamos que a promoção de um diálogo construtivo é eficaz para identificar e explorar novas formas de associação solidária para a promoção do desenvolvimento. O diálogo retomado deve preservar as competências dos foros especializados, particularmente as instituições criadas em Bretton Woods, na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento.

9. Considerando que o bem-estar da população é um componente essencial das decisões do Estado, especialmente as da

área econômica, acreditamos que a existência de custos sociais e ambientais nos processos de industrialização e de ajustamento impõe que o Estado atue decididamente na promoção das mudanças estruturais que são necessárias ao desenvolvimento de sociedades mais equitativas e à erradicação da pobreza.

10. Nas condições atuais não se pode conceber uma estratégia de desenvolvimento uniforme e universal. Reafirmamos a noção de que as estratégias individuais devem tomar em consideração a herança cultural e as forças dinâmicas de cada sociedade. Generalizou-se, contudo, a valorização de certos aspectos destas estratégias individuais, tais como a cobertura das necessidades básicas da população, o desenvolvimento de recursos humanos, a incorporação dos conhecimentos da ciência e da tecnologia, bem como o fortalecimento do mercado, a promoção de administrações transparentes e eficazes e a busca da estabilidade macroeconômica. Por isso, instamos a comunidade internacional a contribuir para a criação de um clima favorável ao desenvolvimento econômico e social dos nossos povos.

11. Temos presente nesse quadro a relação mútua entre a consolidação da democracia e a promoção do desenvolvimento. A estabilidade política favorece a execução de programas econômicos e sociais efetivos. Pelo contrário, a ausência de perspectivas de crescimento com justiça social dificulta a consolidação da democracia e a preservação dos Direitos Humanos. Se já não é aceitável no mundo de hoje condicionar a

observância dos direitos civis e políticos à prévia obtenção de plenas condições de desenvolvimento, também não é possível conceber a plena realização dos Direitos Humanos abstraindo da situação econômico-social das populações envolvidas.

12. Estamos cientes, sobretudo, que a meta final do desenvolvimento é a consecução da dignidade plena do homem. Se a comunidade internacional foi capaz de reduzir os riscos da destruição nuclear, deverá agora eliminar o flagelo da pobreza, da fome e do analfabetismo. A solução destes grandes males requer a participação ativa de todos os agentes sociais, particularmente daqueles diretamente afetados. Além disso, é crucial investir nos recursos humanos, o que exige a ação coordenada do Governo e da iniciativa privada em cada um dos países.

13. Entre os temas substantivos da Agenda para o Desenvolvimento destacam-se comércio, finanças, tecnologia, dívida externa, cooperação para o desenvolvimento sustentável, promoção do desenvolvimento social, bem como as questões de população e correntes migratórias.

14. A Assembléia Geral das Nações Unidas, sem prejuízo das competências dos foros internacionais especializados, deve orientar a política de cooperação internacional para o desenvolvimento em prol de um enfoque que inter-relacione o acesso crescente dos países em desenvolvimento aos mercados mundiais, a formas adequadas de financiamento e à tecnologia moderna. Estes elementos permitem a superação dos obstáculos ao desenvolvimento, e, ao beneficiarem os países em desenvol-

vimento, oferecem também oportunidades econômicas aos países industrializados, atenuando-se assim as pressões migratórias sobre estes últimos por parte daqueles que legitimamente buscam formas de elevar seu nível de vida.

15. Consideramos inadiável a conclusão satisfatória da Rodada Uruguaí. Um renovado sistema multilateral de comércio deve contar com regras de intercâmbio comercial mais justas e equitativas, a progressiva eliminação das barreiras alfandegárias e não alfandegárias e, fundamentalmente, deve evitar práticas desleais de comércio, medidas unilaterais restritivas e medidas protecionistas. Um resultado equilibrado e global permitirá um melhor acesso aos mercados internacionais e, portanto, a consolidação dos processos de modernização e abertura.

16. O aperfeiçoamento do quadro institucional internacional adquire uma nova importância em termos de se atenuarem os efeitos negativos da instabilidade do mercado financeiro mundial para os países industrializados e em desenvolvimento. Destacamos que as necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento não poderão ser supridas exclusivamente por mecanismos de mercado. Os esforços em favor do desenvolvimento serão insuficientes se não forem complementados com recursos em condições favoráveis e, inclusive, concessionais.

17. No que se refere ao acesso às tecnologias, inclusive as tecnologias sensíveis para o desenvolvimento econômico e social, vislumbramos sinais alentadores no diálogo Norte-Sul. Este diálogo caracteri-

za-se pelo progresso em direção a objetivos amplos e equilibrados de não-proliferação, sob todos os aspectos de armas de destruição em massa e a promoção da transferência de tecnologia de ponta para fins pacíficos. A cooperação neste campo deve fortalecer-se mediante o firme compromisso de combinar esforços na luta pela eliminação e não-proliferação de armas de destruição em massa e de impedir que as transferências de alta tecnologia para fins pacíficos sejam desviadas para uso militar, baseando-se em direitos e obrigações claramente definidos e equilibrados, em medidas apropriadas de transparência e verificação, igualdade e justiça e na previsibilidade de incentivos e benefícios.

18. O diálogo retomado na Conferência do Rio de Janeiro deu-nos a base conceitual e instrumental da cooperação a longo prazo para o desenvolvimento sustentável. Associou essa nova visão à necessidade de transferência de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento bem como ao acesso desses países à tecnologia em condições favoráveis e, quando for o caso, concessionais. Com base nestes novos fundamentos a comunidade internacional poderá avançar com segurança.

19. A satisfação das necessidades básicas dos países severamente afetados pela expansão da pobreza deve ser um objetivo de alta prioridade na ação governamental. O desenvolvimento social e especialmente o combate à pobreza, enquanto política de Estado, não devem ser reduzidos a uma política setorial. Nesta tarefa é indispensá-

vel o trabalho conjunto com todos os atores sociais e a plena satisfação de toda a sociedade. Da mesma forma, reconhecemos a importância de um exercício análogo ao que foi feito na Conferência do Rio, que conduza à mobilização e à administração solidária de recursos internacionais para o fortalecimento dos programas nacionais. O desenvolvimento social inclui ações dirigidas a melhorar a distribuição de renda, erradicar a pobreza e incrementar e priorizar o gasto social em função das necessidades básicas da saúde, educação e segurança social. É de particular importância destinar recursos para atender às necessidades dos grupos populacionais vulneráveis: crianças, jovens, desempregados, mulheres grávidas, lactantes e idosos. Nesse sentido, confiamos que a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social de 1995 constituirá um avanço prático e efetivo para a solução dos problemas da pobreza, do desemprego e da integração social. Comprometemo-nos a começar a agir desde já para encaminhar à Conferência uma relação dos avanços e resultados nestas áreas.

20. Consideramos que o aumento significativo das correntes migratórias internacionais, como consequência da pobreza ou da violência, mostra a necessidade de o Norte e o Sul encontrarem soluções para os problemas socioeconômicos dos países em desenvolvimento e para a garantia do respeito aos direitos humanos dos migrantes.

21. Expressamos nossa convicção de que a solução dos problemas relativos ao de-

envolvimento merece a máxima prioridade. Ratificamos os objetivos e os acordos alcançados no contexto das Nações Unidas em matéria de desenvolvimento. Concordamos com o Secretário-Geral em que o progresso político e o desenvolvimento econômico e social são inseparáveis e devem ser prosseguidos simultaneamente.

22. Reafirmamos a importância que a comunidade internacional, principalmente os países ibero-americanos, outorga à elaboração, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, de um relatório sobre a Agenda para o Desenvolvimento. Esta Agenda será elaborada mediante um diálogo universal, integral, transparente e construtivo, que seja um fiel reflexo dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e ratifique o direito de cada nação a eleger a sua estratégia de desenvolvimento conforme as respectivas prioridades e necessidades.

Segunda Parte **Cooperação entre os Países da Área**

23. Os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos, de acordo com nossas declarações de Guadalajara e de Madri, reafirmamos a necessidade de fomentar formas efetivas de cooperação que contribuam para reduzir as diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Reiteramos também a importância de contribuir com novos instrumentos operativos que concretizem a cultura da cooperação, considerada a pedra angular do nosso diálogo.

24. A continuação do diálogo nas sucessivas e periódicas reuniões de nossos Minis-

tros das Relações Exteriores, a ação do Grupo Coordenador de cinco países e as reuniões dos nossos Embaixadores Representantes Permanentes nas Nações Unidas permitiram, pela primeira vez, um exercício de compreensão e tomada de decisões a respeito de temas políticos de interesse comum para a área, realizado pelos vinte e um países que compõem a Conferência Ibero-Americana, o que reforça nosso espaço político próprio e favorece a cooperação concertada. Neste contexto destacam-se:

a) as consultas entre as Chancelarias em casos de extrema urgência e relevância, previstas no ponto 14 do Documento de Conclusões de Madri, concretizaram-se em apoio aos regimes emanados da vontade popular. Da mesma forma, manifestamos nosso total apoio ao restabelecimento da ordem constitucional na Guatemala, por ocasião da ruptura das instituições constitucionais e democráticas ocorrida em 25 de maio passado, e nos congratulamo-nos pelo esforço que realizam Povo e Governo para consolidar a democracia no seu país e fortalecer o Estado de Direito. Expressamos também nosso reconhecimento à comunidade internacional, particularmente a Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo seu apoio nesse sentido;

b) de acordo com o ponto 9 do Documento de Conclusões de Madri, adotou-se a decisão conjunta de solicitar à Assembléia Geral das Nações Unidas a inclusão de um tema adicional no seu 47º período ordinário de Sessões, no

qual se solicita uma opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça da Haia sobre o princípio da não-aplicação extra-territorial das leis de um país a outro. A Assembléia Geral acolheu favoravelmente o pedido da Conferência Ibero-Americana e adotou a decisão de manter o novo tema no programa provisório do 48º período de Sessões;

c) o apoio às candidaturas do Brasil e da Espanha para ocuparem os lugares de Membros Não Permanentes do Conselho de Segurança durante o período de 1993-1994. Ambos os países foram eleitos e exercem suas funções desde o dia 1º de janeiro do corrente ano. Em relação a este último ponto, acordamos em examinar os casos em que haja candidaturas de países ibero-americanos no sistema das Nações Unidas e outros organismos internacionais, com o objetivo de apoiá-las, sempre que correspondam ao interesse comum de nossos países e o permitam os respectivos compromissos;

d) a implementação dos programas de cooperação aprovados na II Conferência, especialmente nas áreas de Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia.

25. Agrada-nos, particularmente, a entrada em funcionamento do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe. A instalação do Conselho Diretor e da Secretaria Técnica, o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, as ratificações que asseguraram uma entrada em vigor e a assinatura do Convênio de Sede, são fatos que permitirão o início das atividades des-

te Organismo, o qual constitui uma iniciativa exemplar emanada das Conferências Ibero-Americanas. Convidamos os Estados Ibero-Americanos que ainda não tenham ratificado o seu Convênio Constitutivo a que o façam, se possível, antes do final de 1993, Ano Internacional das Populações Indígenas.

26. A fim de intensificar a concertação entre os nossos países e ampliando o alcance da decisão tomada em Madri, acordamos na realização de consultas informais entre os países ibero-americanos, prévias às grandes reuniões internacionais, principalmente à Assembléia Geral das Nações Unidas.

27. Tendo em conta a sua importância para o tema central desta Conferência, decidimos destacar os temas «Combate à Pobreza» e «Financiamento do Desenvolvimento» do conjunto dos temas discutidos nas reuniões setoriais.

■ Combate à Pobreza

28. Tomamos conhecimento da realização, no Rio de Janeiro, do Seminário «Avaliação na América Latina», que se reuniu simultaneamente com o Seminário «Financiamento do Desenvolvimento». Reiteramos que a persistência da pobreza é eticamente inaceitável e constitui ameaça potencial ao futuro de nossos países. Fazemos nossas as propostas do encontro (anexo 2), em particular no sentido de:

a) garantir um caráter de primeira prioridade, na ação governamental e na destinação de recursos, à superação da pobreza extrema;

b) formular e executar programas nacionais permanentes para a superação da pobreza;

c) garantir eficiência e transparência no uso dos recursos destinados aos programas de superação da pobreza;

d) procurar a cooperação dos organismos regionais e internacionais de crédito e de promoção do desenvolvimento com programas nacionais de superação da pobreza; e

e) apoiar a iniciativa de criação de uma Rede de Cooperação, aprovada pelos países participantes no Segundo Seminário de Intercâmbio de Experiência de Superação da Pobreza, realizada em outubro de 1992 em La Serena, Chile.

■ Financiamento do Desenvolvimento

29. Tomamos nota das conclusões do seminário «Financiamento do Desenvolvimento», realizado no Rio de Janeiro, nos dias 28 a 30 de junho de 1993, que identificou quatro desafios principais:

a) a incorporação dos setores informais da economia, ampliando o seu acesso ao emprego e ao consumo;

b) a superação das disparidades regionais dentro de cada país;

c) a adoção de políticas macroeconômicas e setoriais que promovam o aumento da competitividade no contexto do processo de globalização da economia internacional; e

d) a promoção do desenvolvimento contidas no documento final do evento (anexo 3), dentre as quais ressalta a

busca, em cooperação com instituições financeiras multilaterais e bilaterais, de maior acesso aos recursos oferecidos pelas economias desenvolvidas, preferencialmente em condições favoráveis e prioritariamente para atividades de desenvolvimento social.

Educação, Cultura, Saúde, Ciência e Tecnologia como Instrumentos do Desenvolvimento; as Soluções do Conjunto e as Questões Intersetoriais.

■ Saúde e Desenvolvimento: AIDS, uma Questão Social e Econômica

30. Na Conferência de Ministros da Saúde dos países ibero-americanos, realizada em Brasília de 24 a 27 de maio de 1993, foi reconhecida a urgência de elaborar e aplicar, no âmbito ibero-americano, uma política global para o controle da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Os Chefes de Estado e de Governo aprovamos e endossamos as conclusões e recomendações dessa Conferência (anexo 4). Ressaltamos, principalmente, a importância de dedicar maiores recursos financeiros e humanos às atividades de luta contra o HIV/AIDS, assim como de promover a transferência de tecnologia e a disseminação de informação científica e técnica. Apoiamos a proposta de manter ou instalar os programas de prevenção e controle do HIV/AIDS e as iniciativas de revisão, atualização e criação de normas jurídicas que favoreçam a implementação adequada das medidas de prevenção do HIV/AIDS, no contexto do respeito aos direitos humanos e da proteção da saúde pública.

31. Expressamos paralelamente nossa satisfação com os avanços na execução do Plano Regional de Investimentos em Ambiente e Saúde, em atenção às conclusões das Conferências de Guadalajara e Madri. Reafirmamos nosso apoio à implementação do Plano; declaramos a nossa convicção de que a organização de um Fundo Multilateral de Pré-Investimentos, com componentes específicos em cada País, constitui instrumento fundamental para o fomento de investimentos em ambiente e saúde; incentivamos, também, os países-membros da Conferência a aderirem a esse fundo. Solicitamos à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) a dar continuidade aos seus esforços de apoio a sua execução e informe a IV Conferência dos progressos alcançados. É com satisfação que notamos a realização da Conferência sobre Saneamento, Meio Ambiente e Saúde, em Brasília, no período de 26 a 28 de maio de 1993, que teve como objetivo apresentar às autoridades brasileiras competentes o Plano Regional de Investimentos em Ambiente e Saúde para a América Latina e Caribe e avaliar as suas sugestões.

■ Educação

32. Acolhemos as conclusões da reunião de Ministros de Educação dos países ibero-americanos (anexo 5), realizada em Salvador, nos dias 7 e 8 de julho. Tomamos nota das recomendações da reunião, particularmente:

a) apoiar e aprofundar o desenvolvimento de programas de atenção integral a crianças e adolescentes, visando a empregos futuros;

b) atribuir um caráter mais flexível à Educação Técnica e à Formação Profissional;

c) reforçar a introdução de novas tecnologias educativas nas escolas e nos centros de formação e acionar sistemas de educação abertos e à distância; e

d) desenvolver estas políticas através da cooperação técnica e financeira internacional, levando em conta os processos de integração sub-regional em curso, ressaltando como prioritárias as cinco propostas de ação enumeradas no documento final da mencionada reunião.

■ Programas de Cooperação na Área da Educação

33. Fomos informados sobre o início dos programas de cooperação no campo educativo, aprovados na Conferência de Madrid. Começam, assim, a concretizar-se em realidade as aspirações de uma colaboração mais estreita entre as áreas – como a da educação – que se beneficiam da afinidade cultural entre nossos países.

A) Programa de Televisão Educativa Ibero-Americana

Em 5 de julho a emissora de Televisão Educativa ibero-americana iniciou suas transmissões através do satélite HISPA-SAT. Trata-se de uma primeira fase, em período de demonstração, que durará até o primeiro trimestre de 1994. Ao mesmo tempo, a emissora negocia com canais de televisão de diversos países ibero-americanos a repetição do sinal pela rede terrestre. O conteúdo de sua transmissão está centrada na formação de adultos, enfati-

zando meio ambiente, educação para a saúde, e o entorno social ibero-americano, bem como na formação técnica e ocupacional e formação de professores. Trabalha na produção dos programas uma equipe de especialistas procedentes de vários países-membros da Associação de Usuários, que, no último ano, incorporou novos sócios, até um total de 164.

B) Programas Mutis de Intercâmbio de Pós-Graduados

Com a assessoria da Comissão Consultiva, procedeu-se à identificação das especialidades, escolhidas particularmente em função dos desafios relacionados com o desenvolvimento dos nossos países. Em função destas especialidades, foi elaborado, pela representação espanhola, o primeiro edital de convocação de bolsas-de-estudos, a partir de 15 de junho. Neste edital estão incluídos um número restrito de centros, o que não significa que outros não possam vir a ser incorporados nos próximos anos. Do total de 400 bolsas oferecidas pela Espanha, 200 serão destinadas a estudos em centros espanhóis e as 200 restantes a estudos em outros países ibero-americanos. Por outro lado, o México ofereceu 400 bolsas e, recentemente, iniciou a divulgação de seu programa de atividades para cursos de Mestrado, Graduação, cursos de curta duração, especializações e estágios de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento em centros acadêmicos de reconhecida categoria. Argentina e Brasil, que anunciaram sua contribuição para o Programa Mutis, publicaram seus editais de convocação de acordo com seus respectivos calendários.

C) Programa de Alfabetização e Educação Básica de Adultos

Após os primeiros grupos de estudos esboçou-se um programa inicial para El Salvador, localizado na zona de Cabañas, uma das regiões mais castigadas pela guerrilha, hoje, felizmente superada. Em junho, foram assinados convênios de colaboração entre as autoridades competentes da Espanha, de El Salvador e da OEI. Está prevista a participação ativa de 1.500 educadores salvadorense, que darão início às atividades de alfabetização no final deste ano, após a realização de um censo prévio de alfabetizados, a produção de material didático, e a formação de educadores, entre outras atividades. Por outro lado, em maio iniciaram-se as primeiras sessões de trabalho, na cidade de Santo Domingo, com o objetivo de lançar, no segundo semestre deste ano, um novo programa adaptado às características da República Dominicana.

- Criação do Fórum Permanente sobre Administração Pública e Problemas de Governo para a América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

34. Acolhemos com interesse o projeto da Escola Brasileira de Administração Pública (ENAP), da Fundação Getúlio Vargas, com o apoio do «Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais»(IPRI), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para a criação de um Fórum Permanente sobre Administração Pública e Problemas de Governo para a América Latina, Espanha e Portugal. Este Fórum terá como finalidade reunir informações, promover estudos e incentivar a realização

de cursos de formação e seminários sobre Administração Pública e Governo, em várias capitais da área ibero-americana, com participação por módulos, conforme o interesse em cursos ou seminários específicos, de todos ou para grupos de países. O Fórum deverá ser concebido, entre os países interessados, como organismo coordenador das atividades de uma rede formada por instituições ibero-americanas governamentais, não-governamentais e acadêmicas cujo centro de planejamento será a EBAP, no Rio de Janeiro. Está sendo solicitado apoio financeiro ao BID para viabilizar o projeto, sem prejuízo da busca de outras fontes de financiamento, como o PNUD e o Banco Mundial. Os Chefes de Estado e de Governo recomendam ao BID considerar positivamente esta solicitação.

Em atendimento ao ponto nº 33 do documento final da II Conferência Ibero-Americana, celebrada em Madri em 1992, referente à área de projetos de modernização do Estado, expressamos nosso apoio aos programas do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), organismo internacional de caráter intergovernamental integrado pela maioria dos países da América Latina e do Caribe e pela Espanha, cuja missão é orientar os processos de transformação do Estado e a modernização administrativa do setor público.

- Programa Gerencial de Informática na Administração Pública

35. Apoiamos o projeto apresentado pelo «Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)», do Brasil, para organizar o «Programa Gerencial de Informá-

tica na Administração Pública», voltado para administradores e técnicos de informática que estejam trabalhando em instituições governamentais dos países ibero-americanos.

■ Cultura

36. Acolhemos as conclusões e recomendações da Reunião de Ministros e Responsáveis pela Cultura Ibero-Americana, realizada em Salvador, nos dias 9 e 10 de julho (anexo 6), onde se destaca o papel fundamental da cultura para solução dos problemas das nossas sociedades. Reafirmamos que as nações ibero-americanas constituem um espaço cultural próprio, enriquecido por sua diversidade nacional e regional, que compartilha valores lingüísticos, históricos e uma concepção comum do ser humano e do seu futuro. Neste sentido, comprometemo-nos com a preservação e divulgação deste espaço cultural. Para tanto, apoiamos iniciativas nos seguintes campos: indústrias culturais, produção cinematográfica, aproveitamento dos meios de comunicação com propósitos culturais, Mercado Interamericano do Livro, arquivos e bibliotecas, harmonização legislativa, conservação e incentivo do patrimônio, cooperação artística e desenvolvimento lingüístico. Reconhecemos, portanto, a necessidade de destinar recursos humanos, financeiros e institucionais apropriados ao desenvolvimento cultural.

■ Cimeira do Pensamento

37. Registramos, com interesse, a realização da «Cimeira do Pensamento: Visão

Ibero-Americana 2000», na cidade de Antigua, Guatemala, no período de 26 a 29 de abril, cujas conclusões se encontram no anexo nº 7. Destacamos a importância, para o futuro da Ibero América, de iniciativas como a Cimeira do Pensamento, que examinou o papel da democracia, dos direitos humanos, da educação, da ciência e da tecnologia na construção de sociedades desenvolvidas. Apoiamos as propostas contidas no documento final. Ressaltamos, particularmente, as propostas destinadas a garantir o direito ao desenvolvimento, como a intensificação de programas de educação supletiva para corrigir as desigualdades sociais resultantes de diferenças de renda e a adoção de medidas para aumentar o número de pesquisadores na área da ciência e tecnologia.

■ Grandes cidades

38. Fomos informados das conclusões da I Conferência de Cidades para o Século XXI, realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 5 de junho de 1993 (anexo 8), onde se discutiram os problemas urbano-ambientais que atingem, particularmente, as grandes cidades latino-americanas. Ressaltou-se na ocasião a importância de um amplo e sistemático intercâmbio de experiências nessa área e a necessidade de que os organismos internacionais de desenvolvimento e reconstrução dêem atenção aos esforços e iniciativa das comunidades ibero-americanas. A Conferência de Cidades apoiou a iniciativa de criar o Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico (CIDEU), em Barcelona.

■ A infância no programa do desenvolvimento e da democracia

39. Aprovamos e fazemos nossas as conclusões e propostas dos representantes governamentais dos países ibero-americanos participantes do seminário sobre «A infância no programa do desenvolvimento e a democracia» (anexo nº 9), realizado em Fortaleza, Ceará, de 7 a 9 de julho de 1993.

Destacamos, em particular, a importância de dar prioridade à destinação de recursos para garantir o cumprimento dos Planos Nacionais de Ação (PNA); decidimos integrar plenamente os PNA nas estratégias nacionais de desenvolvimento e concordamos em impulsionar as políticas nacionais a favor da infância. Observamos com agrado projetos tais como aquele desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre a Reforma Social e a Pobreza, suscetíveis de criar expectativas favoráveis para a situação das famílias e das crianças ibero-americanas; e instamos as agências e organismos internacionais e bilaterais de cooperação a darem prioridade à concessão de recursos financeiros e técnicos necessários à execução dos PNA.

■ Agricultura e recursos naturais

40. Tomamos nota do Relatório preparado pelo IICA sobre o Seminário «Agricultura e Recursos Naturais: Fonte de Competitividade e Patrimônio da Ibero-América», realizado em São José da Costa Rica, nos dias 24 e 25 de junho de 1993. Ressaltamos a importância do desenvolvimento e da expansão da Agricultura para a superação da fome e da pobreza, principais obs-

táculos ao desenvolvimento sustentável nos países latino-americanos. Nesse sentido, destacamos a necessidade premente de intensificar a cooperação internacional no campo agrícola, por meio de programas que incluam recursos financeiros adicionais, a transferência de tecnologia e medidas de liberalização do comércio de produtos agrícolas.

■ A ciência, a tecnologia e a cooperação técnica

41. Acolhemos os resultados da Conferência «Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável», realizada em Salvador no período de 4 a 7 de julho. De acordo com o Documento de Resumo e Recomendações do evento (anexo nº 10), reconhecemos a necessidade de estimular uma nova relação entre o desenvolvimento sustentável e os atuais modelos científicos e tecnológicos, orientada para desenvolvimento das capacidades criativas e inovadoras para a luta pela democratização e a melhoria da qualidade de vida e contra a pobreza. Afirmamos a importância de concretizar as recomendações e compromissos derivados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, especialmente o fomento dos estudos e projetos de cooperação orientados para o conhecimento da diversidade biológica, com o objetivo de sua conservação e utilização por cada país.

Apoiamos a pesquisa científica e o desenvolvimento e difusão de tecnologia como fatores básicos do desenvolvimento sustentável, o que requer destinação de recursos compatíveis com o mesmo. Neste aspecto, a cooperação internacional em

ciência e tecnologia assume crescente importância, motivo pelo qual é necessário reforçar as capacidades nacionais e a articulação de Universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas. Exortamos a Comunidade Científica e Tecnológica ibero-americana a assumir sua crescente responsabilidade social, contribuindo para a vinculação da pesquisa ao setor produtivo e à obtenção do desenvolvimento sustentável. Consideramos que a cooperação científica e tecnológica no âmbito ibero-americano é uma atividade estratégica para a efetivação dos objetivos de integração, coesão e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, deve-se:

- a) potencializar iniciativas regionais em ciência e tecnologia, como o Mercado Comum do Conhecimento, o CYTED, o Programa Bolívar, a RITLA, o COLCYT e o Acordo Marco da ALADI, como instrumentos idôneos para propiciar um espaço para a reflexão ibero-americana sobre a aplicação da ciência e tecnologia ao desenvolvimento sustentável;
- b) aperfeiçoar com urgência os métodos de gestão da cooperação, procurando amadurecer uma nova concepção;
- c) aprofundar estudos sobre a iniciativa da criação de uma Universidade Aberta Ibero-Americana de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Incentivaremos ações conjuntas na Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas,

apoiando particularmente seus trabalhos nos temas substantivos referentes à universalização das tecnologias orientadas para as necessidades básicas das populações de baixa renda, ao novo papel da mulher face ao desenvolvimento tecnológico e à integração da Ciência e Tecnologia na construção do Desenvolvimento Sustentável.

42. Recebemos com interesse o projeto do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no sentido de organizar um curso de atualização para diplomatas, em data a ser oportunamente indicada. Haverá 25 vagas e o Instituto concederá 18 bolsas com recursos do PNUD.

■ Segurança Social

43. No cumprimento das diretrizes que constam no Documento de Conclusões de Madri, iniciaram-se os trabalhos para a elaboração de um código ibero-americano de segurança social. Este projeto, que conta com o apoio técnico da Organização Ibero-Americana de Segurança Social, será apresentado à consideração dos Chefes de Estado e de Governo na IV Conferência Ibero-Americana.

■ Eventos não-governamentais paralelos

44. Agradecemos a contribuição recebida do I Encontro Ibero-Americano de Jornalistas, que se realizou de 8 a 10 de julho, dedicado ao tema do papel dos meios de comunicação na integração. Agradecemos, igualmente, a contribuição dada à Conferência pelos Presidentes de Organizações Empresariais, reunidos em Salva-

dor, de 12 a 15 de julho, para debater temas como a modernização da economia e a responsabilidade dos empresários na formação profissional e na educação básica. Agradecemos, igualmente, a contribuição recebida dos representantes sindicais, que se reuniram em Salvador de 12 a 14 de julho com o objetivo de aprofundar o intercâmbio entre as centrais ibero-americanas e formular propostas do movimento sindical. Anotamos com interesse, entre estas propostas, a sugestão apresentada pela Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT) de convocar uma Cúpula Social Latino-Americana como preparação para a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.

■ Outros Eventos de Interesse

45. Tomamos nota com interesse de outros eventos e iniciativas, cuja descrição encontra-se no anexo 1.

Terceira Parte
Matérias de Interesse

46. Ratificamos nosso firme compromisso com a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social, que ocorrerá no contexto da comemoração do cinquentenário das Nações Unidas. Reiteramos a decisão dos nossos países de participar ativamente no processo preparatório e, ao mais alto nível, nas sessões da Conferência, a realizar-se em Copenhague em 1995. Manifestamos igualmente a nossa satisfação pela convocação da Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (Egito, 1994), sobre a Mulher (China, 1995) e sobre Estabelecimentos Humanos (Turquia, 1996). Da mesma forma,

lembramos a importância da Assembléia Extraordinária da OEA, que se realizará no México, em 1994, com o propósito de concertar mecanismos de cooperação na luta contra a pobreza.

47. Encarregamos a Organização Ibero-Americana da Juventude da OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a sua VII Conferência de Ministros responsáveis pela Juventude, que terá lugar em Montevideu, em abril de 1994, de conceber um Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude da América Latina. Essa proposta deverá considerar um conjunto de atuações nas áreas de educação, emprego, saúde, legislação, cultura, recreação e em todas as esferas tendentes à melhoria da qualidade de vida de nossos jovens.

48. Fazemos votos pelo êxito do XI Congresso Indigenista Ibero-Americano, a realizar-se proximamente na Nicarágua e para que dessa reunião surjam resultados que favoreçam pleno respeito dos Direitos Humanos e o desenvolvimento das populações indígenas da América Latina e do Caribe.

49. Reconhecemos a importância do início do funcionamento, em 1º de fevereiro de 1993, do sistema de Integração Centro-Americana (SICA), criado pelo Protocolo de Tegucigalpa, cujo objetivo primordial é transformar a América Central em região de democracia, desenvolvimento, paz e liberdade, fundada essencialmente no respeito, na proteção e na promoção dos direitos humanos. Solicitamos aos Estados e organismos internacionais que ofereçam

cooperação efetiva para que o SICA promova e fortaleça, de forma sustentável, a integração sub-regional centro-americana e alcance seu propósito fundamental.

50. Manifestamos o nosso compromisso com a modernização da administração pública e a eficiência do Estado. Nesse sentido, acompanharemos com interesse o trabalho do Grupo do Rio, que organizará proximamente um seminário, em Quito, sobre a modernização da administração pública nos países deste Grupo.

51. Decidimos apoiar a candidatura da República Argentina ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para o período 1994-1995, nas eleições que terão lugar no 48º período de sessões da Assembléia Geral desta Organização, para preencher a vaga correspondente aos países do grupo Latino-Americano e Caribe.

52. No âmbito do entendimento estabelecido com relação ao apoio às candidaturas dos países ibero-americanos, decidimos apoiar a candidatura do Senhor Rafael Moreno à Direção Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), para o período de 1994-1999, nas eleições que se realizarão durante a XXVII Conferência Geral desta Organização, em novembro de 1993.

53. Expressamos o nosso apoio à realização do I Congresso Ibero-Americano de Ciência Política, em Santiago, Chile, entre os dias 27 e 29 de setembro próximo, bem como ao Primeiro Congresso Internacional de língua espanhola, que terá lugar na cidade do México, em junho de 1994.

54. Expressamos a nossa satisfação pelos resultados obtidos na Conferência Intergovernamental Ibero-Americana sobre Políticas para Idosos e Deficientes, realizada em Cartagena de Índias, em outubro de 1992, e declaramos nossa intenção de apoiar decididamente os programas de cooperação aprovados naquele evento.

55. Considerando que o êxito do seu processo de pacificação constitui para El Salvador a prova viva, perante os países do mundo, de seu desejo de paz, concordamos em apoiar, com todos os meios ao alcance, a implementação do programa de cultura de paz para El Salvador patrocinado pela UNESCO. Apoiamos também a realização de um fórum internacional de cultura de paz naquele país, para o início de 1994, com a plena certeza de que tal experiência educativa, além de contribuir para o reencontro definitivo da sociedade salvadorenha, influenciará positivamente o desenvolvimento dos vários processos de pacificação em outros países.

56. O grave problema da produção, tráfico e consumo ilícitos de drogas deve ser considerado numa perspectiva integral, em conformidade com o princípio da responsabilidade compartilhada. Neste contexto, reiteramos nosso firme compromisso com os princípios e objetivos enunciados nas Conferências de Guadalajara e Madri, orientados para a luta frontal contra o narcotráfico e suas seqüelas.

57. Reiteramos a nossa firme condenação do terrorismo, pelo desprezo que revela pela vida, pelas liberdades e pela dignidade da condição humana, bem como das suas vinculações, em alguns casos, com o

narcotráfico. Reafirmamos nosso decidido compromisso de cooperação para conseguir uma efetiva erradicação do problema e solidarizamo-nos com as vítimas deste flagelo no mundo.

58. Consideramos indispensável a análise do fenômeno mundial da corrupção, devido a sua incidência negativa nas democracias.

59. Registramos com prazer os progressos para a completa entrada em vigor do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe, especialmente a aprovação da Resolução 290 (E-VII) pela VII Conferência Geral Extraordinária da OPANAL. Ressaltamos com satisfação que a quase totalidade dos países ibero-americanos assinaram a Convenção para a Proibição de Armas Químicas.

60. Reiteramos nossa posição decididamente contrária a toda forma de proliferação de armas de destruição em massa. Da mesma forma apoiamos os esforços das Nações Unidas para colocar em vigor o registro de armas convencionais e a informação anual sobre gastos militares.

61. Reconhecemos a importância para nossos países da articulação dos diferentes níveis em que se desenvolve a ação do Estado, segundo o ordenamento constitucional de cada país. Neste sentido, outorgamos relevância particular ao estímulo e desenvolvimento da administração local, no pleno respeito da autonomia e do funcionamento democrático. Entendemos que a cooperação entre o Estado e os diferentes setores sociais aproxima o cidadão das instâncias decisórias e tem, portanto,

conseqüências benéficas para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento econômico e social nos países ibero-americanos.

62. Celebramos e apoiamos os progressos na cooperação e integração na nossa região, tendentes ao desenvolvimento harmônico e integrado de nossas nações. A proximidade, a complementariedade de necessidades e objetivos do desenvolvimento, o aproveitamento conjunto de capacidades são, entre outros, elementos inéditos de moderna vinculação física, que estão inspirando novos e importantes acordos entre países ibero-americanos.

63. Fazemos votos pela obtenção de resultados eficazes na cooperação relativa à conservação e gestão de recursos pesqueiros, tema da «Conferência das Nações Unidas sobre as Populações de Peixes cujos Territórios se Encontram Dentro e Fora das Zonas Econômicas Exclusivas e as Populações de Peixes Altamente Migratórias», que começou no dia 21 de julho, em Nova Iorque.

64. Os nossos países lutaram para abolir todo tipo de discriminação baseada em raça, religião ou origem, bem como em outras formas de intolerância. Por isso, unimo-nos à preocupação universal pelas crescentes manifestações de xenofobia e racismo, que se vêm manifestando em diferentes lugares do mundo, e apoiamos o tratamento que as Nações Unidas têm dado ao problema. Reconhecemos que o problema tem raízes tanto de índole econômica como social e que, por isso, é urgente estimular a cooperação internacional, que conduza a maiores e melhores

oportunidades de trabalho e que permita diminuir a diferença entre nacionais e estrangeiros.

65. Levando em consideração a importância que a formação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos têm para o desenvolvimento econômico e social de nossos povos, decidimos criar um grupo de trabalho para a harmonização dos sistemas educativos, a homologação de estudos e o reconhecimento de títulos entre os países ibero-americanos.

66. Considerando a necessidade de evitar obstáculos técnicos às exportações, decidimos que se realizem, pelos organismos competentes, consultas sobre os sistemas de normalização industrial existentes e a possibilidade de sua compatibilização.

67. Expressamos nossa satisfação com os resultados da Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos, realizada em Viena de 14 a 25 de junho, cujo documento final consolida e fortalece a cooperação e atuação internacional nesta esfera, tanto em termos conceituais como por meio de recomendações práticas para o trabalho das Nações Unidas.

68. Tomamos nota das resoluções recentes em foros internacionais sobre a necessidade de eliminar a aplicação unilateral, por qualquer Estado, com fins políticos, de medidas de caráter econômico e comercial, contra outro Estado.

69. Destacamos uma vez mais a contribuição dos países ibero-americanos na manutenção da paz mundial, particularmente a sua participação em várias operações das Nações Unidas.

70. Fazemos votos para que o Secretário-Geral da ONU contribua com seus esforços para solucionar a questão de Timor Leste, no respeito das normas e dos princípios do Direito Internacional.

71. Impulsionaremos a reestruturação e a revitalização das atividades operacionais do sistema econômico e social das Nações Unidas, favorecendo em conjunto uma participação mais ampla e eqüitativa dos países da América Latina e do Caribe nos seus órgãos de direção.

72. Concordamos com a necessidade de adequar o Conselho de Segurança das Nações Unidas à nova realidade internacional. Em relação a este ponto, entendemos ser necessário levar adiante uma reforma na sua composição e nos seus métodos de trabalho, que contribua para o melhor desempenho das suas funções. Os princípios básicos que devem orientar esta reestruturação são, entre outros, a sua maior representatividade, maior transparência nas suas ações e sua maior eficácia. Para ampliar a representatividade geográfica do Conselho de Segurança das Nações Unidas é necessário aprofundar a análise sobre o aumento eqüitativo do número dos seus membros permanentes e não-permanentes, com base num consenso geral e respeitando plenamente o princípio da igualdade soberana dos Estados.

73. Manifestamos nosso reconhecimento a sua Excelência o Senhor Itamar Franco, Presidente da República Federativa do Brasil e ao fraternal povo brasileiro pela hospitalidade com que nos receberam em Salvador. Agradecemos também às auto-

ridades brasileiras pela eficiência na organização desta Conferência. Felicitamos o Governo do Brasil, Secretaria *Pro Tempore* da III Conferência, por sua contribuição decisiva ao êxito desta reunião e convocamos a IV Conferência Ibero-Americana, em Cartagena de Índias, Colômbia.

Salvador, 16 de julho de 1993

Anexo 1

Outros eventos de interesse

1. Tomamos nota, com interesse, das conclusões da reunião da Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio (AICO), realizada em Guayaquil, República do Equador, de 30 de maio a 2 de junho de 1993.

2. Registramos com satisfação que a Federação Ibero-Americana de Engenharia Civil realizará em São Paulo, na primavera de 1994, o II Encontro das Engenharias Civas Ibero-Americanas.

3. Registramos os entendimentos entre a Associação das Pioneiras Sociais do Brasil e o BID para o desenvolvimento de um projeto para a criação de um Centro de atividades no setor de medicina de reabilitação locomotora, aberto à cooperação ibero-americana nesse campo.

Anexo 2

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/6*: Declaração Final do Seminário «Avaliação da Experiência com Iniciativas de Combate à Pobreza na América Latina».

Anexo 3

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/7*: Declaração Final do Seminário «Financiamento do Desenvolvimento».

Anexo 4

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/7*: Conclusões e Recomendações da Conferência de Ministros da Saúde.

Anexo 5

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/10*: Declaração dos Ministros da Educação Ibero-Americanos em Salvador.

Anexo 6

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/11*: Conclusões da Reunião dos Ministros e Responsáveis pela Cultura dos Países Ibero-Americanos e Recomendações à III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo.

Anexo 7

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/3/Rev.1*: «Relato Geral da Cúpula do Pensamento: Visão Ibero-Americana 2000».

Anexo 8

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/8*: I Conferência de Cidades para o Século XXI. Rio/93. Resumo dos Resultados.

Anexo 9

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/2*: Conclusões do Seminário «A Infância na Agenda do Desenvolvimento e a Democracia» (Documento de Fortaleza).

Anexo 10

Distribuído como documento *Ibero/CC/S/9*: Conferência Científica: Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável da Ibero-América.

■

Memorando de Entendimento sobre consultas, firmado em 23 de agosto de 1993, em Brasília, entre o Itamaraty e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca

(doravante denominados «Partes»)

Baseados nos princípios de igualdade, de não-ingerência e de respeito mútuo;

Desejosos de fortalecer o desenvolvimento das relações de amizade e entendimento entre ambos os países, em conformidade com os princípios e os propósitos da Carta das Nações Unidas;

Reconhecendo a importância da cooperação e dos contatos entre ambos os Ministérios, bem como das consultas bilaterais em diversos níveis,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. Ambas as Partes organizarão regularmente reuniões de consultas sobre o desenvolvimento das relações bilaterais e temas regionais e internacionais de interesse comum.
2. Essas consultas abordarão, sobretudo:

a) o fortalecimento e o aprofundamento da cooperação bilateral nos campos político, econômico, científico, cultural, ecológico e humanitário;

b) temas de importância mundial e relativos ao desenvolvimento geral das relações internacionais;

c) outros temas de interesse comum.

Artigo 2

As Partes fomentarão a criação de um quadro de acordos bilaterais abrangente e, segundo as necessidades de cada uma, intercambiarão informações sobre sua aplicação em ambos os países.

Artigo 3

As Partes procurarão organizar reuniões de consultas sobre temas relevantes da agenda de negociações de conferência internacionais de que ambos os países participem ou venham a participar.

Artigo 4

As Partes procurarão estimular a realização de consultas entre os representantes de ambos os países junto à Organização das Nações Unidas e a outros organismos

internacionais governamentais sobre temas de interesse comum no âmbito desses foros internacionais.

Artigo 5

As respectivas Chancelarias organização, de comum acordo, realização, em alto nível, das reuniões de consultas mencionadas no presente Memorando.

Artigo 6

As datas, a localidade e o nível das reuniões de consultas a que se refere o presente Memorando de Entendimento serão acordadas por via diplomática.

Artigo 7

O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência por tempo inde-

terminado, até que uma das Partes manifeste à outra sua intenção de denunciá-lo, com antecedência mínima de três meses, por via diplomática.

Feito em Brasília, aos 23 de agosto de 1993, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e tcheca, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Celso L. N. Amorim,

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca

Alexandr Vondra

Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca.

Acordo entre Brasil e Uruguai que aprova o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (10-9-93)

Montevideú, 10 de setembro de 1993.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Enrique Abreu Bonilla
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai

Senhor Ministro,

Tenho a honra de referir-me à Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, criada pelo Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Aproveitamento dos Re-

ursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, assinado em 11 de março de 1991, na cidade de Artigas.

2. Nos termos do disposto no Artigo IV daquele Acordo, os dois Governos concluíram a negociação de um Estatuto que servirá de arcabouço jurídico-institucional à Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí.

3. O Estatuto, composto de 22 (vinte e dois) artigos, define a natureza e as atribuições da Comissão Mista e dispõe so-

bre seu funcionamento, tendo a seguinte redação:

**Estatuto da Comissão Mista
Brasileiro-Uruguaia
para o Desenvolvimento
da Bacia do Rio Quaraí (CRQ)**

Artigo 1

Para fins deste Estatuto, entende-se por:

- a) *Partes*: a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.
- b) *Acordo*: o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, de 11 de março de 1991.
- c) *Comissão*: a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CRQ).
- d) *Seção Brasileira*: o grupo de delegados designados pela República Federativa do Brasil para participar de reuniões e atividades da CRQ.
- e) *Seção Uruguaia*: o grupo de delegados designados pela República Oriental do Uruguai para participar de reuniões e atividades da CRQ.
- f) *Delegados*: os delegados nomeados por cada Parte.
- g) *Assessores*: as pessoas designadas por cada Governo para assistir a sua respectiva delegação nessa função.

h) *Estatuto*: o presente instrumento jurídico acordado em conformidade com o disposto no Artigo IV do Acordo.

Artigo 2

A Comissão é o organismo binacional responsável pela execução do Acordo de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, celebrado em 11 de março de 1991.

Parágrafo 1. A Comissão se regerá pelas normas pertinentes do Acordo e por este Estatuto.

Artigo 3

A área de ação da Comissão compreenderá a Bacia Hidrográfica do Rio Quaraí e suas áreas de influência direta e ponderável que serão definidas pelas Partes.

Artigo 4

A Comissão tem a capacidade jurídica necessária para o cumprimento de seus objetivos e finalidades, especificados no Artigo V do Acordo.

Artigo 5

A Comissão terá como sede o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, podendo estabelecer-se escritórios na área de ação da Comissão. A Comissão poderá reunir-se em qualquer localidade do território de uma ou outra Parte.

Artigo 6

A Comissão se dirigirá às Partes por meio dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e, por intermédio destes, poderá relacionar-se com organismos internacionais sobre os assuntos de sua competência. A Comissão poderá igualmente solicitar aos diferentes órgãos dos setores público e privado, de ambas as Partes, as informações técnicas necessárias ao cumprimento de seus propósitos e para a realização de seus objetivos.

Artigo 7

A fim de coordenar seus programas e projetos com os planos de desenvolvimento de cada Parte, a Comissão manterá estreito contato com os órgãos nacionais de planejamento e coordenação e de integração regional.

Artigo 8

A Comissão tem as atribuições indicadas no Acordo e as que a seguir são definidas:

- a) estabelecer oportunamente os órgãos subsidiários que se considerem necessários para a execução dos objetivos do Acordo;
- b) projetar normas regulamentares no âmbito de sua competência, que serão submetidas às duas Partes para adoção;
- c) aprovar seu Regulamento;
- d) autorizar seu Presidente a exercer a representação legal da Comissão;
- e) desempenhar as demais funções que de comum acordo forem determinadas pelas Partes;

f) requerer aos órgãos subsidiários relatórios periódicos pormenorizados de suas atividades;

g) apresentar às Partes um Relatório Anual de suas atividades e seu Plano de Trabalho para o exercício seguinte.

Artigo 9

A Comissão está constituída por suas Seções: uma Seção brasileira e uma Seção uruguaia.

Parágrafo 1. Cada Seção, no que se refere a sua estrutura e funcionamento internos, se regerá por suas respectivas normas nacionais.

Parágrafo 2. Cada Parte poderá designar entre dois e cinco Delegados, sendo exigida a presença mínima de dois Delegados de cada Parte para que a Comissão se reúna.

Parágrafo 3. Poderão participar das reuniões da Comissão, conforme a natureza dos temas tratados, em caráter *ad hoc* e como observadores, representantes de órgãos da administração pública, bem como de entidade de Direito Privado.

Parágrafo 4. Conforme os temas considerados em cada caso, poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão, em caráter *ad hoc* e como observadores, os representantes das respectivas comunidades fronteiriças.

Artigo 10

A Presidência e a Vice-Presidência da Comissão serão desempenhadas, por períodos anuais e de forma alternada, por Delegados de cada Parte.

Parágrafo 1. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em caso de impedimento ou ausência temporária, com todas as faculdades e responsabilidades do titular.

Parágrafo 2. Em caso de vacância da Presidência ou da Vice-Presidência, a Seção correspondente designará o novo titular para completar o período.

Artigo 11

A coordenação das atividades da Comissão estará a cargo de dois Secretários designados um por cada Parte.

Artigo 12

A Comissão se reunirá em caráter ordinário, com frequência mínima semestral e em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de uma das Seções.

Parágrafo 1. As Partes poderão modificar a frequência das reuniões ordinárias, por troca de Notas.

Artigo 13

A Comissão fixará, em cada reunião, a data e o local em que se realizará a próxima reunião ordinária.

Artigo 14

O Presidente da Comissão, em coordenação com os respectivos Secretários e com a devida antecedência, fará a convocação da reunião e proporá a agenda.

Artigo 15

As decisões da Comissão serão tomadas por consenso.

Artigo 16

As decisões *ad referendum* das Partes serão submetidas a estas pelo Presidente da Comissão com a brevidade possível.

Artigo 17

As reuniões da Comissão serão registradas em atas, as quais, depois de aprovadas, serão assinadas por todos os membros presentes.

Artigo 18

Serão idiomas oficiais da Comissão tanto o português quanto o espanhol. As atas da Comissão e os documentos por esta elaborados ou utilizados serão redigidos em qualquer dos dois idiomas.

Artigo 19

A Comissão poderá, também, contar com a colaboração de Assessores Especiais, sejam ou não nacionais das Partes, postos à sua disposição, inclusive, por organismos internacionais.

Artigo 20

Constituirão recursos da Comissão, entre outros, as dotações destinadas por ambas as Partes, por meio de suas respectivas Seções. Cada Seção da Comissão será responsável por seus próprios gastos.

Artigo 21

Este Estatuto poderá ser modificado mediante troca de Notas pelas Partes, por iniciativa de qualquer delas ou da Comissão.

Artigo 22

O presente Estatuto entrará em vigor na data em que for efetuada a troca de Notas.

4. A presente Nota e a Nota de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituirão Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual fica aprovado o Estatuto da Comissão

Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Índia
(doravante denominados «Partes»),

Considerando o interesse recíproco em incrementar a cooperação no setor ferroviário;

Em consonância com o Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, celebrado em Nova Delhi, em 22 de julho de 1985;

Tendo presente a possibilidade de estabelecer um programa visando a uma cooperação mutuamente vantajosa em pesquisa e desenvolvimento no setor dos transportes ferroviários, com o objetivo de promover a cooperação entre especialistas de ambas as Partes, na busca de soluções para problemas de interesse co-

mum, e de aperfeiçoar os sistemas e as técnicas de transportes;

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes promoverão a cooperação entre si no campo dos transportes ferroviários, no tocante a seus aspectos científicos e tecnológicos.

Artigo II

As Partes concordam que as instituições coordenadoras do presente Ajuste Complementar serão, do lado brasileiro, o Ministério dos Transportes e, do lado indiano, o Ministério das Ferrovias. As instituições executoras das atividades de cooperação encetadas no âmbito do presente Ajuste Complementar serão definidas pelas Partes, conforme a natureza das referidas atividades.

Artigo III

1. A cooperação entre as Partes será realizada pelo intercâmbio de informações, de documentos e de especialistas, assim como por outras modalidades cooperativas a serem acordadas entre as Partes, naquelas áreas dos transportes ferroviários que vierem a ser posteriormente identificadas.

2. Os projetos de cooperação serão substanciados em programas que descrevam as informações a serem trocadas e que estabeleçam os pormenores relativos à repartição de quaisquer custos e tarefas. Esses programas serão denominados Protocolos de Implementação do presente Ajuste Complementar.

Artigo IV

Cada Parte se compromete a não transmitir a terceiros as informações trocadas entre si no âmbito do presente Ajuste Complementar sem prévio consentimento por escrito da outra Parte.

Artigo V

Para a implementação do presente Ajuste Complementar, será estabelecido um Grupo Misto de Trabalho, que se reunirá alternadamente no Brasil e na Índia, com vistas à definição dos programas de cooperação, acompanhamento e avaliação das atividades. A data e local das reuniões serão estabelecidos pelas Partes, por via diplomática.

Artigo VI

Salvo quando as Partes convierem diversamente, a Parte que envia uma missão arcará com os custos relativos a viagens internacionais. A Parte que recebe arcará com os custos relativos a transporte interno, hospedagem e alimentação.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente por um período de quatro anos, sendo renovado automaticamente por igual período, a menos que uma das Partes o denuncie à outra com antecedência mínima de três meses de seu término. Seu término não afetará o desenvolvimento de programas e projetos em execução, dele decorrentes, salvo se as Partes convierem de forma diversa.

Feito em Brasília, em 15 de setembro de 1993, em dois originais, nos idiomas português, hindi e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República da Índia

Salman Khurshid

Ministro de Estado das Relações Exteriores



***Ata da V Reunião da Comissão para o Desenvolvimento
Conjunto de Zonas Fronteiriças Brasil-Uruguai***

No dia 9 de novembro de 1993, na cidade de Brasília, realizou-se a V Reunião da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças.

2. A Delegação Brasileira foi chefiada pelo Embaixador Luiz Felipe de Macedo Soares, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, e a Delegação do Uruguai pelo Embaixador Carlos Gianelli, Diretor-Geral para Assuntos de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores. A relação dos demais integrantes das duas Delegações consta do Anexo I.

3. A Agenda da Reunião, conforme aprovada pelas duas Delegações, constou dos seguintes pontos:

I – Avaliação do funcionamento dos foros e mecanismos de cooperação na área de fronteira;

II – Cooperação Ambiental – Programa de Monitoramento Atmosférico;

III – Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí;

IV – Cooperação Técnica na área de fronteira – Projetos de Artesanato, de Tratamento Conjunto de Resíduos Sólidos e de Industrialização de Leite;

V – Questões relativas a transportes – Habilitação do Aeroporto de Cerro do Chapéu e Pontos de Fronteira;

VI – Comissão para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; e

VII – Interconexão Elétrica e Telecomunicações – fornecimento de eletricidade a Santa Vitória do Palmar e ligação Rio Negro/Bagé.

Avaliação do funcionamento dos foros e mecanismos de cooperação na área de fronteira

4. Ambas as delegações ressaltaram a importância da cooperação na área de fronteira no quadro mais amplo das relações entre o Brasil e o Uruguai. Nesse sentido, reconheceram a necessidade de maior coordenação entre os diversos foros bilaterais estabelecidos para o tratamento dos temas relativos à cooperação nessa área. Consideraram importante uma maior inter-relação entre esses órgãos, com o intuito de torná-los mais operativos e ágeis. Entenderam conveniente que, para que esses objetivos sejam alcançados, a Comissão para o Desenvolvimento de Zonas Fronteiriças deva reunir-se com frequência bianual, uma vez a cada semestre.

5. Ambas as partes coincidiram em reafirmar a relevância dos Comitês de Fronteira (Chuí/Chuy, Quaraí/Artigas, Santana do Livramento/Rivera, Jaguarão/Rio Branco), sobretudo no que se refere à identificação e à discussão das questões afetas a suas respectivas áreas de interesse. Assim, convieram em agilizar a tramitação e a execução das iniciativas apresentadas por esses órgãos. A Comissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças constitui o foro ideal para dar impulso à ação dos Comitês de Fronteira.

6. As duas Delegações decidiram promover uma maior frequência das Reuniões dos Comitês de Fronteira.

7. Por outro lado, reconheceram a validade dos objetivos do Grupo Permanente de Cooperação Consular, o qual se reunirá sempre que se apresentarem questões de natureza especificamente consular, por iniciativa de ambas as Chancelarias.

8. Além da Comissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças, os Comitês de Fronteira poderão, igualmente, encaminhar suas propostas e demandas por intermédio dos demais foros bilaterais de cooperação fronteiriça, tais como as Comissões para o Desenvolvimento das Bacias da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, com o objetivo de permitir o tratamento mais eficaz dos temas da cooperação bilateral.

9. As duas Partes reconheceram a importância da racionalização dos serviços públicos nas cidades fronteiriças. A Delegação uruguaiana mencionou a questão do Hospital de Artigas, que vem prestando assistência médica a nacionais brasileiros em suas instalações. Nesse sentido, e com a finalidade de se proceder a um levantamento mais amplo e aprofundado do tema, coincidiram em que os Comitês de Fronteira realizem uma avaliação objetiva da situação em suas áreas de jurisdição, com vistas a uma utilização mais equitativa dos centros de saúde existentes nos dois lados da fronteira.

Cooperação ambiental – Programa de Monitoramento Atmosférico

10. A Delegação brasileira informou que o Ministério do Meio Ambiente assinará Convênio com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul – FEPAM –, que possibilitará o repasse àquela Fundação dos recursos necessários ao financiamento do programa de cooperação bilateral na área ambiental. Esse programa prevê o envio ao Uruguai de equipamentos de monitoramento atmosférico, conforme conveniado no âmbito da Ata de Jaguarão. Nesse sentido, técnicos uruguaio iniciaram, em 8 de novembro de 1993, na sede da FEPAM, treinamento para a utilização dos equipamentos de monitoramento atmosférico. Os equipamentos deverão ser subseqüentemente enviados ao Uruguai, ainda no corrente ano.

11. Ambas as Delegações acentuaram a importância do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, assinado entre os Governos do Brasil e do Uruguai em 28 de dezembro de 1992. A Delegação brasileira informou estar o texto do Acordo em exame pelas Comissões pertinentes do Congresso Nacional. A Delegação uruguaia informou que o Acordo se encontra sob consideração do Senado da República.

Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí

12. As duas Delegações expressaram sua satisfação pelos resultados alcançados na I Reunião da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, realizada em 18 de outubro de 1993, nas cidades de

Quaraí e de Artigas. A Delegação uruguaia manifestou preocupação quanto à intensa contaminação registrada no Rio Quaraí, em função da utilização de agrotóxicos em suas margens e da poluição decorrente da falta de saneamento básico. As duas Partes concordaram na adoção de medidas destinadas a uma rápida solução desse problema. Para tanto, deverão ser solicitados os serviços de Consultoria Técnica dos respectivos Governos para a elaboração de um diagnóstico e de um projeto sobre os focos de contaminação em ambas as margens, com especial referência ao problema dos pontos de captação de água no Rio Quaraí para o abastecimento das populações das cidades de Quaraí e Artigas.

Cooperação técnica na área de fronteira – projetos de artesanato, de tratamento conjunto de resíduos sólidos e de industrialização de leite

13. As duas Partes expressaram satisfação ante o acordo firmado, em 15 de outubro de 1993, pelos Chefes das respectivas delegações à Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguaia, mediante o qual foi autorizada a realização de melhoramentos reivindicados pelas comunidades locais na Praça Internacional de Santana do Livramento – Rivera.

14. As duas delegações reiteraram a importância de se concretizar o Projeto de Industrialização de Leite na região de Santana do Livramento e Rivera.

15. Para tanto, a Parte brasileira tomará as providências devidas junto ao Governo do

Rio Grande do Sul relativamente à questão de isenção de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, condição necessária para a viabilidade econômica desse projeto. Uma vez autorizada a referida isenção, o setor privado de ambos os países poderá dar início à execução do fornecimento de leite para o processamento industrial.

16. As duas Delegações consideraram igualmente prioritário o desenvolvimento da cooperação, em toda a faixa fronteira, para o tratamento e para o controle conjunto de resíduos sólidos. Concordaram quanto à conveniência da utilização dos Comitês de Fronteiras como instrumentos adequados para a identificação das necessidades e das características particulares das áreas de suas respectivas jurisdições. A Delegação brasileira mencionou, nesse sentido, as possibilidades oferecidas pelo parque industrial do Estado do Rio Grande do Sul como potencial supridor de pequenas usinas adequadas às necessidades da região.

17. Ambas as partes convieram em solicitar, aos órgãos competentes de cada País, que encaminham, por meio do Comitê de Fronteira Santana do Livramento – Rivera, uma proposta em que deverão estar incluídos termos de referência para a construção dos imóveis que abrigarão os respectivos complexos artesanais.

18. As duas Partes concordaram em que a implementação desses três projetos de cooperação ao longo da fronteira deverá contribuir para a intensificação do intercâmbio na região, reforçando o espírito de entendimento e de colaboração que

reflete o processo de integração entre os dois Países.

**Questões relativas a transportes:
habilitação do aeroporto de Cerro
do Chapéu – pontos de fronteira**

19. A Delegação brasileira informou que as autoridades aeronáuticas de seu país estariam em condições de habilitar o Aeroporto de Cerro do Chapéu para o tráfego destinado a pontos do território brasileiro. Dessa forma, será examinada a possibilidade de que sejam designados funcionários da Secretaria da Receita Federal e da Divisão de Polícia Marítima e de Fronteiras para atender esse aeroporto, no que tange os assuntos de natureza alfandegária e controle de imigração. A Delegação uruguaia tomou conhecimento dessa posição, comprometendo-se a transmitir o assunto às autoridades competentes de seu país.

20. Os órgãos competentes de aplicação do Convênio de Transporte Internacional Terrestre coordenarão ações, a fim de evitar a retenção indevida de veículos de transporte de carga autorizados nos pontos de fronteira.

21. A Delegação brasileira, no intuito de promover a facilitação do transporte ao amparo do referido convênio, manifestou que, tendo em vista o reexame de normas de controle de trânsito de veículos nos pontos de fronteira, fica suspensa a obrigação de registro na alfândega das empresas transportadoras.

**Comissão para o Desenvolvimento
da Bacia da Lagoa Mirim**

22. Ambas as delegações reiteraram a necessidade de se proceder à reformulação da estrutura institucional da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, com a finalidade de dotá-la de maior eficácia operativa para a consecução de seus objetivos. Nesse sentido, a Delegação brasileira acusou recebimento dos comentários apresentados pela Parte uruguaia ao projeto de reforma do estatuto daquela Comissão, anteriormente proposto pelo Governo brasileiro.

23. Por sua vez, a Parte Uruguaia propôs fosse solicitada à Comissão da Lagoa Mirim a elaboração de um Plano de Ação e de um respectivo cronograma de sua execução.

24. A Delegação uruguaia manifestou, ademais, o interesse de que sejam realizadas, no âmbito da Comissão da Lagoa Mirim, as seguintes ações:

a) Estudo sobre o controle da qualidade das águas da Lagoa Mirim do Rio Jaguarão e dos demais cursos d'água daquela Bacia, nas suas vertentes hidrológica e ambiental.

b) Estudo sobre questões relativas ao uso e à conservação dos recursos pesqueiros da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

c) A realização de estudos sobre os usos das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

Interconexão elétrica e telecomunicações – fornecimento de eletricidade a Santa Vitória do Palmar e ligação Rio Negro/Bagé

25. As duas delegações manifestaram a satisfação ante os bons resultados alcançados no plano da cooperação bilateral em matéria de telecomunicações. Nesse sentido, sublinharam a importância da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Empresarial, Técnico-Operacional e Comercial entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL – e a Administração Nacional de Telecomunicações – ANTEL – no próximo dia 17 de novembro de 1993.

26. Ambas as Partes constataram com satisfação as perspectivas promissoras de ampliação oferecidas pela possível interconexão energética entre os dois países.

27. Em particular registraram a evolução positiva da ampliação da linha San Carlos-Chuy, que possibilitará o suprimento mais significativo de energia elétrica às cidades brasileiras de Santa Vitória do Palmar e Chuí.

28. A Parte brasileira informou que já se iniciaram os estudos energéticos e elétricos para a viabilidade da construção da linha de alta tensão que permitirá o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul à cidade de Rivera e para a possível extensão a outras localidades desse Departamento.

29. As duas Partes registraram o estado do Acordo entre as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS – e a Usi-

nas y Transmisiones Eléctricas – UTE – a fim de elaborar estudo de viabilidade técnica e econômica da construção de uma linha de grande potência de 500 mil volts, para a interconexão elétrica entre ambos os países.

30. Nesse sentido, as duas Delegações destacaram os benefícios de uma cooperação construtiva entre a UTE e a ELETROBRÁS como fator relevante para o desenvolvimento de regiões importantes dos dois países.

Brasília, em 9 de novembro de 1993

Chefe da Delegação Brasileira

Chefe da Delegação Uruguaia

**Anexo I
Delegação Brasileira**

Chefe:

Embaixador *Luiz Felipe de Macedo Soares*

Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores

Ministro *Marcelo Jardim*

Chefe da Divisão da América Meridional-I do MRE

Conselheiro *Ronaldo Dunlop*

Chefe da Divisão Consular do MRE

Secretário *João André Pinto Dias Lima*

Divisão da América Meridional-I do MRE

Doutor *Rudi Braatz*

Agência Brasileira de Cooperação

Doutora *Cleuza de Moraes Gomes*

Chefe da Divisão de Avaliação de Projetos do IBAMA

Doutora *Marina de Almeida Rego*

Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Regional

Doutor *Sérvio Túlio Puntel*
Representação do Governo do Rio Grande
do Sul em Brasília

Delegação Uruguaia

Chefe: Embaixador *Carlos Gianélli*
Diretor Geral de Política Exterior do Mi-
nistério das Relações Exteriores

Embaixador *Alvaro Alvarez*
Diretor da Direção de Assuntos Maríti-
mos, Limítrofes, Fluviais do Ministério
das Relações Exteriores

Ministro *Carlos Brughini*
Diretor da Zona I do Ministério das Rela-
ções Exteriores

Ministro *Miriam Frascini*
Embaixada do Uruguai em Brasília

Conselheiro *Carlos Trianon*
Embaixada do Uruguai em Brasília

Secretário *Adriana Rodriguez*
Embaixada do Uruguai em Brasília

Secretário *Mario Liori*
Embaixada do Uruguai em Brasília

Ata da II Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguaia, em Brasília, em 11 de novembro de 1993

Por ocasião da visita oficial à Repúbli-
ca Federativa do Brasil do Ministro das
Relações Exteriores da República Oriental
do Uruguai, realizou-se, no dia 11 de no-
vembro de 1993, em Brasília, a II Reunião
da Comissão Geral de Coordenação Bra-
sileiro-Uruguaia, criada pelo Tratado de
Amizade, Cooperação e Comércio, de 12
de junho de 1975.

2. A Delegação brasileira foi chefiada
pelo Ministro das Relações Exteriores,

Embaixador Celso L. N. Amorim, e a De-
legação uruguaia pelo Ministro das Rela-
ções Exteriores, Doutor Sérgio Abreu. A
relação dos demais membros das duas De-
legações consta do Anexo I.

3. As Delegações aprovaram o seguinte
temário:

I – Avaliação do funcionamento dos
foros e mecanismos de cooperação na área
de fronteira.

II – Cooperação ambiental – Progra-
ma de Monitoramento Atmosférico.

III – Comissão para o Desenvolvi-
mento da Bacia do Rio Quaraí.

IV – Comissão para o Desenvolvi-
mento da Bacia da Lagoa Mirim.

V – Navegabilidade do Alto Rio Uru-
guai.

VI – Cooperação técnica na área de
fronteira.

VII – Interconexão elétrica e telecomu-
nicações.

VIII – Questões econômico-comer-
ciais.

IX – Questões relativas a transportes.

4. Como evento preparatório à II Reunião
da Comissão Geral de Coordenação, rea-
lizou-se no dia 9 de novembro de 1993, no
Palácio Itamaraty, em Brasília, a V Reu-
nião da Comissão para o Desenvolvi-
mento Conjunto de Zonas Fronteiriças Brasil-
Uruguai, cuja Ata faz parte do Anexo II.

5. Ambas as Delegações manifestaram
satisfação pelos resultados positivos da
V Reunião da Comissão para o Desen-
volvimento de Zonas Fronteiriças, na

qual foram tratados, de forma objetiva e em clima de entendimento, os temas mais relevantes da cooperação na área da fronteira, os quais estão resumidos nos parágrafos 6 a 14.

6. As duas Partes reafirmaram a prioridade dos temas da cooperação na zona fronteiriça no quadro das relações bilaterais. Nesse sentido, coincidiram quanto à importância de uma maior coordenação entre os diferentes órgãos que regulam as bases do relacionamento na região com o objetivo de conferir maior eficácia à sua atuação. Com essa finalidade, concordaram com a necessidade de reuniões regulares dos Comitês de Fronteira – Chuí/Chy, Jaguarão/Rio Branco, Santana do Livramento/Rivera e Quaraí/Artigas – tendo registrado a relevância de seu papel como instrumento de grande utilidade para a identificação das questões de maior interesse das comunidades das áreas fronteiriças.

7. As duas delegações salientaram a importância da racionalização dos serviços públicos nas cidades fronteiriças, no interesse e no benefício das populações daquela região. Para tanto, referiram-se aos projetos em andamento de tratamento conjunto de resíduos sólidos, de saneamento básico, de eletrificação rural, e de abastecimento de água potável.

8. As duas delegações registraram os avanços importantes alcançados no âmbito da cooperação ambiental, sobretudo no que se refere à implementação das recomendações constantes da Ata de Jaguarão. A Delegação brasileira informou que se dará início, no presente ano, ao estágio preparatório na Fundação Estadual de Pro-

teção Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul – FEPAM – para os técnicos uruguaios que irão operar os equipamentos de monitoramento atmosférico, os quais deverão ser proximamente enviados ao Uruguai. Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil assinou convênio com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental pelo qual serão repassados àquela entidade os recursos financeiros necessários ao prosseguimento dessa cooperação.

9. Ambas as Delegações acentuaram a importância do Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental, assinado pelos dois países em 28 de dezembro de 1992, cujos textos se encontram sob a consideração dos respectivos Poderes Legislativos.

10. As duas Partes expressaram satisfação ante os resultados positivos registrados nos trabalhos da I Reunião da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, realizada nas cidades de Quaraí e Artigas, tendo referendado a agenda aprovada naquela oportunidade. A Delegação uruguaia manifestou, adicionalmente, preocupação quanto à crescente contaminação das águas do Rio Quaraí, havendo as duas Partes concordado com a adoção de medidas concretas, a curto prazo, para a efetiva solução desse problema.

11. As duas Delegações ressaltaram a importância da Comissão para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim como instrumento pioneiro para a execução de projetos de infra-estrutura em vasta região da fronteira comum. Reafirmaram, da mesma forma, o propósito de dotar essa Comissão de um Estatuto, mais flexível e simplificado, que permita uma atuação

mais efetiva desse significativo foro bilateral. O novo Estatuto deverá entrar em vigor no prazo de 120 dias. Entre outros aspectos, as mudanças contempladas deverão permitir maior facilidade na dotação de recursos financeiros e envolvimento mais direto dos órgãos executores dos projetos acordados pela Comissão.

12. As duas Delegações registraram a evolução positiva dos estudos energéticos e elétricos para a interconexão em extratensão, que estão realizando as empresas ELETROBRÁS e UTE. Com a finalidade de permitir às Partes recorrer a organismos financeiros nacionais e internacionais, a Delegação uruguaia apresentou um projeto de Acordo de Interconexão, o qual é do conhecimento do Ministério das Minas e Energia do Brasil e da ELETROBRÁS.

13. As duas Delegações manifestaram satisfação ante os bons resultados alcançados no plano da cooperação bilateral em matéria de telecomunicações. Nesse sentido, sublinharam a importância da assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Empresarial, Técnico – Operacional e Comercial entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL – e a Administração Nacional de Telecomunicações – ANTEL – no próximo dia 17 de novembro de 1993.

14. A Delegação brasileira informou que as autoridades aeronáuticas de seu país estariam em condições de habilitar o Aeroporto de Cerro do Chapéu para o tráfego destinado a pontos do território brasileiro. A Delegação uruguaia tomou conhecimento dessa posição, comprometendo-se

a transmitir o assunto às autoridades competentes de seu país.

15. A Comissão procedeu a uma análise das perspectivas de valorização do Rio Uruguai como via navegável no contexto da malha hidroviária da Bacia do Prata. A Delegação uruguaia enviou um documento com sugestões a respeito. Ambas as Delegações manifestaram o interesse em que sejam favorecidas políticas de promoção da navegação em todo o curso do Rio Uruguai. Um passo inicial seria um levantamento da demanda e de outros aspectos da navegação na região do Rio Uruguai a fim de se planejarem as medidas necessárias. As Delegações concordaram em manter o assunto em consideração.

16. Ao passar em revista a evolução do comércio bilateral, as Delegações sublinharam o crescimento do intercâmbio entre os dois países em 1993, com expansão nos dois sentidos. Os dois Governos enfatizaram sua firme disposição de evitar práticas desleais de comércio, em particular nas importações subsidiadas de produtos agrícolas de terceiros mercados. Registraram, com satisfação, a implementação do Protocolo de Expansão Comercial e os entendimentos em curso para regulamentar o comércio de bens do setor automotriz.

17. Foram abordados os trabalhos da Comissão Trinacional Brasil-Argentina-Uruguai referentes ao Eixo Viário, tendo as Delegações ressaltado a perspectiva de entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a obtenção de financiamento.

18. O lado brasileiro propôs ao Governo uruguaio a realização, conforme previsto na Ata da Reunião de Brasília (agosto de 1993), da III Reunião da Comissão Trinacional encarregada do projeto do Eixo Viário, em Buenos Aires, na primeira metade de dezembro vindouro (preferencialmente no período de 13 a 17 daquele mês).

19. Com relação ao Mercosul, as Delegações examinaram aspectos sensíveis da negociação em curso para a conformação de uma União Aduaneira. Salientaram a importância de se concluir, até o fim do ano, a negociação da Tarifa Externa Comum, que constitui elemento *sine qua non* para a consolidação do mercado comunitário.

20. A Delegação brasileira informou sobre a proposta de conformação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) e sobre a Iniciativa Amazônica, ambas situadas no contexto de esforços para estimular os fluxos de comércio do Mercosul com seus parceiros da América do Sul.

21. As Delegações coincidiram na relevância do fortalecimento da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em cuja moldura jurídica e institucional se deverá processar o aprofundamento da integração regional. Mencionaram que os acordos firmados pelos países signatários do Tratado de Assunção com outros parceiros da ALADI deverão ser ajustados de forma a adequá-los à perspectiva de conformação de uma União Aduaneira. Salientaram que esse ajuste deve preservar

o patrimônio de preferências mutuamente outorgadas ao amparo desses acordos.

22. As Delegações passaram em revista os principais temas da Rodada Uruguaio do GATT e mencionaram a relevância da coordenação entre os países do Mercosul, especialmente nas negociações setoriais sobre acesso a mercados. Reiteraram ainda a expectativa de que os entendimentos em curso permitam atingir um conjunto equilibrado de resultados e representem uma efetiva liberalização do comércio.

23. A Delegação do Uruguaio agradeceu o oferecimento brasileiro de incorporar, às alfândegas de seu país, o Sistema SISCOMEX. Assim sendo, ambas as Partes coincidiram em que se procederia, numa primeira etapa, à interconexão a esse Sistema por intermédio da Embaixada em Brasília, a fim de que os empresários uruguaios possam conhecer o funcionamento do mencionado Sistema.

24. Os organismos competentes de aplicação do Convênio de Transporte Internacional Terrestre coordenaram ações, a fim de evitar a detenção indevida de veículos de transporte de carga autorizados nos postos de fronteira. A Delegação brasileira, no intuito de facilitar o transporte ao amparo do referido Convênio, manifestou que, tendo em vista o reexame das normas de controle de trânsito de veículos nos pontos de fronteira, fica suspensa a obrigação de registro na alfândega das empresas transportadoras.

25. Ambas as Partes ratificaram a importância de realizar anualmente as reuniões

da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguiaia. Acordaram convocar em data a ser determinada, por via diplomática, para o primeiro quadrimestre de 1994,

as Subcomissões de Cooperação Cultural e Sanitária Mista.

Brasília, em 11 de novembro de 1993

Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Cheddi Jagan, em 18 de novembro de 1993

O Presidente da República Cooperativista da Guiana, Cheddi Jagan, realizou visita oficial ao Brasil nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 1993, atendendo ao convite que lhe formulou o Presidente da República Federativa do Brasil, Itamar Franco.

2. Dentro do espírito de entendimento e fraterna amizade que caracteriza as relações entre o Brasil e a Guiana, os Presidentes mantiveram conversações sobre temas mundiais e regionais e, em particular, sobre as relações bilaterais.

3. Durante a visita, os integrantes da comitiva oficial do Presidente Cheddi Jagan mantiveram proveitosos contatos e encontros de trabalho com as autoridades brasileiras correspondentes.

4. Conscientes da importância de contribuir para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, os Presidentes reafirmaram a permanente adesão do Brasil e da Guiana aos princípios consagrados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, em especial a democracia, o respeito aos direitos humanos, a não-intervenção e a igualdade soberana dos Estados.

5. Os dois Presidentes ressaltaram a alta prioridade que o Governo do Brasil e o Governo da Guiana atribuem ao estrito respeito dos Direitos humanos, em um quadro de promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações. Manifestaram preocupação quanto ao recrudescimento de situações de intolerância que se têm verificado no mundo pós-Guerra Fria, dificuldades essas que deveriam ter sido, há muito, definitivamente superadas. Consideram os Presidentes que a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, realizada em junho de 1993, constitui evento de capital importância para assegurar que os direitos humanos tenham efetiva observância universal. Será fundamental, para esse fim, estabelecer formas apropriadas de cooperação internacional para a implementação plena das recomendações contidas na Declaração e no Programa de Ação de Viena.

6. Os Presidentes registraram, com satisfação, a consolidação da democracia na América Latina, a qual contribui, desta forma, para a eliminação das incertezas que infelizmente ainda prevalecem no cenário mundial. Coincidiram em que a promoção dos valores democráti-

cos no continente sul-americano propicia a abertura de novos caminhos para a cooperação regional, preparando a região para as profundas transformações que ocorrem no mundo atual.

7. Ressaltaram a importância que os Governos do Brasil e da Guiana atribuem à discussão, no âmbito das Nações Unidas, de uma Agenda para o Desenvolvimento. Tal discussão contribuirá, sem dúvida, para repor o desenvolvimento entre as questões que devem merecer atenção prioritária da comunidade internacional, não apenas por causa dos interesses dos países em desenvolvimento, como também pelos interesses dos países desenvolvidos. Ao promover melhores níveis de vida para os povos e reduzir as disparidades econômicas e sociais entre países e regiões, o desenvolvimento constitui, ademais de um direito, fator essencial para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

8. Os Presidentes estão convictos de que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento demonstrou ser possível um diálogo abrangente Norte-Sul. A propósito, os Presidentes consideraram fundamental que os países industrializados assumam plenamente a responsabilidade principal de criar as condições necessárias para que o conceito do desenvolvimento sustentável, consagrado na Conferência do Rio de Janeiro, possa ser aplicado. Caberá, igualmente, à comunidade internacional garantir o exercício do direito ao desenvolvimento, reconhecido na Declaração do Rio de Janeiro. Convieram em que se impõe a pronta execução dos compromissos consignados na

Agenda 21, em especial aqueles referentes ao provimento de recursos financeiros novos e adicionais e ao acesso às tecnologias, em condições preferenciais ou concessionais. Os Presidentes manifestaram confiança em que o estabelecimento, em 1992, da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, permite dar seguimento, em condições institucionais adequadas, à cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, tal como proposta na Agenda 21.

9. Os Presidentes salientaram, com satisfação, o fato de que, nas novas circunstâncias mundiais, a Organização das Nações Unidas teve consideravelmente ampliada sua atuação, desempenhando um papel ainda mais decisivo para a obtenção da paz e da segurança internacionais e para fomentar um diálogo renovado sobre o desenvolvimento. Comprometeram-se a contribuir ativamente para o fortalecimento da Organização e a apoiar a necessária reestruturação de seus órgãos, de modo especial o Setor Econômico e Social, a fim de dotá-los de maior representatividade e eficácia.

10. Os Presidentes estimaram que se impõe, nesse contexto, um esforço determinado para assegurar a democratização das relações internacionais. Verificaram, com satisfação, o fato de estar-se formando um virtual consenso no que diz respeito à necessidade de rever a composição do Conselho de Segurança. Reconheceram que com a reforma do Conselho deve buscar-se maior equilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no pro-

cesso decisório das Nações Unidas. Os Presidentes assinalaram ser a Assembléia Geral seu órgão democrático por excelência, cabendo-lhe, por consequência, o papel de conduzir essas mudanças.

11. Os Presidentes sublinharam a importância dos diversos processos de integração ora em curso no Continente e registraram a permanente vontade de seus respectivos Governos de estimular os processos de integração na América Latina e no Caribe. Manifestaram o convencimento de que a integração regional e sub-regional constitui instrumento indispensável para a promoção do desenvolvimento e do bem-estar dos povos da região.

12. Salientaram a importância do estabelecimento de uma Área de Livre Comércio na América do Sul, como resultado da contínua promoção dos processos de integração em curso do Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino. Coincidiram na análise de que a referida Área de Livre Comércio poderá, ainda, estimular a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com outros processos de integração.

13. Os Presidentes reconheceram o extraordinário patrimônio comum do Brasil e da Guiana, como países amazônicos. Assinalaram ser a Amazônia um mosaico de solos, de clima, de vegetação, de ocupação humana, de atividades econômicas, de biodiversidade e de disponibilidade de recursos naturais. Nesse contexto, registraram a estreita coordenação que vem sendo mantida entre ambos os Governos

no tocante às atividades do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), as quais adquirem importância crescente, à medida que se intensifica o interesse internacional pelos assuntos referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Reiteraram o interesse dos dois Governos em que sejam encontradas fórmulas que permitam o reforço das atividades do Tratado, em particular no que diz respeito ao aperfeiçoamento de sua Secretaria, que poderia passar a ter caráter permanente.

14. Concordaram na avaliação de que a precariedade das vias de comunicação entre os dois países tem criado obstáculos para a ampliação do conhecimento mútuo e do intercâmbio comercial. Os Presidentes ressaltaram o empenho dos dois Governos para que sejam encontradas fórmulas que permitam completar, com brevidade, a ligação rodoviária entre Boa Vista e Georgetown. Da mesma forma, serão examinadas alternativas que permitam restabelecer a ligação aérea entre o Brasil e a Guiana.

15. Consciente de que o intercâmbio comercial está muito aquém de suas possibilidades efetivas, os Presidentes assinalaram a relevância das negociações para a celebração de um Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e a Guiana, no quadro da Iniciativa Amazônica. Manifestaram a convicção de que a conclusão do Acordo criará quadro adequado para a ampliação do comércio e da cooperação econômica entre os dois países, de forma a situá-los em níveis quantitativos e qualitativos compatíveis com

as possibilidades de intercâmbio existentes em ambas as economias.

16. Assinalando, com grande satisfação, a excelência e a fluidez do diálogo político bilateral, os Presidentes reafirmaram o compromisso dos dois Governos de coordenar ações para coibir o trânsito irregular de pessoas e de bens através da extensa linha de fronteira comum. Nesse sentido, reiteraram a importância da realização, com a maior brevidade possível, da primeira reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Guiana.

17. Os Presidentes decidiram determinar providência para que sejam impulsionadas as atividades de adensamento de marcos de fronteira, a cargo da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites.

18. Reconhecendo o papel da cultura como fator primordial para o desenvolvimento de ambos os povos e a consolidação da amizade e do conhecimento mútuo, os Presidentes acordaram determinar estudos para que seja ampliado o intercâmbio cultural, em especial mediante a realização de mostras de obras de artistas dos dois países, a troca de visitas de personalidades do mundo da cultura e o intercâmbio de docentes e estudantes, no quadro do Acordo Cultural firmado em 1968.

19. Durante a visita, os dois Governos estabeleceram, mediante Acordo, por troca

de notas, o Grupo de Cooperação Consular Brasil-Guiana, que deverá atuar como mecanismo permanente da avaliação e busca de soluções para questões relativas a assuntos de natureza consular que venham a surgir entre os dois países.

20. Os Governos decidiram, igualmente, reativar a Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Cooperação Econômica, Técnica e Cultural, prevista nos Acordos, por troca de Notas, de 11 de novembro de 1971 e de 13 de julho de 1976. A próxima reunião da referida Comissão Mista deverá realizar-se no primeiro trimestre de 1994.

21. O Presidente Itamar Franco condecorou o Presidente Cheddi Jagan com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

22. O Presidente Itamar Franco aceitou, com grande satisfação, o convite formulado pelo Presidente Cheddi Jagan para visita à Guiana, em data a ser oportunamente definida, pelos canais diplomáticos.

23. Em seu nome e no da comitiva que o acompanhou, o Presidente Cheddi Jagan agradeceu ao Presidente Itamar Franco e ao povo brasileiro pela fraternal acolhida e por todas as atenções recebidas durante sua permanência no Brasil.

Brasília, 18 de novembro de 1993.

***Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República Popular da China sobre o incremento do comércio
bilateral de minério de ferro e a promoção da exploração conjunta
de reservas de minério de ferro***

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China

(doravante denominados «Partes»),

Desejosos de consolidar e ampliar o comércio bilateral de minério de ferro, bem como de promover a exploração conjunta de reservas de minério de ferro no Brasil, por intermédio de entendimentos amistosos,

Acordam o seguinte:

1. As Partes comprometem-se a estimular as empresas de seus respectivos países a dar continuidade ao comércio bilateral de minério de ferro com base nos princípios da igualdade e do benefício mútuo, conforme as possibilidades de compra e venda. Concordam em designar as referidas empresas para estudar a possibilidade de expandir as compras e as vendas de minério de ferro.

2. As Partes estimularão as empresas de seus respectivos países a examinar a viabilidade de explorar reservas de minério de ferro no Brasil, entre as quais as de Carajás, em regime de *joint venture*.

3. As Partes procurarão incentivar as empresas de seus respectivos países a encontrar alternativas para o transporte de minério de ferro à China, com custos de frete mais competitivos.

4. As Partes oferecerão, de conformidade com suas legislações, as facilidades necessárias à continuidade do comércio bilateral de minério de ferro e da cooperação na exploração de reservas de minério de ferro, entre ambos os países.

Este Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, em 23 de novembro de 1993, em dois originais, nas línguas portuguesa e chinesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto Abdenur

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Pelo Governo da República Popular da China

Gu Yongjiang

Vice-Ministro do Comércio e da Cooperação Econômica com o Exterior

Protocolo entre a Administração Nacional de Espaço da China, da República Popular da China (CNSA), e o Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil, sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior

A Administração Nacional do Espaço da China, da República Popular da China (CNSA)

e

O Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil

(doravante denominados «as Partes»)

Em conformidade com o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da China e o Governo do Brasil, firmado em 25 de março de 1982;

Considerando que, para a China e o Brasil, os usos pacíficos do espaço exterior representam um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, instrumento que possibilita o melhor conhecimento dos extensos territórios e recursos naturais de seus países, assim como favorece a proteção do meio ambiente e viabiliza o fortalecimento dos meios de comunicação, informação e educação de seus povos;

Considerando que a China e o Brasil estão envidando significativos esforços e realizando os investimentos necessários para a aquisição de conhecimento, tecnologia e equipamentos para o sucesso da implementação de suas atividades espaciais;

Considerando os auspiciosos resultados da cooperação em curso no Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS);

Convencidos da importância de ampliar o intercâmbio e a cooperação bilaterais nas áreas das ciências espaciais, das tecnologias espaciais e das aplicações espaciais para o benefício dos povos de ambos os países,

Concordam no seguinte *Protocolo de Cooperação*:

Artigo 1

As Partes, levando em conta o direito e as regras internacionais amplamente aceitas, encorajarão o intercâmbio e a cooperação na exploração e uso do espaço exterior para fins pacíficos, na base da igualdade e mútuo benefício, conforme as leis e os regulamentos em vigor em cada país e por meio de suas respectivas organizações competentes na área de ciência, tecnologia e aplicações espaciais – no caso da Parte brasileira, *ad referendum* da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE).

Artigo 2

A cooperação no âmbito deste Protocolo poderá incluir as seguintes áreas:

- 1) Cooperação e intercâmbio em ciências espaciais, tecnologia espacial e aplicações espaciais, incluindo os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) e vários outros tipos de satélites, serviços de lançamento de satélites, sensoriamento remoto e suas aplicações, comunicação

espacial, processamento de materiais no espaço, microgravidade, ciências atmosféricas e astrofísica.

2) Outras áreas a serem definidas pelas Partes.

Artigo 3

As Partes se esforçarão para coordenar suas posições sobre matérias relacionadas com os usos pacíficos do espaço exterior nos órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas.

Artigo 4

A cooperação referida no Artigo 2 deste Protocolo realizar-se-á por intermédio das seguintes modalidades, entre outras:

- 1) a elaboração e a condução conjunta de programas de cooperação de benefício mútuo;
- 2) a promoção de intercâmbio de cientistas e técnicos, bem como a viabilização de sua participação em atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento;
- 3) a troca de informações científicas, bem como de dados e resultados de experimentos;
- 4) a condução conjunta de simpósios e conferências científicas e a promoção de contatos diretos nos diferentes níveis.

Artigo 5

As Partes indicarão respectivamente suas organizações competentes para promover e executar as diferentes modalida-

des de cooperação sob este Protocolo, inclusive a cooperação em bases comerciais.

As Partes estabelecerão um comitê de trabalho conjunto para coordenar a implementação deste Protocolo.

Artigo 6

As organizações competentes ou instituições indicadas pelas Partes concluirão acordos ou contratos relativos a programas específicos, metodologia e condições de cooperação, inclusive financeiras, e executarão esses acordos ou contratos separadamente, após a aprovação por suas respectivas Partes.

Artigo 7

Dados científicos e tecnológicos e informações obtidas por meio de experimentos conjuntos serão acessíveis a ambas as Partes e transmitidas logo que possível. Nenhuma das Partes divulgará ou transferirá tais dados ou informações a terceiras partes sem o consentimento escrito da outra Parte e somente em termos e condições mutuamente acordados.

Artigo 8

Este Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de cinco anos, após os quais será prorrogado automaticamente por um período de três anos. O presente Protocolo poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação por via diplomática. A denúncia deste Protocolo surtirá efeito seis meses após a data do recebimento da res-

pectiva notificação. A expiração deste Protocolo não afetará os projetos que já tiverem sido iniciados durante sua vigência.

Feito em Brasília, em 23 de novembro de 1993, em dois originais, nos idiomas chinês, português e inglês, sendo todos os textos igualmente válidos e autênticos.

Pela Administração Nacional de Espaço da China, da República Popular da China
Liu Jiyuan

Pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, da República Federativa do Brasil
José Israel Vargas
(Ministro de Estado)



Comunicados, Notas e Mensagens

Grupo de Trabalho sobre Operações de Paz Nota à Imprensa

Realizou-se no Ministério das Relações Exteriores a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho criado pelo Senhor Presidente da República para examinar a participação do Brasil nas Operações de Paz patrocinadas pelas Nações Unidas, presentemente o braço operacional do sistema de segurança coletiva da ONU.

2. Em cumprimento de suas responsabilidades, como membro das Nações Unidas, em favor da Paz e Segurança internacionais, e de acordo com a letra e o espírito do Artigo 4 da Constituição Federal, o Brasil participa de cinco Operações de Paz – em Angola (UNAVEM-II), El Salvador (ONUSAL), antiga Iugoslávia (UNPROFOR), Moçambique (ONUMOZ) e Ruanda/Uganda (UNOMUR). Essa participação se tem feito mediante a cessão de observadores militares, equipes médicas, monitores

policiais e observadores eleitorais. No momento, o contingente brasileiro no exterior é de 98 voluntários (a distribuição do efetivo consta do documento anexo).

3. A reunião do Grupo de Trabalho, que foi presidida pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Celso Amorim, contou com a participação expressiva de representantes do Congresso Nacional, do Tribunal Superior Eleitoral, dos Ministérios da Justiça, Marinha, Exército, Relações Exteriores e da Aeronáutica, do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secre-

**Quadro atualizado da participação do Brasil nas Operações de Paz,
de acordo com a classificação empregada pela ONU (12/7/93)**

Pais/contingente	Observadores militares	Monitores policiais	Tropa
• Antiga Iugoslávia (UNPROFOR)	18		
• Angola (UNAVEM-II)	7(a)	7	12(b)
• Moçambique (ONUMOZ)	20(c)		3(d)
• Uganda/Ruanda (UNOMUR)	10		3(e)
• El Salvador (ONUSAL)	3(f)	15	
Total: 5 operações	58	22	18

(a) dois observadores, além de um médico, deverão ser deslocados temporariamente para a UNOMUR no corrente mês;

(b) e (e) o Exército cedeu duas equipes médicas às Nações Unidas: uma para atuar em Angola e outra a ser deslocada proximamente para Uganda. As equipes médicas são classificadas como tropa pelo Secretariado da ONU;

(c) um observador militar foi transferido temporariamente para servir na UNPROFOR;

(d) o General Lélío Gonçalves da Silva e os dois integrantes brasileiros de seu Estado-Maior foram classificados como tropa pelo Secretariado da ONU;

(f) quatro oficiais militares adicionais deverão deslocar-se para a ONUSAL no corrente mês. Os três oficiais listados acima serão repatriados em fins de agosto vindouro.

taria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

4. As discussões em andamento revelam a convergência de percepções no sentido de melhor capacitar o Brasil para conti-

nuar engajando-se, de forma construtiva e dentro de suas possibilidades nas iniciativas das Nações Unidas. O exame do assunto prosseguirá no próximo dia 23 sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores.

■

Comunicado à imprensa sobre a III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Salvador, de 15 a 17 de julho de 1993

A Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo nasceu da percepção de que se poderia dar novo impulso à cooperação entre os países ibero-americanos, os quais compartilham raízes e patrimônio cultural comuns, cuja riqueza se expressa de forma plural. A inauguração da Conferência ocorreu, por iniciativa do México, na cidade de Guadalajara, em julho de 1991. No ano seguinte, a reunião de cúpula de Madri inseriu-se nas comemorações dos 500 anos do descobrimento das Américas, pautando-se em elementos de ordem histórica e cultural.

2. Nos próximos dias 15 e 16 de julho, o Brasil sediará a III Conferência, tendo sido escolhida a cidade de Salvador, a qual realça o sincretismo da cultura brasileira e sua especificidade no conjunto de países ibero-americanos.

3. A III Cúpula Ibero-Americana escolheu como tema central «Uma Agenda para o Desenvolvimento, com Ênfase no Desenvolvimento Social», acolhendo proposta da Chancelaria brasileira apresentada, em janeiro deste ano, na Reunião de Chanceleres em Madri.

4. A escolha desse tema teve por objetivo permitir uma primeira reflexão, no plano ibero-americano, que possa contribuir para o debate sobre a questão do desenvolvimento, a realizar-se nas Nações Unidas a partir do relatório a ser apresentado pelo Secretário-Geral da ONU. A decisão de se enfatizar o desenvolvimento social decorreu das situações encontradas em muitos países participantes da Cúpula, tais como a mortalidade infantil, as dificuldades de acesso aos serviços básicos, de educação e de saúde, o analfabetismo, a desnutrição, o combate a doenças endêmicas, e outros que clamam por soluções de base emergencial.

5. A iniciativa de retomar o diálogo sobre uma agenda para o desenvolvimento busca recolocar o tema entre os problemas que devem receber a atenção da comunidade internacional, em bases novas e criativas. Dentro desse contexto, a Conferência pretende:

- incentivar o diálogo sobre tema comum, como é o caso da questão do desenvolvimento, com particular ênfase no desenvolvimento social;

- acentuar o caráter prospectivo do próprio tema central, de modo a caracterizar o encontro de Salvador como uma primeira concertação entre Chefes de Estado e de Governo sobre idéias iniciais de uma «Agenda para o Desenvolvimento»; e
- promover e/ou dinamizar a cooperação em setores que propiciem resultados concretos.

6. As considerações dos Chefes de Estado e de Governo sobre o tema central estarão refletidas na primeira parte do documento final da Conferência. O texto procurará indicar que a conjuntura internacional oferece oportunidade singular para a ação multilateral em matéria de cooperação para a solução dos problemas econômicos e sociais, em compasso com os avanços que já se verificaram no campo da paz e da segurança. Procurará demonstrar que a retomada do diálogo sobre o desenvolvimento é do interesse de todos os países. Deverá registrar áreas de convergência, evitando enunciados que recordem as dificuldades do precedente diálogo Norte-Sul. Deverá, enfim, sinalizar ao Secretário-Geral das Nações Unidas o interesse dos países ibero-americanos, no mais alto nível, em um diálogo construtivo sobre o desenvolvimento.

7. A segunda parte do documento final conterá o registro das iniciativas de cooperação entre os países ibero-americanos em aspectos temáticos e em projetos específicos, no sentido de dar conteúdo e densidade ao propósito de dirigir o foro ibero-americano à concertação para a cooperação. Refletirá igualmente as considerações

dos Chefes de Estado e de Governo a respeito das recomendações emanadas das reuniões setoriais prévias, as quais se concentraram nos aspectos sociais do desenvolvimento, em resposta à preocupação do Presidente Itamar Franco.

a) o primeiro desses encontros reuniu, entre 24 e 27 de maio corrente, os Ministros da Saúde ibero-americanos. Teve por objetivo analisar as perspectivas de cooperação naquela área e suas implicações no esforço de desenvolvimento econômico e social. Os Ministros reconheceram, particularmente, a urgência da elaboração e da aplicação de uma política comum de prevenção e controle da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e ressaltaram a importância de serem dedicados maiores recursos financeiros e humanos às atividades de luta contra o HIV/AIDS, bem como de que se promova a transferência de tecnologia e a disseminação da informação científica e técnica.

b) os Ministros de Educação dos países ibero-americanos reuniram-se nos dias 7 e 8 de julho e suas conclusões permitiram a análise conjunta do tema «Educação e Trabalho: o Desafio da Educação à Distância». Ênfase foi dada às atividades e cursos de ação destinados a vincular o setor educativo às principais necessidades da sociedade e do sistema produtivo. Foi levada aos Chefes de Estado e de Governo a recomendação de que a III Conferência apóie a organização, financiamento e implantação, com a possível brevidade, do

Mercado Comum do Conhecimento Científico e Tecnológico, programa a ser desenvolvido no âmbito da OEA – Organização dos Estados Americanos – com o objetivo de fortalecer a capacidade de geração de inovações e reforçar a competitividade produtiva e a equidade social.

c) em Salvador, nos dias 9 e 10 de julho, foi realizada a Primeira Reunião de Cultura dos Países Ibero-Americanos, a qual permitiu dar seguimento à discussão de iniciativas de interesse comum apoiadas pela Conferência de Cúpula de Madri e estimular o fortalecimento da indústria cultural. Ênfase foi dada às ações destinadas a converter o conjunto de afinidades históricas e culturais dos países ibero-americanos em instrumento de unidade e desenvolvimento, com base no diálogo, a cooperação e a solidariedade.

d) entre os dias 1º e 6 de junho, realizou-se, por iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Primeira Conferência de Cidades para o Século XXI – Rio 93, a qual examinou programas e projetos inovadores de cooperação e intercâmbio entre Governos locais. O tema incluiu a preservação do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais, a cidadania, o fomento de atividades econômicas e o desenvolvimento urbano sustentável a partir da cooperação técnica e financeira internacional. Enfatizou-se, na oportunidade, a importância do intercâmbio amplo e sistemático de experiências nessas áreas e a necessidade de atenção por

parte das agências internacionais de desenvolvimento e reconstrução para os esforços e iniciativas que vêm sendo implementadas pelas comunidades latino-americanas.

e) a Conferência sobre Saneamento, Meio Ambiente e Saúde, realizou-se em Brasília, nos dias 26 a 28 de maio, e teve por objetivo apresentar às autoridades competentes brasileiras o Plano Regional de Investimentos em Meio Ambiente e Saúde para a América Latina e o Caribe, preparado pela Organização Pan-americana de Saúde, e avaliar suas sugestões. Na ocasião, concretizou-se a decisão brasileira de aderir ao referido plano da OPAS/OMS.

f) entre 28 e 29 de abril, foi realizada, em Antigua, na Guatemala, a Conferência do Pensamento: Visão Ibero-Americana 2000», a qual examinou o papel dos direitos humanos, da educação, da cultura, do meio ambiente, da ciência e da tecnologia e da democracia na construção de sociedades desenvolvidas. Foram apresentadas propostas de intensificação dos programas de educação compensatória, destinados a corrigir as desigualdades sociais resultantes dos desníveis de renda e a adoção de medidas para aumentar o número de pesquisadores na área de ciência e tecnologia.

g) o Seminário sobre «A Infância na Agenda do Desenvolvimento e da Democracia» foi realizado em Fortaleza, Ceará, nos dias 7 a 9 de junho. Os representantes governamentais que

dele participaram recomendaram aos Chefes de Estado e de Governo que assegurem os meios para que sejam implementados os Planos Nacionais de Ação (PNA), os quais deveriam ser incorporados às políticas nacionais de desenvolvimento. Solicitam ainda às agências e organismos internacionais e bilaterais de cooperação que dêem prioridade à concessão de recursos financeiros e técnicos necessários para a execução dos PNA.

h) o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – realizou, em São José da Costa Rica, nos dias 24 e 25 de junho, o seminário «Agricultura e Recursos Naturais: Fonte de Competitividade e Patrimônio dos Países Ibero-Americanos». Nele ressaltou-se a importância do desenvolvimento e da expansão da Agricultura para a superação da fome e da pobreza, principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável dos países latino-americanos. Destacou-se a necessidade de que seja intensificada a cooperação internacional no setor agrícola, por meio de programas que incluam recursos financeiros adicionais, transferência de tecnologia e medidas de liberação do comércio de produtos agrícolas.

i) no Rio de Janeiro, nos dias 28 a 30 de junho, realizou-se o seminário «Financiamento do Desenvolvimento», o qual identificou quatro desafios principais:

a) a incorporação dos setores de baixa renda no setor formal da econo-

mia, ampliando seu acesso ao emprego e ao consumo;

b) a superação das disparidades regionais no interior de cada país;

c) a adoção de políticas macroeconômicas e setoriais que promovam o aumento da competitividade no contexto do processo de globalização da economia internacional; e

d) a promoção do desenvolvimento sustentável. O documento final resalta a urgência da busca, em cooperação com instituições financeiras multilaterais e bilaterais, de maior acesso aos recursos oferecidos pelas economias desenvolvidas, preferencialmente em condições mais favoráveis e prioritariamente para atividades de desenvolvimento social.

j) o Seminário «Avaliação da Experiência com Iniciativas de Combate à Pobreza na América Latina» reuniu-se concomitantemente com o seminário «Financiamento para o Desenvolvimento». Como resultados, foram feitas recomendações no sentido de que os Governos:

i) assegurem ao combate à pobreza caráter prioritário em suas ações e na alocação de recursos;

ii) formulem e executem programas nacionais de longo prazo para a superação da pobreza;

iii) garantam a eficiência e a transparência no uso dos recursos destinados aos programas de superação da pobreza; e

iv) busquem a cooperação de organismos regionais e internacionais de crédito e promoção do desenvolvimento para programas nacionais de combate à pobreza.

l) em Salvador, no período de 4 a 7 de junho, foi realizado o Seminário «Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável», o qual reconhece a importância do conhecimento científico e tecnológico como fator de produção fundamental para a competitividade das economias ibero-americanas e da cooperação internacional nessa área. Foi enfatizado o papel decisivo que desempenha, para a cooperação, o recurso de mecanismo de gestão mo-

dermos, ágeis e transparentes, bem como a negociação de um acordo-quadro regional que dê fundamento político-jurídico a programas de desenvolvimento científico e tecnológico e reconheceram a importância de financiamentos internacionais para cooperação científica e tecnológica e, conseqüentemente, a necessidade de que se intensifiquem os esforços para ampliar as vias de acesso a esses financiamentos.

8. A terceira parte do documento final acolherá matérias que, não havendo recebido tratamento em Madri e Guadalajara, deverão ser mencionadas, ou aquelas cuja evolução mereça registro.

Angola

Aprovação de Resolução do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança aprovou por unanimidade na noite de ontem, dia 15 de julho, em sessão formal, a Resolução 851 que renova por dois meses o mandato de operação de paz da ONU em Angola, a UNAVEM II.

2. A resolução condena a UNITA pela continuação de suas ações militares contra o Governo de Angola e exige que aquele movimento aceite, sem reservas, os resultados das eleições democráticas de 1992 e cumpra o disposto nos Acordos de Paz.

3. Os termos do documento ontem aprovado, de um modo geral, são incisivos na condenação à UNITA. No texto, há solicitação aos Estados de evitar ações que pos-

sam, de forma direta ou indireta, prejudicar a implementação dos Acordos de Paz.

4. Ademais, o Conselho de Segurança indicou estar preparado a impor sanções amparadas na Carta das Nações Unidas, inclusive a aprovação de um embargo de armas e suprimentos à UNITA, caso, até 15 de setembro de 1993, a UNITA não tenha concordado com um cessar fogo e com a total implementação dos Acordos de Paz.

5. É fato digno de nota o grande consenso registrado no Conselho de Segurança com relação à necessidade de fortalecer os esforços do Governo democrático de Angola em terminar a guerra civil e em condenar a UNITA e instá-la a voltar à mesa de negociação.

Reunião de Consultas Brasil-EUA sobre propriedade intelectual ***Comunicado conjunto de imprensa***

Nos dias 19, 20 e 21 de julho do corrente, realizou-se no Itamaraty, em Brasília, reunião de consultas entre Brasil e Estados Unidos sobre propriedade intelectual.

2. A delegação do Brasil foi composta por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda, da Indústria, Comércio e Turismo, da Ciência e Tecnologia e da Cultura. A delegação dos Estados Unidos foi integrada por representantes do Escritório do Representante Comercial, do Departamento de Estado, do Departamento de Comércio, pelo Embaixador dos EUA em Brasília e outros funcionários da Embaixada dos EUA em Brasília. A reunião foi inaugurada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty.

3. O objetivo das consultas foi o de permitir um amplo intercâmbio sobre as questões relacionadas à proteção dos direitos

de propriedade intelectual, tanto no âmbito multilateral, como sobretudo no âmbito interno de cada país.

4. A agenda incluiu patentes, marcas, direito autoral e proteção de programas de computador, acesso de bens culturais ao mercado, topografia de circuitos integrados e segredos de negócio. Em todos esses itens foram examinados os termos dos instrumentos internacionais em negociação, em especial do relativo à propriedade intelectual (TRIPs) da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais e sua relação com as legislações nacionais.

5. As consultas dessa natureza revelaram-se exercício útil para o mútuo esclarecimento de questões específicas que incidem sobre as relações comerciais amplas, diversificadas e complexas. As realizadas nessa instância propiciaram intercâmbio extenso e profícuo, e transcorreram em clima franco e construtivo.

Presidente Itamar Franco após negociações para a conclusão da Rodada Uruguaí do GATT

O Brasil e os demais países do Grupo do Rio estão firmemente engajados para que as negociações sobre a conclusão da Rodada Uruguaí do GATT possam ser concluídas até 15 de dezembro.

Em reunião ministerial dos países do Grupo do Rio, realizada em Montevidéu, nos dias 16 e 17 do corrente, que contou

com a presença do Diretor-Geral do GATT, Senhor Peter Sutherland, decidiu-se que o Chanceler uruguaio, Sérgio Abreu, acompanhado por representantes da «troika» do Grupo do Rio (Brasil, Chile, Argentina) manteria contatos em Bruxelas (CEE), Tóquio e Washington, para fazer entrega do documento emanado do encontro, a «Declaração de Montevidéu»,

e divulgar a posição dos países latino-americanos sobre as negociações em curso.

Em desdobramento paralelo, o Presidente Itamar Franco está enviando cartas sobre o assunto a Chefes de Estado e de Governo de uma série de países desenvolvidos, bem como ao Presidente da Comissão da Comunidade Européia.

O Presidente Itamar Franco enfatiza a necessidade vital de conclusão satisfatória da Rodada Uruguai do GATT, com resul-

tados que levem em consideração os interesses dos países latino-americanos, em especial nas áreas de acesso a mercados, comércio de produtos agrícolas, criação de organização multilateral de comércio e sistema de solução de controvérsias.

A Rodada Uruguai tem importância fundamental para os países da América Latina. Seus resultados deverão transcender o campo comercial. Terão impacto notável sobre a própria conformação da ordem internacional nos anos futuros.

Operações de Paz Participação do Brasil

Realizou-se no Ministério das Relações Exteriores, conforme programado, a Segunda Reunião do Grupo de Trabalho criado pelo Senhor Presidente da República para examinar a participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas, dentro de uma estratégia voltada para dinamizar, mais ainda, a inserção e a atuação do país nos processos decisórios mundiais. Os órgãos envolvidos enviaram, no total, trinta representantes de alto nível.

2. As discussões foram orientadas no sentido de aprofundar a análise de uma agenda de trabalho que inclui, entre outros temas importantes, a necessidade de consolidar e atualizar a legislação vigente, a conveniência de melhor capacitar militares, policiais e civis a exercerem suas funções nas missões de paz, a oportunidade de se recuperar a memória bra-

sileira nesse campo e a indicação de pontos focais do Executivo, Legislativo e Judiciário a fim de acelerar o processo de exame dos pedidos de cessão de pessoal e equipamentos recebidos do Secretariado das Nações Unidas.

3. A ONU mantém cerca de 14 Operações de Paz em andamento, cinco das quais contam com a participação de brasileiros: Angola (UNAVEM-II), Moçambique (ONUMOZ), El Salvador (ONUSAL), Uganda/Ruanda (UNOMUR) e antiga Iugoslávia (UNPROFOR). O contingente total brasileiro colocado à disposição das Nações Unidas e da OEA, no período de 1989 a julho de 1993, monta a 342 voluntários militares, policiais e civis.

4. As reuniões do Grupo de Trabalho vêm permitindo um intercâmbio valioso

de opiniões e impressões entre os três Poderes a respeito das melhores modalidades de ação existentes para embasar uma participação mais intensa do Brasil nos dife-

rentes componentes das Operações de Paz. O exame da matéria prosseguirá no próximo dia 16 de agosto no Ministério das Relações Exteriores.

■

Tribunal Internacional de Arbitragem entre a República Argentina e a República do Chile para definir o percurso do traçado do limite entre o Marco 62 e o Monte Fitz Roy
Comunicado de Imprensa

Em cerimônia solene realizada em 16 de agosto de 1993, na sede da Comissão Jurídica Interamericana, no Rio de Janeiro, Brasil, e em cumprimento do compromisso arbitral firmado em 31 de outubro de 1991, os Agentes dos Governos argentino e chileno entregaram ao Presidente do Tribunal, Doutor Rafael Nieto Navia (Colômbia), na presença do Secretário do Tribunal, Rubem Amaral Júnior (Brasil), as respectivas Contramemórias. As memórias haviam sido entregues ao Tribunal em 31 de agosto de 1992.

Na cerimônia, estiveram presentes os Agentes da República Argentina, Susana Ruiz Cerutti, Frederico Mirré e Horacio A. Basabe e os Agentes da República do Chile, Javier Illanes Fernández e Eduardo Vío Grossi. Também participaram da cerimônia o Secretário do Comitê Jurídico Interamericano, Renato Ribeiro (Brasil); a Cônsul-Geral da Ar-

gentina no Rio de Janeiro, Susana Grané; Ignacio González Serrano, Cônsul-Geral no Rio de Janeiro e Chefe do Escritório da Agência Arbitral do Chile, e Marcelo Muñoz, do MRE do Chile.

O Tribunal está encarregado de resolver as diferenças entre os Governos argentino e chileno sobre o percurso do traçado do limite entre ambos países entre o Marco 62 e o Monte Fitz Roy, ao sul do Continente.

Durante a cerimônia, os Agentes ratificaram a confiança de seus Governos no Tribunal e no método escolhido para a solução do caso.

O Tribunal será composto por Rafael Nieto Navia, Presidente (Colômbia), Reynaldo Galindo Pohl (El Salvador), Santiago Benadava (Chile), Julio A. Barberos (Argentina) e Pedro Nikken (Venezuela). Seu Secretário é Rubem Amaral Júnior (Brasil).

O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas

No dia 28 de outubro passado, o Brasil foi eleito, com voto de 186 países, para um mandato de dois anos, membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em primeiro de janeiro último, o Brasil voltou a integrar, pela sétima vez, o Conselho de Segurança, órgão no qual esteve representado anteriormente nos períodos 1946/47, 1951/52, 1954/55, 1963/64, 1967/68, 1988/89. Estes sete mandatos transformaram o Brasil no país latino-americano que mais fez parte do Conselho. Incluídos os demais grupos regionais, apenas o Japão, com sete mandatos, e a Índia, com seis, dispõe de um histórico de participações equiparável ao brasileiro.

O Conselho de Segurança constitui o organismo internacional sobre o qual os fundadores das Nações Unidas depositaram as maiores esperanças, atribuindo-lhe a responsabilidade prioritária de atuar para garantir a paz e a segurança internacionais e, em última análise, evitar a repetição de trágicas conflagrações internacionais como as de 1914/1918 e 1939/1945.

Quinze membros compõem o Conselho, entre os quais cinco são permanentes (China, Estados Unidos, Federação Russa, França e Reino Unido) com direito de veto e dez são escolhidos alternadamente para mandatos bienais, de acordo com a seguinte distribuição geográfica: três africanos, dois asiáticos, dois ocidentais, dois da América Latina e Caribe e um da Europa Oriental.

Com tamanha responsabilidade, o Conselho de Segurança não poderia deixar de ter uma capacidade de atuação que lhe permitisse estar à altura de tarefas tão vitais para a Humanidade. Não há dúvida de que o Conselho constitui a instância de deliberação internacional que maiores condições possui para influir de forma determinante na vida dos Estados. De fato, são formidáveis os poderes que a Carta de São Francisco (instrumento legal constitutivo das Nações Unidas) atribui ao Conselho:

1) Trata-se do único órgão que, no âmbito das Nações Unidas, pode tomar decisões cujo cumprimento é rigorosamente obrigatório para todos os membros da Organização (Artigo 25 da Carta das Nações Unidas). As decisões da Assembléia Geral, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e da própria Corte Internacional de Justiça, por maior que seja o apoio de que desfrutem na comunidade internacional, têm, do ponto de vista estritamente jurídico, valor apenas recomendatório (o que não impede que tais decisões, como ocorre muitas vezes, constituam fatos políticos de primeira importância). À diferença dessas, as determinações do Conselho de Segurança são obrigatórias ou, como se costuma dizer no jargão técnico, juridicamente vinculantes.

2) Além de obrigatórias do ponto de vista legal, as decisões do Conselho de Segurança, nos casos em que sejam descumpridas por um ou mais Estados,

podem ser aplicadas de forma coercitiva, mediante a aplicação de sanções diplomáticas e econômicas e, em último caso, mediante o uso de força armada (conforme o capítulo VII da Carta).

É certo que, durante o período da «Guerra Fria», a confrontação ideológica mais ou menos explícita entre os EUA e a URSS (que, como membros permanentes, dispunham do poder de veto) limitou em muito a capacidade de atuação do Conselho. Com o fim desse clima, que no passado emperrou seus procedimentos e dificultou sua atuação, o Conselho de Segurança reveste-se de importância crescente e assume com renovado vigor sua competência e suas responsabilidades diante da Comunidade Internacional.

Confrontado com as principais situações de crise, como a invasão do Kuaite, o conflito na antiga Iugoslávia, a tragédia humanitária na Somália e a difícil situação em Angola, o Conselho de Segurança tem tomado decisões de notável relevância e amplo alcance.

Todo membro das Nações Unidas tem o direito de trazer à atenção do Conselho qualquer assunto que, a seu juízo, coloque em risco a paz e a segurança internacionais. Além disso, cabe ao Conselho recomendar à Assembléia Geral a admissão de novos membros e a expulsão ou suspensão de membros.

O Conselho se ocupa igualmente, por meio de Comitês específicos, da regulamentação e monitoramento da im-

plementação de sanções impostas a Estados membros.

Atualmente, um dos aspectos mais importantes do trabalho do Conselho envolve a definição de diretrizes relativas a casos específicos de Operações de Paz das Nações Unidas. Há, hoje em dia, entre Forças de Paz e Missões de observação, dezessete operações desse tipo em andamento, em diversos países de diferentes continentes, como por exemplo em El Salvador, Angola e Somália, Moçambique, Bósnia-Herzegovina, Iraque, Chipre, Líbano, Cambodja, Haiti, Ruanda, Geórgia e Libéria.

Em 1988, depois de quarenta anos de operações, as Forças de Paz das Nações Unidas receberam o prêmio Nobel da Paz, por relevantes serviços prestados à causa da paz mundial.

Mais de setenta mil homens estão envolvidos hoje em Operações de Paz das Nações Unidas. O Brasil, com a valiosa participação de observadores militares e policiais, está representado diretamente em várias dessas operações, na América Central (El Salvador), na África (Angola, Moçambique, Ruanda/Uganda) e na Europa (antiga Iugoslávia). Em Moçambique, o comandante das Forças de Paz é o General Lélío Gonçalves da Silva. A ONU-VEM-I (Angola) foi comandada pelo General Péricles Ferreira Gomes.

A Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas é ocupada rotativamente, por um mês, pelos países-membros, permanentes ou não, obedecida a ordem alfabética, em inglês.

Em conformidade com o regimento do Conselho, incumbe ao Presidente a responsabilidade de:

- a) convocar as reuniões do Conselho;
- b) aprovar as propostas de agenda para as reuniões do Conselho;
- c) presidir as sessões formais e informais do Conselho;
- d) representar o Conselho enquanto órgão das Nações Unidas, inclusive mediante declarações públicas sobre temas sob consideração no Conselho, sujeitas à aprovação prévia dos demais membros;
- e) decidir sobre questões relativas à ordem dos trabalhos.

A partir de primeiro de outubro, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Represen-

tante do Brasil junto às Nações Unidas presidirá o Conselho de Segurança.

No mês de outubro, prevê-se que o Conselho poderá examinar, entre outras questões, aquelas relativas à situação na Líbia, Moçambique, Somália, Angola, Ruanda, África do Sul, Sahara Ocidental, Cambodja, Iraque, Oriente Médio, Geórgia, Chipre e Haiti.

No período de janeiro a agosto de 1993, a Delegação do Brasil interveio, no Conselho de Segurança, onze vezes sobre questões da antiga Iugoslávia, cinco sobre Angola, três sobre o Haiti, duas sobre o Iraque, duas sobre Moçambique, duas sobre Nagorno-Karabakh, duas sobre a Somália, duas sobre a Libéria, uma sobre o Cambodja, uma sobre a Coréia do Norte e uma sobre Ruanda.

Cartas enviadas pelo Senhor Presidente da República, Itamar Franco, aos líderes sul-africanos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz de 1993, Frederik de Klerk e Nelson Mandela

A Sua Excelência o Senhor
Nelson Mandela,

Presidente do Congresso Nacional
Africano

Foi com emoção que recebi a grata notícia da outorga a Vossa Excelência do Prêmio Nobel da Paz de 1993. Trata-se do justíssimo reconhecimento do notável esforço para conduzir a África do Sul à democracia plena e multirracial.

A longa e infatigável luta que Vossa Excelência e o Congresso Nacional Africano vêm empreendendo para devolver ao

povo sul-africano a liberdade e a cidadania sempre contou com a irrestrita solidariedade do Brasil.

Queira receber, portanto, Senhor Presidente, em meu nome e no do povo brasileiro, esta mensagem de felicitações, que estendemos a todos os sul-africanos que tornaram possível este momento de especial significação para a África e para toda a comunidade internacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e consideração.

Itamar Franco
Presidente da República Federativa do
Brasil

A Sua Excelência o Senhor
Frederik W. de Klerk,
Presidente da República da África do Sul

Foi com alegria que recebi a grata notícia da outorga a Vossa Excelência do Prêmio Nobel da Paz de 1993. Trata-se de justíssimo reconhecimento do notável esforço para conduzir a África do Sul à democracia plena e multirracial, apesar dos obstáculos surgidos, os quais têm sido superados com determinação e habilidade.

Coube a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o indiscutível mérito de ter tomado as corajosas decisões que deram início ao auspicioso processo de eliminar o regime do *apartheid*, o qual devolverá a plena democracia à maioria do povo sul-africano e reintroduzirá a África do Sul na Comunidade Internacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e consideração.

Itamar Franco
Presidente da República Federativa do
Brasil ■



Artigos de jornais

O Brasil e a nova ordem mundial (*Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1993)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Tornou-se moda nos círculos acadêmicos, em função sobretudo dos trabalhos de Francis Fukuyama, falar-se do fim da História. Mais recentemente, esta voga se tem traduzido na noção de que se criou ou estaria em vias de criar-se uma nova ordem internacional, que anunciará uma era de paz e estabilidade.

São bem conhecidos os traços da nova estrutura de poder, que emergiu do final da Guerra Fria. Entre eles estão o fim da bipolaridade e a afirmação hegemônica de uma das superpotências, agora sem rival. A esta realidade de poder correspondeu também, com a derrocada do comunismo, importante mudança no plano das idéias políticas, de tal sorte que a hegemonia veio unguida de uma aparente legitimidade. Paradoxalmente, os mecanismos nem sempre transparentes e certamente pouco democráticos do Conselho de Segurança das Nações Unidas serviram para validar, mais uma vez, o aforismo de Pascal sobre a força e a justiça. A Guerra do Golfo pareceu ser a epítome desses processos, indicando que a «nova ordem» viera para ficar.

Na realidade, há razões para crer que estamos passando por um período de transição, por um rito de passagem entre duas

estruturas, cuja duração é impossível precisar. Em primeiro lugar, à hegemonia política não corresponde tão claramente a hegemonia econômica. Ao passo que, do ponto de vista militar, não há hoje rivais à altura da superpotência remanescente (até por inapetência de alguns); no plano econômico, a evolução das últimas décadas gestou uma situação em que surge não um único centro de poder, mas pelo menos três. As dificuldades de concluir a «rodada Uruguai», pelas resistências da Comunidade Européia (mas também do Japão) em absorver certos aspectos de uma agenda essencialmente ditada pelos Estados Unidos ilustram essa contradição.

Por outro lado, a capacidade de gerenciar crises revelou-se limitada. Situações complexas, onde a determinação do vilão ou dos meios de combatê-lo era mais difícil, sugerem que a «nova ordem» em muitas regiões mais se assemelharia a uma grande desordem. O que se passa em algumas das ex-repúblicas da União Soviética, na Bósnia, na Somália e no Haiti, para citar alguns casos, despertou ceticismo e desfez ilusões. Assim, o tão anunciado «fim da História» e a era de paz que se lhe seguiria se viram abalados pelo ressurgimento de

conflitos radicados em sentimentos particularistas que se supunham definitivamente superados. Do lado positivo, o aperto de mão entre Itzac Rabin e Yasser Arafat e a outorga do prêmio Nobel da Paz a Frederik de Klerk e Nelson Mandela têm igualmente valor emblemático, deste fim de século, ao anunciar que a História está talvez começando, após uma longa, escura e turbulenta pré-História. Assim, o novo e o velho convivem em busca de uma síntese filosófica.

Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, a nova estrutura de poder encerra elementos preocupantes. Se, por um lado a afirmação da democracia e dos direitos humanos como valores universais deve ter seus êxitos festejados, a realidade posterior à Guerra Fria ainda não permitiu que se superassem as dicotomias que separam os mais ricos dos mais pobres. Desequilíbrios em nível mundial somam-se às disparidades internas, levando a que as diferenças entre os mais abastados e os mais miseráveis assumam proporções intoleráveis num mundo crescentemente unido pela onipresença dos meios de comunicação. O abismo entre Mogadíscio e o Waldorf Astoria não se resolverá por barreiras à imigração e por intervenções militares, ainda que humanitárias.

O grande risco que encerra a nova estruturação de poder é o enrijecimento da dicotomia Norte-Sul, que pode ser agravada por práticas que marginalizam os países em desenvolvimento das grandes decisões. Diretórios restritos, de natureza formal (como o Conselho de Segurança) ou informal (como o Grupo dos Sete) ameaçam seriamente a legitimidade sem a qual

nenhuma ordem pode ser qualificada como tal.

Como toda transição, o processo de configuração de um novo ordenamento internacional encerra riscos, mas também oportunidades. Impõe-se um esforço vigoroso para a democratização das relações internacionais, em consonância com o amplo consenso que hoje se verifica em torno da democracia representativa. A percepção quase universal da necessidade de atualizar a composição do Conselho de Segurança da ONU, dotando-o de maior representatividade e diminuindo o desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é motivo de expectativa positiva. Também constituem razão de estímulo as novas tendências do desarmamento, com o crescente papel das instâncias multilaterais de negociação e o reconhecimento, ainda que incipiente, de que garantias de não-proliferação e acesso ao comércio de bens e tecnologias necessários ao desenvolvimento são faces de uma mesma moeda. O mesmo se pode dizer do consenso que se vai formando no sentido de que, se os direitos humanos são universais e nenhuma desculpa é boa para justificar a violação, é igualmente verdadeiro que sua vigência plena depende da concretização do direito ao desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, somente a inserção dinâmica dos países em desenvolvimento nos grandes fluxos de comércio e de transferência de tecnologia permitirá aumentar seu quinhão nos frutos do progresso. Nesse sentido, é de fundamental importância o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, em moldes

abertos e flexíveis, assim como uma conclusão rápida e equilibrada da Rodada Uruguai do GATT, sem discriminações ou imposições.

O fracasso da «rodada Uruguai» pode instaurar um período de conflitos e incertezas no qual os países em desenvolvimento dificilmente poderão sair ganhadores. Tal hipótese, entretanto, não pode ser descartada, e os países em desenvolvimento têm que estar preparados para «pensar o impensável». Tal desafio será tão mais importante quanto menor for a possibilidade para um país de realizar apostas únicas ou quase únicas. Este é justamente o caso do Brasil, cujo comércio exterior se distribui de forma quase homogênea pelas várias regiões e áreas econômicas e que, portanto, tem um marcado interesse no fortalecimento do sistema multilateral. Assim, os esforços que temos feito a nível regional e sub-regional são complementares e não substitutivos de nosso empenho no comércio global.

No âmbito sub-regional, estamos decididamente empenhados na consolidação do Mercosul. Recentemente, em Santiago, por ocasião da reunião de cúpula dos países do Grupo do Rio, o Presidente Itamar Franco lançou a proposta de constituição de um Espaço Econômico Sul-Americano, que congregaria o Mercosul, o Pacto Andino e a Iniciativa Amazônica, além do Chile, com a formação de uma Zona de Livre Comércio da América do Sul em dez anos.

O Mercosul e a Zona de Livre Comércio da América do Sul são formas realistas de melhorar a competitividade de nossas

indústrias. Possibilitarão, ao mesmo tempo, o aumento do poder de barganha dos países envolvidos com relação a outros grupos econômicos. Essas iniciativas, que não são contraditórias com a liberalização do comércio global, podem revelar-se vitais na hipótese não desejada de colapso do sistema multilateral, que necessariamente levaria a uma multiplicidade de relacionamentos bilaterais ou plurilaterais.

Assim, o que vemos é um conjunto de tendências muitas vezes contraditórias que conformam uma realidade fluída e cambiante. Dificilmente resultará de tais tendências uma estrutura organizada em torno de um único princípio ordenador, como foram o equilíbrio de poder dos séculos 17 a 19 ou, mais recentemente, a bipolaridade. Parece certo que na nova ordem que venha a emergir deste jogo de forças múltiplas, o papel das Nações Unidas e dos organismos multilaterais terá importância crescente, assim como tenderá a aumentar o peso dos grupos econômicos regionais e sub-regionais.

Trata-se, em resposta a esses desafios, de contribuir para que a nova ordem que se está forjando corresponda às nossas aspirações, tornando-a democrática, estável, desarmada, respeitosa da soberania dos Estados e comprometida com o desenvolvimento material e sustentável de todas as nações. O Brasil tem um papel a desempenhar neste processo. Para isso importa que não sejamos meramente reativos a uma agenda traçada de fora, mas que estejamos em condições de definir a nossa própria agenda internacional.

Extradição e impunidade

(Jornal do Brasil, 7 de novembro de 1993)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

A preocupação com a idéia do bom governo é tão velha quanto a organização política das sociedades. Já na Grécia Antiga cristalizaram-se doutrinas sobre as regras e os princípios em torno dos quais os seres humanos deveriam organizar a escolha de seus governantes e o modo de operação do poder. Desde a célebre passagem de Heródoto sobre a sucessão de Cambises, rei da Pérsia, passando por Aristóteles e Platão, e, mais modernamente, por Montesquieu e os autores americanos do Federalista, se discute a melhor forma de organizar o Estado. O debate, essencialmente de natureza constitucional, segue em aberto, como temos visto, inclusive no Brasil, na discussão entre parlamentares e partidários do sistema presidencial.

Recentemente, a comunidade das nações e, especialmente, os países anglo-saxões têm abordado a questão por um ângulo novo. Aceita a premissa de que a democracia representativa (presidencial ou parlamentar) é o paradigma a ser mantido ou buscado, a preocupação muda de enfoque e, para isso, cunhou-se uma nova expressão: *good governance*, que, seguindo os parâmetros do *Aurélio*, poderia ser traduzida como «boa governança» ou «boa governação». Diferentemente do «bom governo», a ênfase aqui não é tanto na forma de escolha dos governantes ou na

estrutura do Estado, cujos princípios são dados por assentes, mas nos padrões que orientam a gestão da coisa pública. Trata-se de assegurar que tais padrões se inspirem em princípios éticos e administrativos que permitam que o Estado seja, efetivamente, posto a serviço da sociedade e de seus interesses. «Boa Governança» distingue-se, portanto, de «bom governo». Na verdade, a boa governança seria, antes, uma atitude que um governo pode ou não desenvolver, independentemente da sua forma de escolha e de sua estrutura, diante da realidade sobre a qual atua. Ela implica, sobretudo, um claro compromisso por parte dos governantes com a retidão política e administrativa, a ética e a eficiência dos mecanismos do Estado. Se a democracia representativa é o pressuposto da «boa governança», ela não é evidentemente uma condição suficiente.

Durante reunião, em nível de Chefes de Governo, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, realizada em 31 de janeiro de 1992, o primeiro-ministro britânico, John Major, que presidia o encontro, disse, em seu discurso, que «a boa governança não é um luxo. É a pedra angular sobre a qual se edifica uma sociedade estável e próspera, que, por sua vez, está essencialmente alicerçada na paz e na segurança internacional».

É certo que o conceito que ora examinamos aparece, por vezes, no contexto internacional, eivado de um viés paternalista. Alguns países com maior tradição e estabilidade democrática poderiam tentar determinar o que seria *good governance* e dar lições a respeito. Poderiam, também, identificar a sua ausência em algum país, e eventualmente, propor medidas ou políticas para que ela seja restaurada, através de novas condicionalidades e limitações à cooperação internacional. Na verdade, idéias e políticas intervencionistas servem pouco aos interesses dos próprios Estados poderosos e encontram justificadas resistências de grande parte da comunidade internacional.

O núcleo do conceito de boa governança, porém, traz idéias que são positivas para ricos e pobres. Interessam tanto aos países do Sul quanto aos do Norte a preservação e a promoção de valores éticos na administração pública, o combate à impunidade, a preservação dos direitos e garantias individuais e a preocupação com os mais necessitados, dentre outros valores.

Esses princípios orientam a ação do governo do presidente Itamar Franco. Por respeito à Justiça e para lograr julgar o Senhor Paulo César Farias pelos crimes a ele imputados, o Governo brasileiro solicitou ao Reino Unido sua extradição. Esse conhecido instituto do Direito Internacional foi definido, nas palavras do emérito jurista Celso D. de Albuquerque Mello, como sendo «o ato por meio do qual um indivíduo é entregue por um Estado a outro, que seja competente a fim de julgá-lo e *puni-lo* (grifo meu).

O compromisso do Governo brasileiro com a ética e a moralidade é plenamente percebido fora do Brasil, e em termos muito concretos. Bem o demonstra a rapidez com que o governo britânico acolheu o pedido brasileiro. Tecnicamente, o Senhor Paulo César Farias é, hoje, e até que se apresente voluntariamente ou seja preso por ação policial, um foragido da Justiça também na Grã-Bretanha. Como nós, o Reino Unido compromete-se com a idéia, alicerçada em genuíno respeito à ética, de que os Estados devem cooperar ativamente para que a justiça seja aplicada. A par da eficiente ação diplomática, isso explica igualmente, creio, a especial atenção que as autoridades britânicas deram a nossa solicitação e pela qual o povo e o governo do Brasil são reconhecidos.

A pronta conclusão de um entendimento entre os dois governos, com vistas à detenção e posterior extradição do Sr. Paulo César Farias, constitui demonstração do desejo mútuo – de brasileiros e britânicos – de aprofundar essa cooperação em benefício da moralidade pública. Os britânicos acolheram as ponderações brasileiras e, diante da realidade dos fatos, concordaram em solicitar à sua Justiça a extradição. Sugeriram, ainda, que fosse firmado acordo de extradição, para que, no futuro, a ação da Justiça se faça de modo mais expedito e fluido. Essa proposta foi prontamente aceita pelo governo do Brasil.

Tanto no que diz respeito à violação de Direitos Humanos quanto no que toca aos crimes de corrupção – e a apropriação

ilícita de recursos públicos, sobretudo em um país onde a pobreza e a carência ceifam vidas humanas, equipara-se às mais graves violações dos Direitos Humanos – é preciso quebrar o ciclo da impunidade. Confiamos que, ao julgar a extradição propria-

mente dita, a Justiça britânica permita pôr em prática os melhores princípios da *good governance*, habilitando as autoridades brasileiras a, num caso de valor emblemático para toda a sociedade brasileira, quebrar esse ciclo perverso.

Quarenta anos de amizade
(*O Globo*, 21 de novembro de 1993)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

As relações entre Brasil e Portugal englobam hoje novas realidades. São elas produto não apenas de redefinições no quadro geral das relações internacionais, mas, também, dos novos compromissos assumidos nos respectivos espaços regionais. Desde 1986, com a adesão à Comunidade Européia, Portugal está redesenhando o seu futuro, ao passo que o Brasil, movido pelo entusiasmo da redemocratização, procura construir à sua volta novas avenidas de integração compatíveis com o seu perfil de país continental e multifacetado.

Não surpreende nesse contexto que, aos laços históricos entre Brasil e Portugal, sejam hoje acrescidas outras formas de contato. Da mesma maneira, não é motivo para admiração que papéis estabelecidos no passado ganhem outros contornos, para formar uma nova comunhão de interesses. A constatação de que estamos ingressando em uma nova fase do relacionamento bilateral não compromete, entretanto, a excelência que sempre o caracterizou, apenas constitui motivo para um exercício de reflexão sobre as melhores opções para o nosso futuro.

A necessidade dessa reflexão se dá precisamente no momento em que o Brasil e Portugal comemoram o 40º aniversário do Tratado de Amizade e Consulta, monumento das relações privilegiadas e princi-

pal expressão da conjugação de interesses e afinidades que, desde 1500, entrelaçou o destino dos dois países. Para os festejos deste aniversário, veio ao Brasil importante delegação oficial portuguesa, chefiada pelo Secretário de Estado das Comunidades, Dr. Luis Manuel da Costa Sousa de Macedo, e integrada, como convidado especial do Governo brasileiro, pelo embaixador Antonio de Faria, a quem coube, na qualidade de chefe da representação diplomática de Portugal no Rio de Janeiro, assinar, juntamente com o professor Vicente Ráo, em 16 de novembro de 1953, o instrumento que hoje comemoramos.

O Tratado de Amizade e Consulta foi produto de negociações que pretendiam conceder reciprocamente aos «povos irmãos» um tratamento especial que os equiparasse «aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comercial, econômica, financeira e cultural». Tratava-se, portanto, do reconhecimento explícito de um movimento espontâneo nas relações bilaterais, que resultava não apenas das profundas identidades histórico-culturais, mas também do contínuo fluxo migratório de Portugal para o Brasil, estimado em cerca de dois milhões de pessoas entre o período da independência até o início dos

anos 60. Foi nesse sentido que o Tratado consagrou a liberdade de movimentos entre os dois países, garantindo «a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil aos nacionais da outra parte...».

Além de reconhecer a existência de um movimento extra-oficial nas relações bilaterais, o tratado de 1953 também veio formalizar uma forte vocação pelo entendimento e pela cooperação entre os dois governos. Nesse sentido, estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, um mecanismo de consulta política, com vistas à coordenação de posições internacionais, bem como ao estabelecimento de novos incentivos ao intercâmbio bilateral. Seguiram-se, entre outros, o Acordo de Isenção de Vistos de 1960, os Acordos de Cooperação Cultural, Econômica e Comercial de 1966, a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, em vigor desde 1972 e, mais recentemente, o Acordo Quadro de Cooperação, que criou entre inúmeros mecanismos, as reuniões de cúpula entre chefes de governo, inauguradas em 1991, com a visita ao Brasil, em maio daquele ano, do professor Cavaco Silva.

As identidades culturais, o fluxo migratório e a vontade manifesta dos dois governos formaram o conjunto de razões responsável pelo surgimento de uma significativa dimensão portuguesa na vida brasileira. Além do engenho de ilustres portugueses no desenvolvimento da indústria e do comércio em nosso país, cerca de 160 associações, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, agrupadas, desde

1931, na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, edificaram o que o Tratado de 1953 cunhou de «Comunidade Luso-Brasileira», cujo vigor contribuiu positivamente para o desenvolvimento da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que conferiu estabilidade às relações bilaterais e um forte sentido de responsabilidade pela preservação do patrimônio comum.

Hoje, Brasil e Portugal exibem uma face mais madura. Sem perder o idealismo, ultrapassaram o romantismo, diversificaram seus interesses e aumentaram suas esferas de atuação regional e internacional. Sobreviveu, não obstante, o sentido da irmandade, formado no movimento espontâneo de integração entre as duas nações. Este ganhou, é verdade, novos adereços. Ao contrário do que ocorria no passado, a adesão de Portugal à Comunidade Européia inverteu a direção no fluxo migratório. São hoje os brasileiros que, em maior número, procuram as fronteiras lusitanas, que levam para Portugal o seu engenho, a sua modernidade e sua vontade de estabelecer novos e mais sólidos parâmetros de cooperação.

Lá estamos contribuindo com um país renovado nas suas expectativas. Novas e importantes bases foram lançadas para o intercâmbio científico e tecnológico. Em 1990, chegamos à posição de quinto maior investidor na economia portuguesa, o primeiro não-comunitário, com recursos aplicados na formação de *joint ventures* tanto na área financeira e comercial quanto no campo das indústrias de autopeças, estruturas metálicas, papel e celulose, bene-

ficiamento agrícola, telecomunicações e muitas outras. Tudo isso sem esquecer o forte influxo nas correntes culturais, que faz dos produtos brasileiros na música, nas artes plásticas e cênicas, na televisão, na literatura e em muitas outras formas de expressão um elo a mais na estreita ligação que nos une. Recordando palavras do embaixador Antonio de Faria, em almoço que lhe ofereceu o embaixador José Aparecido de Oliveira, por ocasião de sua data natalícia, «é inegável que a presença de Portugal na CE possui uma forte dimensão brasileira».

Os problemas episódicos, que nunca chegaram a contaminar o conjunto do relacionamento bilateral, são componentes naturais de uma relação amadurecida, em que os interesses deixaram de ser puramente filosóficos para abranger um universo mais real e complexo. As chancelarias dos dois países, justamente porque gozam de uma intimidade possivelmente inigualável entre Chancelarias estrangeiras, estão devidamente aparelhadas para conduzir a bom termo essas questões e superar os acidentes de percurso. Conforme declarou o Dr. Manuel Costa de Sousa Macedo, em discurso que proferiu no Palácio das Necessidades, em 22 de Abril passado, durante as comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, «as forças centrípetas que nos aproximam – per-

manentes e profundas – prevalecerão sempre sobre as forças centrífugas e passageiras que nos podem afastar». O desafio do momento é saber em que medida devemos ajustar os atuais compromissos bilaterais de modo a que melhor possa servir às futuras gerações de portugueses e brasileiros.

O Tratado de Amizade e Consulta é uma obra perfeita, mas não esgota o potencial das nossas relações. Com a independência dos cinco países africanos de língua portuguesa, alargou-se consideravelmente o patrimônio da lusofonia, assim como ampliou-se a responsabilidade pela sua preservação. O aniversário que hoje comemoramos é pois uma oportunidade singular para que voltemos a refletir sobre a necessidade de institucionalizarmos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a ela atribuindo as funções de zelar pelo futuro da nossa língua, pela boa concertação das nossas políticas, pelo aperfeiçoamento da nossa cooperação e pelo exercício de uma nova expressão de poder na cena internacional. A língua de Camões e Pessoa, que também é de Machado de Assis, Guimarães Rosa, Luandino Vieira, José Craveirinha, Vasco Cabral, Alda Espírito Santo e Baltasar Lopes da Silva, constitui, «de fato», ou «de facto», o elo primaz, vivo e indissolúvel que une os nossos destinos.

Caminho da integração
(Folha de S. Paulo, 17 de dezembro
de 1993)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

O processo de integração do Mercosul, lançado em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção, tem avançado celeremente, mas em bases seguras. Estamos a um ano do estabelecimento de uma área de livre comércio entre os quatro países que o assinaram, e da implantação de uma união aduaneira que levará a uma política comercial comum em relação a terceiros países. Ultrapassada essa fase de transição, avançaremos em direção ao objetivo final do Tratado de Assunção, um mercado comum em sua acepção plena.

Muito já se fez, na moldura do tratado, tanto no campo do incremento das correntes de comércio intra-Mercosul quanto no da compatibilização de características internas dos quatro parceiros. Há 11 subgrupos de trabalho, compostos de especialistas em áreas diversas, que vão desde a agricultura até as relações trabalhistas, que têm-se dedicado, em programa de intensa atividade, à tarefa de identificação de assimetrias e de proposição conjunta de políticas ou normas comuns.

Esse trabalho mobiliza literalmente centenas de funcionários dos órgãos da administração direta e indireta dos quatro países, de representantes de governos estaduais ou departamentais, e de diversas entidades da sociedade civil, em um esfor-

ço coordenado, mas transparente e participativo. Os frutos já são muitos, e de altíssima qualidade.

No que se refere ao fluxo do comércio, já é sabido que, desde os primórdios do Mercosul, seus mecanismos liberatórios exerceram benéfica influência sobre as trocas entre os quatro parceiros. A título de exemplo, pode-se mencionar que a participação dos outros três integrantes do Mercosul nas exportações brasileiras passou de 4% em 1990 para 11,4% em 1992 e para 12,4% no primeiro semestre do corrente ano.

Com a progressiva realização dos objetivos do tratado, e com o notável incremento do intercâmbio comercial, alguns setores sentem-se prejudicados ou ameaçados nos quatro países do Mercosul. Trata-se, em geral, de temores quanto à concorrência de setores homólogos nos países-parceiros, que se esvaem quando se examinam dados ou perspectivas concretas, ou quando há um esforço para ultrapassar ineficiência. Muitas vezes, porém, as inquietações se vocalizam em um questionamento geral dos objetivos integracionistas, de seus pressupostos, e de seu encaminhamento.

Caberia, antes de mais nada, deixar claro que o Tratado de Assunção não tem

a pretensão de solucionar todos os problemas econômicos de seus signatários, e nem mesmo o de determinar todas as etapas do processo de integração. Na Europa, 40 anos após o Tratado de Roma, continua-se a negociar – às vezes duramente – diferentes aspectos do aprofundamento da Comunidade Econômica Européia, e nem por isso se pode dizer que a iniciativa tenha sido um fracasso. Pelo contrário, sabemos todos que a integração européia, hoje uma «história de sucesso», teve suas bases no Tratado de Roma, mas foi-se construindo ao longo de um processo negociador complexo que, muitas vezes, pareceu dar a impressão de estiolar-se no impasse, ou de encontrar barreiras intransponíveis.

Da mesma forma, o processo de negociação no Mercosul atravessará por vezes dificuldades – e algumas delas profundas – que poderão dar a impressão de que o processo integracionista estaria fadado ao insucesso. Nada menos correto. São tão grandes as vantagens desse processo que ele próprio se imporá, independentemente até mesmo da ação governamental. Seu ritmo poderá sofrer alterações, mas evidência do valor da integração imporá sua continuação.

Além de suas implicações puramente comerciais, o Mercosul tem o papel estratégico de reforçar o entendimento entre

países vizinhos, um dos objetivos primordiais de nossa política externa. Essa dimensão do Mercosul, muitas vezes pouco valorizada, só pode ser devidamente avaliada se comparamos as boas relações existentes entre os quatro parceiros com o quadro de conflitos no cenário econômico internacional.

O Mercosul tem também um valor didático. Antecipa, no sul do continente, os efeitos da crescente exposição da economia brasileira à concorrência, preparando o setor privado para o grande desafio da inserção aprofundada em mercados muito mais competitivos do que os existentes no Mercosul. E tem valor didático também para o setor público, à medida que o habilita a preparar-se em relação a novos temas que, sem qualquer dúvida, estarão na pauta das negociações econômicas internacionais.

Por fim, deve-se salientar que o Mercosul deixou claro, desde o início, que não pretendia ser um bloco fechado. Seria um primeiro momento que, oportunamente, poderia estender-se a toda a América do Sul, ampliando os objetivos integracionistas a toda a região e magnificando as vantagens dele decorrentes. Esse é o sentido da proposta do presidente Itamar Franco, durante a Cúpula do Grupo do Rio em Santiago.

***Brasil-Estados Unidos:
percepções e realidades***

*(Jornal do Brasil, 23 de dezembro
de 1993)*

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Quando as relações entre Estados Unidos e Brasil são vistas em perspectiva, historiadores e analistas políticos são confrontados com um paradoxo. No início dos anos 70, o Brasil vivia sob um regime autoritário, os direitos humanos não eram respeitados, o protecionismo era a pedra de toque da política econômica e, no campo da segurança internacional, a adesão a acordos de não-proliferação era deliberadamente evitada.

Entretanto, as relações Brasil-Estados Unidos naquela época eram percebidas como excelentes, a tal ponto que alguns críticos chegaram a rotular a postura internacional do Brasil como «subimperialista». Houve até aquela frase famosa de um presidente norte-americano, que disse que, para onde o Brasil se inclinasse, o resto da América Latina seguiria. Advertidamente ou não, a afirmação causou muitos mal-entendidos e foi uma fonte de problemas para nossa diplomacia. Mas expressava de maneira eloqüente a percepção que os Estados Unidos tinham do papel desempenhado pelo Brasil e enfatizava o alto nível das relações entre os dois países.

Vinte anos se passaram e o Brasil é hoje um país plenamente democrático, com uma imprensa livre e vigorosa e ati-

vos movimentos da sociedade civil. Violações de direitos humanos – frequentemente subprodutos de problemas sociais – são firmemente combatidas pelo governo. Transparência total é assegurada quando se lida com essas questões. Reformas estruturais profundas no sentido de liberalização econômica e da privatização substituíram as velhas práticas protecionistas. O firme compromisso do Brasil com o desarmamento e a não-proliferação tornou-se um tema central de nossa política externa, o que se expressou na assinatura de vários acordos internacionais relativos ao uso pacífico da energia nuclear e à proscricção das armas de destruição em massa.

Apesar de todas essas mudanças, que, na realidade, aproximam o Brasil dos valores defendidos pelos Estados Unidos, parece haver uma forte percepção de que as relações bilaterais mudaram para pior. Há um sentimento generalizado no Brasil de que somos vistos pelo público norte-americano muito mais como um «problema» do que como parceiro importante e digno de confiança. Grande ênfase é colocada em contenciosos comerciais, em aspectos específicos da situação dos direitos humanos ou das questões ambientais, sem a contrapartida das medidas tomadas. No campo econômico, recebemos a clara

mensagem de que todos os esforços que têm sido feitos não são suficientes e, mais do que concentrarem suas atenções nos noventa por cento de resultados já obtidos, os norte-americanos parecem preferir enfatizar os outros dez por cento que ainda estariam por fazer-se. A questão da propriedade intelectual é um típico exemplo.

Aparentemente, nossas realizações nessas áreas não são compreendidas nem refletidas em atitudes concretas e positivas. Abrimos nossa economia, mas não nos foi concedido, a não ser muito marginalmente, melhor acesso para nossos principais produtos de exportação no mercado norte-americano (contrariamente a uma das promessas fundamentais do discurso da *Iniciativa para as Américas* do presidente Bush). Apesar do fortalecimento da democracia em nosso país e dos esforços do governo em punir violadores de direitos humanos, continuamos a ser objeto de escrutínio sem precedentes e de críticas simplistas por parte da imprensa e da opinião pública norte-americanas. Nosso compromisso firme com a não-proliferação e o desarmamento não tornou nosso acesso à alta tecnologia mais fácil.

Alguns aspectos conjunturais da nossa realidade são focalizados com grande atenção, mas o essencial parece escapar. O fato mais importante na história brasileira recente é certamente a luta pela consolidação da democracia, um processo que, sob a liderança do presidente Itamar Franco, tem sido reforçado por sólida dimensão ética. A seqüência de acontecimentos que levou ao voto do *impeachment* pelo Congresso em 1992 e as investigações sobre

acusações de corrupção em curso no Congresso estão na raiz de uma verdadeira revolução, de grande conseqüência para a cultura política brasileira. Os brasileiros estão promovendo mudanças estruturais abrangentes, que, em nossos dias, podem ser apenas comparadas à campanha da Operação Mãos Limpas na Itália. Sob o impacto de uma opinião pública cada vez mais participativa, nosso sistema político está sendo sacudido e não será mais o mesmo. Estamos nos encaminhando a uma sociedade ainda mais democrática, com maior consciência social, a ser construída sobre valores morais mais fortes. Os pilares da impunidade, inclusive dos poderosos, já começaram a ruir.

O Brasil procura resolver seus problemas macroeconômicos em uma atmosfera livre, democrática e pluralista. Estamos enfrentando nossas dificuldades sem recurso a mágicas ou ilusionismos. Repudiamos a tentação autoritária de fórmulas tecnocráticas, que sempre impõem maiores sacrifícios aos segmentos mais vulneráveis da população. O presidente Itamar Franco e a sociedade brasileira escolheram um caminho diferente, talvez mais complexo e árduo, mas certamente um caminho que pode ser sustentado por um quadro democrático consensual e duradouro. Muitas das críticas que se lêem e se ouvem revelam não haver compreensão destes fatos.

Há outros aspectos que têm impacto significativo no relacionamento Brasil-Estados Unidos. O Brasil pode ser caracterizado por um traço constante: é um país naturalmente inclinado à paz. Suas ações

externas são previsíveis e confiáveis. Essas qualidades habilitaram-nos a manter, por um século, relações harmoniosas com todos os nossos vizinhos na América do Sul. Nossa vocação para relacionamento cooperativo e não hegemônico se projeta também para outras regiões, notadamente para a África. Além disso, não vivemos nenhum conflito em virtude de raça, cultura ou crenças religiosas. Isso é particularmente relevante em tempos em que o ressurgimento de ódios étnicos põe em perigo as vidas de tantas pessoas no mundo. Essas são qualidades de que nos orgulhamos e certamente representam uma contribuição para a paz e a segurança mundiais. Mesmo em termos econômicos, essa combinação única de ambiente pacífico e estável, nos planos interno e internacional, pode provar ser uma «vantagem comparativa» para potenciais investidores.

No momento em que o governo Clinton volta as suas vistas para a América Latina, é importante ter presente que cooperação e segurança no hemisfério também dependem da preservação e da melhoria das relações baseadas na confiança mútua entre o Brasil e os Estados Unidos. O Brasil tem uma importância estratégica reconhecida como centro de irradiação de valores e idéias, com forte impacto em várias partes do mundo e que se refletem em todos os foros internacionais. Concebemos a democracia como única forma de governo que permite, no plano interno, relações sociais dinâmicas e criativas e que pode assegurar, no plano externo, a coexistência entre diferentes povos. Consideramos a observância dos direitos hu-

manos como uma lei universal, não sujeita a particularismos de nenhum tipo, culturais ou outros. Como os Estados Unidos, o Brasil acredita em um sistema multilateral de comércio aberto. Demos importante contribuição à recém-concluída «Rodada Uruguai». O Brasil é um *global trader*. As iniciativas regionais que desenvolvemos na América Latina e a que damos tanto valor, como o Mercado Comum do Sul – Mercosul –, a Iniciativa Amazônica e a Área de Livre Comércio da América do Sul recentemente proposta, assim como nossas possíveis relações futuras com o Nafta devem ser vistas sob essa luz. A integração regional deve fortalecer o sistema internacional de comércio e não ser substituto deste.

No contexto mais amplo da ordem internacional pós-Guerra Fria, Brasil e Estados Unidos compartilham princípios e objetivos básicos, que nos têm dado oportunidades promissoras de cooperação. Nossa participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas é um bom exemplo. Estamos passando por um período de mudanças radicais no cenário internacional, que traz a promessa de melhores dias, mas que exige reflexão madura e intercâmbio de percepções, que correspondam a perspectivas distintas, ainda que não conflitantes. Não devemos temer o diálogo, que sempre é sinônimo de troca, de aprendizado mútuo e não de concordância cega.

As relações entre Brasil e Estados Unidos têm um forte substrato econômico e uma longa história, caracterizada por grande convergência e também por episódios de discrepância. Essa dicotomia tem-

nos mostrado que as eventuais diferenças não se sobrepõem às nossas afinidades. Devemos, entretanto, sintonizar nossas percepções, procurando sempre um melhor entendimento recíproco. As conversas que tive em minha recente visita a Washington com o Secretário de Estado Warren Christopher e com o assessor de Segurança Anthony Lake, e meus contatos

com *think tank* que se dedica às nossas relações, me fazem crer que Brasil e Estados Unidos estão prontos para uma *parceria madura*. Uma parceria que, ao aproximar as duas maiores democracias do hemisfério, permitirá converter este conjunto de valores compartilhados em ações concretas em benefício de ambos os países e de todo o continente. ■



**ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPRESA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
CEP 70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1997, COM UMA TIRAGEM
DE 1.000 EXEMPLARES**

